

RICARDO DOS SANTOS TEIXEIRA

**ANÁLISE DA APROPRIAÇÃO PELOS USUÁRIOS DE
PARQUES URBANOS: ESTUDO DE CASOS NA BACIA DA
PAMPULHA – BELO HORIZONTE, MG**

**Dissertação apresentada à
Universidade Federal de Viçosa,
como parte das exigências do
Programa de Pós-Graduação em
Ciência Florestal, para obtenção do
título de *Magister Scientiae*.**

**VIÇOSA
MINAS GERAIS – BRASIL
2007**

**Ficha catalográfica preparada pela Seção de Catalogação e
Classificação da Biblioteca Central da UFV**

T

T266a
2007

Teixeira, Ricardo dos Santos, 1980-

Análise da apropriação pelos usuários de parques urbanos: estudo de casos na Bacia da Pampulha - Belo Horizonte, MG / Ricardo dos Santos Teixeira. – Viçosa, MG, 2007.

xv, 127f. : il. (algumas col.) ; 29cm.

Inclui anexos.

Orientador: Wantuelfer Gonçalves.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.

Referências bibliográficas: f. [120]-122.

1. Parques - Belo Horizonte (MG). 2. Espaços públicos - Aspectos sociais - Belo Horizonte (MG). 3. Áreas de recreação - Planejamento. 4. Arquitetura paisagística urbana - Belo Horizonte (MG). I. Universidade Federal de Viçosa. II. Título.

CDD 22.ed. 634.99072

RICARDO DOS SANTOS TEIXEIRA

**ANÁLISE DA APROPRIAÇÃO PELOS USUÁRIOS DE
PARQUES URBANOS: ESTUDO DE CASOS NA BACIA DA
PAMPULHA – BELO HORIZONTE, MG**

Dissertação apresentada à
Universidade Federal de Viçosa,
como parte das exigências do
Programa de Pós-Graduação em
Ciência Florestal, para obtenção do
título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 16 de julho de 2007.



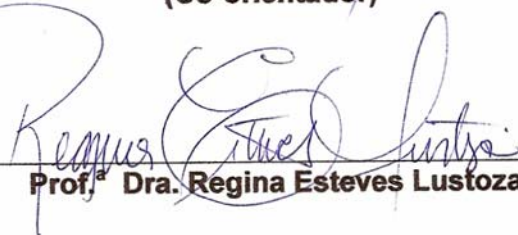
Prof.ª Dra. Aline Werneck Barbosa de Carvalho
(Co-orientadora)



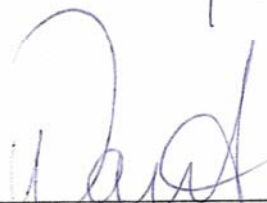
Dr. Edinilson dos Santos
(Co-orientador)



Prof. Dr. Elias Silva



Prof.ª Dra. Regina Esteves Lustoza



Prof. Dr. Wantuelfer Gonçalves
(Orientador)

Aos meus pais...

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal de Viçosa, por intermédio do Departamento de Engenharia Florestal, e ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Florestal, pelo acolhimento e pela possibilidade de aprimoramento profissional;

Ao meu orientador Wantuelfer Gonçalves (DEF-UFV), pela compreensão e disposição em acompanhar este trabalho e, sobretudo pela confiança e liberdade de trabalho;

Aos meus co-orientadores Aline Werneck Barbosa de Carvalho (DAU-UFV), pela amizade e apoio, pelo olhar perspicaz e alegria constante na pesquisa; e, Edilson dos Santos (PROPAM-PBH), pela amizade conquistada e por ter abraçado o meu trabalho e aberto tantas portas para a sua realização;

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pela bolsa de estudos em parte da pesquisa;

À Prefeitura de Belo Horizonte, em especial, à Secretaria Municipal Adjunta de Meio Ambiente;

À Fundação de Parques Municipais, particularmente, a Ana Mourão e Maini de Oliveira Perpétuo, pela dedicação e interesse;

À Fundação Zôo-Botânica, especialmente, a Cristiane Speziali Menegazzi e Antônio Carlos Reginaldo da Costa, pelo apoio e disponibilidade;

Ao Programa de Recuperação e Desenvolvimento Ambiental da Bacia da Pampulha (PROPAM) e ao Consórcio de Recuperação da Bacia da Pampulha, pelo interesse no trabalho;

Aos funcionários do DEF, Alfredo Santos, Francisco Chagas Rodrigues, Rita de Cássia Silva Alves e Rita Maria Araújo Alves de Oliveira, pela ajuda constante e disposição;

Aos professores do DEF, pela dedicação e ensinamentos;

Ao Prof. Fernando Pinheiro Reis (DPI-UFV), pelos ensinamentos e auxílio com os cálculos estatísticos;

Ao Prof. Elias Silva (DEF-UFV) e à Prof^a. Regina Esteves Lustoza (DAU-UFV), por aceitarem o convite para participar da banca examinadora e contribuir neste trabalho;

Ao engenheiro Juliano P. Correa da Prospectiva Empreendimentos e Participações e ao arquiteto Gustavo Penna, pela gentileza em ceder,

respectivamente, o projeto do loteamento “Fazenda da Serra” e o projeto do Parque Ecológico da Pampulha;

Aos amigos do Programa de Pós-graduação em Ciência Florestal: Adelson Moreira, Andréia Andrade, Clarissa Albrecht, Cristina Borges, Cristina Martins, Leonardo Trópia, Nazaré Macedo, Patrícia Bhering, Rogéria Castro, Sabina Ribeiro, Sustanis Kunz e Vanessa Pires, pelo companheirismo e pelos trabalhos que nortearam o tema deste;

A Luciano Almeida, Maria Clara Sari e Paula Costa pela amizade e acolhida em suas casas, em Belo Horizonte, quando dos levantamentos de dados em campo; e, ainda, aos amigos Angélica Busse, Gabriel Senna Diogo e Isaac Madureira, pelo carinho e incentivo;

À minha família, sobretudo aos meus pais, Heloísa e Eli, pelo apoio e cooperação;

E, principalmente, a Deus, Autor de Jardins, pelo dom da minha vida e por Seu carinho insondável. Muito obrigado...

BIOGRAFIA

RICARDO DOS SANTOS TEIXEIRA, filho de Eli Antônio Teixeira e Heloísa Maria dos Santos Teixeira, natural de Viçosa-MG, nasceu em 21 de março de 1980.

Em março de 1998, ingressou no curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Viçosa, concluindo-o em agosto de 2003.

Em agosto de 2005, ingressou no Programa de Pós-Graduação em Ciência Florestal, em nível de Mestrado, do Departamento de Engenharia Florestal da Universidade Federal de Viçosa, defendendo a dissertação em julho de 2007.

SUMÁRIO

Lista de Figuras.....	viii
Lista de Gráficos.....	xi
Lista de Tabela e Quadros.....	xiii
Resumo.....	xiv
<i>Abstract</i>	xv
Introdução.....	1
Considerações iniciais.....	2
O problema.....	3
Justificativa e relevância do tema.....	4
Objetivos.....	5
Capítulo 1 – Parques Urbanos: Fundamentos Importantes.....	6
1.1. Por uma definição.....	7
1.2. Classificação dos parques urbanos.....	10
1.2.1. Os parques urbanos e as unidades de conservação.....	14
1.3. Uso e apropriação: a dádiva da vida dos parques urbanos.....	16
1.4. Gestão e planejamento.....	23
Capítulo 2 – Origens e Evolução dos Parques Urbanos.....	25
2.1. Histórico.....	26
2.1.1. Jardins antigos.....	26
2.1.2 Jardins da Idade Média.....	29
2.1.3. Os jardins e o Renascimento.....	30
2.1.4. Os jardins a caminho dos parques urbanos.....	33
2.1.5. A influência americana.....	37
2.2. Parques urbanos no Brasil.....	40
Capítulo 3 – Caracterização da Área de Estudo e Procedimentos Metodológicos.....	46
3.1. Considerações preliminares.....	47
3.2. A bacia da Pampulha.....	48
3.2.1. Localização.....	48
3.2.2. População.....	48
3.2.3. Aspectos socioeconômicos.....	48
3.2.4. Clima.....	49
3.2.5. Relevo.....	49
3.2.6. Geologia.....	49
3.2.7. Hidrografia.....	49
3.2.8. Vegetação.....	49

3.2.9. Fauna da Lagoa.....	50
3.2.10. Infra-estrutura.....	50
3.3. A diversidade de parques e os procedimentos metodológicos.....	50
3.3.1. Reconhecimento prévio da área de trabalho.....	52
3.3.2. Análise documental.....	52
3.3.3. Escolha dos objetos de estudo.....	52
3.3.4. Levantamento de dados em campo e cálculo da amostra.....	54
3.3.5. Análise e tabulação de dados.....	55
3.4. Objetos de estudo selecionados.....	56
3.4.1. Parque do Confisco.....	56
3.4.2. Parque Cássia Eller.....	60
3.4.3. Parque Ecológico Promotor Francisco Lins do Rego.....	65
Capítulo 4 – Resultados e Discussão.....	70
4.1. Apropriação caracterizada a partir do perfil dos usuários e usos dos parques.....	71
4.2. Estado geral de conservação e usos nos parques.....	81
4.2.1. Estado geral de conservação.....	81
4.2.2. Usos nos parques.....	89
4.2.3. Comentários gerais.....	92
4.3. Elementos necessários aos parques segundo Jane Jacobs.....	94
4.3.1. Parque do Confisco.....	94
4.3.2. Parque Cássia Eller.....	96
4.3.3. Parque Ecológico Promotor Francisco Lins do Rego.....	97
4.4. Opiniões dos usuários acerca dos parques.....	100
4.4.1. Infra-estrutura.....	100
4.4.2. Instalações.....	101
4.4.3. Flora e fauna.....	102
4.4.4. Segurança.....	102
4.4.5. Melhorias necessárias.....	103
4.4.6. Nomes dos parques.....	104
4.5. As imagens fortes.....	106
Considerações Finais.....	113
Referências Bibliográficas.....	120
Anexos.....	123

LISTA DE FIGURAS

		Página
Figura 1	Jardins da Babilônia.	26
Figura 2	Casa e jardim de um oficial do governo egípcio no Tebas, 2000 a.C.	27
Figura 3	Pintura egípcia da 18 ^a dinastia (representa um jardim do antigo Egito).	27
Figura 4	Villa de Plínio em Laurentino, 100 d.C.	29
Figura 5	Monastério Medieval com série de jardins fechados para o cultivo de ervas medicinais e hortaliças.	30
Figura 6	Villa Médici (1450).	31
Figura 7	Plano de Versalhes (1662-65).	32
Figura 8	Saint James Park.	35
Figura 9	Central Park.	38
Figura 10	Passeio Público, Rio de Janeiro (foto do início do século XX).	41
Figura 11	Jardim Botânico, Rio de Janeiro.	41
Figura 12	Parque Municipal Américo Renné Gianetti, Belo Horizonte.	43
Figura 13	Parque do Ibirapuera, São Paulo.	44
Figura 14	Igreja de São Francisco.	47
Figura 15	Casa do Baile.	47
Figura 16	Mineirão; ao fundo a Lagoa da Pampulha.	47
Figura 17	Mapas de localização da Bacia da Pampulha na Região Metropolitana de Belo Horizonte, MG.	48
Figura 18	Mapa de Localização dos parques urbanos na Bacia da Pampulha.	51
Figura 19	Implantação do Parque do Confisco.	56
Figura 20	Vista aérea do Parque do Confisco e seu entorno, capturada em maio de 2007.	57
Figura 21	Estabelecimentos comerciais.	57
Figura 22	Estabelecimento comercial e residências.	57
Figura 23	Nascente.	57
Figura 24	Bosque.	58
Figura 25	Campo de futebol.	58
Figura 26	Vista da quadra poli esportiva.	58
Figura 27	Vista a partir da esplanada.	58
Figura 28	Rampa na calçada.	59
Figura 29	Rampa.	59
Figura 30	Implantação do Parque Cássia Eller.	60
Figura 31	Vista aérea do Parque Cássia Eller e seu entorno, capturada em	61

	maio de 2007.	
Figura 32	Vista parcial do Fazenda da Serra.	61
Figura 33	Vista parcial do Fazenda da Serra.	61
Figura 34	Quadra de Peteca.	63
Figura 35	Quadra de areia.	63
Figura 36	Recanto com mesas.	63
Figura 37	Playground.	63
Figura 38	Área para atividades físicas	63
Figura 39	Pista de <i>cooper</i> .	63
Figura 40	Escadas de acesso.	63
Figura 41	Rampa de acesso.	63
Figura 42	Implantação do Parque Ecológico da Pampulha.	65
Figura 43	Vista aérea do Parque Ecológico da Pampulha e seu entorno, capturada em maio de 2007.	66
Figura 44	Portaria 1.	66
Figura 45	Ponte e Portaria 2.	66
Figura 46	Bosque.	67
Figura 47	Espelho d'água.	67
Figura 48	Centro de Apoio.	67
Figura 49	Planta-baixa do Centro de Apoio.	67
Figura 50	Esplanada.	68
Figura 51	Jogo da Memória.	68
Figura 52	Charada.	68
Figura 53	Pista.	69
Figura 54	Palco central.	82
Figura 55	Palco.	82
Figura 56	Recanto.	82
Figura 57	Administração.	83
Figura 58	Quiosque.	83
Figura 59	Área de apoio/cozinha.	83
Figura 60	Pista de <i>cooper</i> .	84
Figura 61	Vista do parque.	85
Figura 62	Jardim.	85
Figura 63	Equipamentos de Ginástica.	86
Figura 64	<i>Playground 1.</i>	86
Figura 65	<i>Playground 2.</i>	86
Figura 66	Coreto.	87
Figura 67	Caramanchão.	87

Figura 68	Ponto de água.	87
Figura 69	Totens.	88
Figura 70	Totens.	88
Figura 71	Talude usado nas brincadeiras.	95
Figura 72	Guarda-corpo.	95
Figura 73	Esquema 1 da percepção dos espaços do Parque do Confisco pelos usuários.	95
Figura 74	Esquema 2 da percepção dos espaços do Parque do Confisco pelos usuários.	95
Figura 75	Eixo central do parque.	97
Figura 76	Esquema de fluxos no Parque Ecológico.	98
Figura 77	Mapa mental elaborado por um usuário do Parque do Confisco.	106
Figura 78	Mapa mental elaborado por um usuário do Parque do Confisco.	106
Figura 79	Mapa mental elaborado por um usuário do Parque do Confisco.	107
Figura 80	Mapa mental elaborado por um usuário do Parque do Confisco.	108
Figura 81	Mapa mental elaborado por um usuário do Parque do Confisco.	108
Figura 82	Mapa mental elaborado por um usuário do Parque do Confisco.	108
Figura 83	Mapa mental elaborado por um usuário do Parque Cássia Eller.	109
Figura 84	Mapa mental elaborado por um usuário do Parque Cássia Eller.	110
Figura 85	Mapa mental elaborado por um usuário do Parque Cássia Eller.	110
Figura 86	Mapa mental elaborado por um usuário do Parque Cássia Eller.	110
Figura 87	Mapa mental elaborado por um usuário do Parque Ecológico da Pampulha.	112
Figura 88	Mapa mental elaborado por um usuário do Parque Ecológico da Pampulha.	112
Figura 89	Mapa mental elaborado por um usuário do Parque Ecológico da Pampulha.	112
Figura 90	Mapa mental elaborado por um usuário do Parque Ecológico da Pampulha.	112

LISTA DE GRÁFICOS

		Página
Gráfico 1	Distribuição dos usuários do Parque do Confisco, quanto ao gênero.	71
Gráfico 2	Distribuição dos usuários do Parque Cássia Eller, quanto ao gênero.	71
Gráfico 3	Distribuição dos usuários do Parque Ecológico, quanto ao gênero.	71
Gráfico 4	Distribuição dos usuários do Parque do Confisco, quanto à idade.	71
Gráfico 5	Distribuição dos usuários do Parque Cássia Eller, quanto à idade.	71
Gráfico 6	Distribuição dos usuários do Parque Ecológico, quanto à idade.	71
Gráfico 7	Distribuição dos usuários do Parque do Confisco, quanto ao estado civil.	72
Gráfico 8	Distribuição dos usuários do Parque Cássia Eller, quanto ao estado civil.	72
Gráfico 9	Distribuição dos usuários do Parque Ecológico, quanto ao estado civil.	72
Gráfico 10	Distribuição dos usuários do Parque do Confisco, quanto à escolaridade.	72
Gráfico 11	Distribuição dos usuários do Parque Cássia Eller, quanto à escolaridade.	72
Gráfico 12	Distribuição dos usuários do Parque Ecológico, quanto à escolaridade.	72
Gráfico 13	Distribuição dos usuários do Parque do Confisco, quanto à renda familiar.	73
Gráfico 14	Distribuição dos usuários do Parque Cássia Eller, quanto à renda familiar.	73
Gráfico 15	Distribuição dos usuários do Parque Ecológico, quanto à renda familiar.	73
Gráfico 16	Distribuição dos usuários do Parque Ecológico da Pampulha quanto ao bairro onde moram	74
Gráfico 17	Meio de transporte utilizado pelos usuários para se chegar aos parques.	74
Gráfico 18	Distribuição dos usuários do Parque do Confisco, quanto à frequência de visitação.	76
Gráfico 19	Distribuição dos usuários do Parque Cássia Eller, quanto à frequência de visitação.	76
Gráfico 20	Distribuição dos usuários do Parque Ecológico, quanto à frequência de visitação.	76
Gráfico 21	Distribuição dos usuários do Parque do Confisco, quanto ao tempo de permanência no mesmo.	76
Gráfico 22	Distribuição dos usuários do Parque Cássia Eller, quanto ao tempo de permanência no mesmo.	76
Gráfico 23	Distribuição dos usuários do Parque Ecológico, quanto ao tempo de permanência no mesmo.	76
Gráfico 24	Comparação entre as atividades desenvolvidas pelos usuários nos parques.	77

Gráfico 25	Comparação entre as atividades físicas desenvolvidas pelos usuários nos parques	78
Gráfico 26	Comparação da companhia dos usuários nas visitas a cada parque.	78
Gráfico 27	Distribuição da participação dos usuários em atividades de educação ambiental em cada parque.	79
Gráfico 28	Distribuição da participação dos usuários em atividades culturais em cada parque	79
Gráfico 29	Distribuição das opiniões dos usuários quanto à infra-estrutura do Parque Cássia Eller.	100
Gráfico 30	Distribuição dos usuários do Parque Cássia Eller que utilizam a infra-estrutura do mesmo.	100
Gráfico 31	Distribuição das opiniões dos usuários quanto à infra-estrutura do Parque Ecológico.	100
Gráfico 32	Distribuição dos usuários do Parque Ecológico que utilizam a infra-estrutura do mesmo.	100
Gráfico 33	Distribuição das opiniões dos usuários quanto às instalações do Parque do Confisco.	101
Gráfico 34	Distribuição dos usuários do Parque do Confisco que utilizam as instalações do mesmo.	101
Gráfico 35	Distribuição das opiniões dos usuários quanto às instalações do Parque Cássia Eller.	101
Gráfico 36	Distribuição dos usuários do Parque Cássia Eller que utilizam as instalações do mesmo.	101
Gráfico 37	Distribuição das opiniões dos usuários quanto às instalações do Parque Ecológico.	102
Gráfico 38	Distribuição dos usuários do Parque Ecológico que utilizam as instalações do mesmo.	102
Gráfico 39	Percentuais da opinião dos usuários quanto à possibilidade de cada parque auxiliar na preservação da flora e da fauna da região.	102
Gráfico 40	Percentuais de sensação de segurança por parte dos usuários de cada parque.	103
Gráfico 41	Percentuais dos usuários do Parque do Confisco, quanto ao conhecimento do nome da área.	105
Gráfico 42	Percentuais dos usuários do Parque Cássia Eller, quanto ao conhecimento do nome da área.	105
Gráfico 43	Percentuais dos usuários do Parque Ecológico, quanto ao conhecimento do nome da área.	105
Gráfico 44	Distribuição das imagens fortes tabuladas pelos mapas mentais dos usuários do Parque do Confisco.	107
Gráfico 45	Distribuição das imagens fortes tabuladas pelos mapas mentais dos usuários do Parque Cássia Eller.	109
Gráfico 46	Distribuição das imagens fortes tabuladas pelos mapas mentais dos usuários do Parque Ecológico da Pampulha.	111

LISTA DE TABELAS E QUADROS

		Página
Tabela 1	Existência de outra área verde próxima à residência do entrevistado	74
Quadro 1	Quadro resumo do perfil dos usuários dos parques e das atividades desenvolvidas	80
Quadro 2	Horários x Usos durante a semana no Parque do Confisco	89
Quadro 3	Horários x Usos durante os finais de semana no Parque do Confisco	90
Quadro 4	Horários x Usos durante a semana no Parque Cássia Eller	91
Quadro 5	Horários x Usos durante os finais de semana no Parque Cássia Eller	91

RESUMO

TEIXEIRA, Ricardo dos Santos, M. Sc., Universidade Federal de Viçosa, julho de 2007. **Análise da apropriação pelos usuários de parques urbanos: estudo de casos na Bacia da Pampulha – Belo Horizonte, MG.** Orientador: Wantuelfer Gonçalves. Co-orientadores: Aline Werneck Barbosa de Carvalho e Edinilson dos Santos.

Atualmente, com a temática da requalificação dos espaços urbanos, com a crescente demanda de espaços de lazer e recreação e com a introdução das dimensões ambiental e paisagística no planejamento, o tema “Parque Urbano” assume um papel significativo no desenvolvimento dos planos e projetos. Deste modo, o presente trabalho veio propor uma investigação sobre este tema, buscando-se fazer uma análise da apropriação pelos usuários dos parques urbanos localizados na Bacia da Pampulha, em Belo Horizonte. Na impossibilidade de se trabalhar com todos os parques da bacia, optou-se por selecionar três deles: Parque do Confisco, Parque Cássia Eller e Parque Ecológico Promotor Francisco Lins do Rego. Para alcançar tal objetivo, trabalhou-se com questionários, mapas mentais, levantamento fotográfico e um roteiro estruturado para observação, buscando dados que traçassem o perfil dos usuários e auxiliassem na compreensão do uso e das formas de apropriação dos espaços. Verificou-se que o Parque do Confisco tem bastante vitalidade, sobretudo em virtude da Escolinha de Futebol que funciona diariamente no mesmo. Entretanto, ele enfrenta sérios problemas como a falta de segurança, o vandalismo e a presença de usuários de drogas. Já o Parque Cássia Eller é o mais bem cuidado, pois suas instalações e equipamentos apresentam-se bastante conservados, como também os seus jardins. Todo este cuidado deve-se à Associação de Moradores do Loteamento Fazenda da Serra, a qual é a responsável pelo espaço, mesmo ele sendo público. No entanto, este parque apresenta uma situação inusitada, visto que na entrada para a área do referido loteamento, encontra-se uma guarita com cancelas, o que dá a impressão aos passantes que aquele espaço seja um espaço privado. Ressalta-se ainda que, na prática, a entrada é limitada aos condôminos e seus convidados, o que gera questionamentos quanto à definição da referida área como parque. O Parque Ecológico Promotor Francisco Lins do Rego é bastante popular e percebeu-se nele um potencial para se tornar um parque metropolitano, dadas as características de seu programa e sua localização junto à orla e conjunto da Lagoa da Pampulha. Acredita-se que os resultados deste trabalho contribuirão no processo de gestão dos parques de Belo Horizonte, uma vez que o público visitante e as características de cada um deles são bastante diversificados.

ABSTRACT

TEIXEIRA, Ricardo dos Santos, M. Sc., Universidade Federal de Viçosa, July of 2007.
Analysis of appropriation by users of urban parks: study of cases in Pampulha Basin – Belo Horizonte, MG. Adviser: Wantuelfer Gonçalves. Co-advisers: Aline Werneck Barbosa de Carvalho and Edinilson dos Santos.

Nowadays, with the thematics of requalification of urban spaces, with the increasing demand of spaces for leisure and recreation and with the introduction of landscaping and environmental dimensions in the designing, the theme “Urban Park” takes a significant role in the development of designs and projects. In this way, the present work comes to propose an investigation on this theme, searching to make an analysis of the appropriation by the users of the urban parks located at Pampulha Basin, in Belo Horizonte. Because of the impossibility of working with all the parks, it was chosen to select three of them: Confisco Park, Cassia Eller Park and Ecological Park Promotor Francisco Lins do Rego. In order to reach such goal, questionnaires, mental maps, photographic survey and a structured guidebook for observation were used, searching for data that would trace the profile of the users and that would help in the understanding of use and ways of space appropriation. It was noted that Confisco Park has vitality, especially because of the Soccer School that runs daily in this place. However, it has faced many problems like lack of security, vandalism and the presence of drug users. On the other hand, Cassia Eller Park is the one that receives most care, because its facilities and equipments are very well maintained, and its gardens, as well. All this care is because of the Fazenda da Serra Estate Resident Association, which is responsible for the space, in spite of being a public space. Nevertheless, this park shows an unusual situation, since there is a sentry box with farm gates at the entrance for the area of the referred estate, which gives the impression to the passers that the space is private. It is highlighted that, actually, the entrance is limited to the owners and their guests, and that situation promotes questions regarded to the definition of the referred area as a park. The Ecological Park Promotor Francisco Lins do Rego is very popular and it is noticed that it has a potential to become a metropolitan park, because of the characteristics of its program and its localization close to the shore and to the complex Lagoa da Pampulha. It is believed that the results of this work will contribute to the process of park management in Belo Horizonte, since the visiting public and the characteristics of each one of the parks are very different.

Introdução



“O Parque Urbano é um produto da cidade da era industrial”

Rosa Grena Kliass

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Marcadas por uma profunda desigualdade, atualmente, as cidades brasileiras abrigam, simultaneamente, áreas que permitem um padrão de vida elevado, e áreas precárias, desprovidas de condições para o atendimento das necessidades mais básicas de seus habitantes.

Um dos motivos da perda da qualidade de vida nas cidades deve-se ao alto índice de urbanização, fato que vem sendo constatado pelos censos demográficos das últimas décadas. O crescimento urbano brasileiro foi intenso durante todo o século XX. Deste modo, de acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (censo IBGE 2000), mais de 80% da população brasileira reside hoje em áreas urbanas.

O crescimento das cidades e dos aglomerados urbanos, geralmente, reforça os problemas de ordem ambiental. As agressões ao meio ambiente ocorrem devido a um somatório de fatores, ligados basicamente ao uso e ocupação desordenado do solo, ao crescimento da malha urbana sem o acompanhamento adequado de recursos de infra-estrutura e à expansão imobiliária.

Sendo assim, o ambiente urbano mostra-se cada vez mais hostil e inóspito para a maioria da população. De um modo geral, as cidades, especialmente os grandes centros, apresentam um contraste em termos de paisagem com grandes influências psicológicas, quando a vegetação dá lugar a grandes massas construídas, atuando de forma opressiva.

Percebendo os problemas gerados pela questão urbana, em que as cidades correm o risco de se tornarem cada vez mais secas, quentes, menos atrativas, com enchentes, contaminação das coleções de água, erosão, poluição atmosférica e a substituição indiscriminada da cobertura vegetal nativa, entre tantos outros fatores, o homem é levado a buscar instrumentos de proteção e preservação dos espaços que ainda conservam suas características naturais, para a obtenção de uma melhor qualidade de vida.

Neste sentido, surgem os parques urbanos. Considerados como produtos da era industrial, nasceram da necessidade de dotar as cidades de espaços adequados para atender a uma nova demanda social, qual seja, o lazer, e para contrapor-se ao ambiente urbano. Todavia, muitos parques das cidades brasileiras encontram-se, hoje, em total situação de descaso pelas administrações públicas, as quais não tomam o devido cuidado para sua preservação e manutenção.

O PROBLEMA

A capital mineira, Belo Horizonte, foi inaugurada em 12 de dezembro de 1897 com o nome de Cidade de Minas. Conhecida também, desde a década de 1950, como Cidade Jardim, ela foi planejada para uma população de 200 mil habitantes. Seu espaço urbano inicial limitava-se aos 8,8 milhões de m² dentro da Avenida do Contorno, e o restante da cidade era chamado área suburbana ou rural. No entanto, atualmente, o número de habitantes já ultrapassa o valor de 2,3 milhões, distribuídos numa área territorial de 330,95 Km².

Na década de 1970, a cidade tinha, oficialmente, em seu território, apenas o Parque Municipal Américo René Gianetti como grande espaço de lazer, localizado na região central, e a Fundação Zoo-Botânica, na Pampulha. Em 1993, já havia oito parques implantados.

Atualmente, o município tem 45 parques abertos ao público, 618 praças e jardins e 360 áreas, provenientes de parcelamento do solo, destinadas ao Poder Público na categoria “área verde”, que segundo Andrade (2005) em seu artigo “De bem com o verde”, podem ficar como estão ou podem vir a ser transformadas em praças ou parques.

Percebe-se, assim, que Belo Horizonte dispõe de um grande número de áreas públicas de interesse ambiental espalhadas pela cidade. Sabe-se que a distribuição das mesmas não é homogênea, sendo que, de acordo com Andrade (2005), no artigo “Proposta para recuperar áreas”, a regional Centro-Sul lidera a lista, seguida pela regional Pampulha.

Segundo Santos & Vital (2002), o estado geral de muitas dessas áreas no que se refere à sua ocupação e características físicas, bióticas e sociais ainda é desconhecido. Além disso, a dificuldade do Poder Público em conservar e promover o seu uso adequado favorece invasões e degradações diversas, o que, conseqüentemente, dificulta a sua posterior recuperação.

Sabe-se que invasões e depredações em geral acontecem em espaços percebidos como abandonados ou destituídos de função ou utilização socialmente reconhecíveis. Todavia, observa-se que

muitas vezes, uma simples ação de manutenção ou de preservação de algum atributo natural existente – traços que já indicam cuidado com a área – se mostra eficaz na transmissão da idéia de uma demarcação funcional do espaço, contribuindo para a sua preservação (Santos & Vital, 2002, p.7).

Além disso, o conhecimento do total de áreas efetivamente disponíveis e a sua caracterização são fatores primordiais para a viabilização de planos de manejo

adequados. Entretanto, faltam dados ao município para a elaboração de diagnósticos a este respeito.

Para democratizar os espaços verdes na capital mineira, a prefeitura vem, desde o ano de 2000, desenvolvendo o “Programa BH Verde”, para mapear todas as áreas públicas. Tal programa foi proposto pela então Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Saneamento Urbano. Seu objetivo principal é atribuir às áreas públicas de interesse ambiental, funções socialmente apropriáveis pela população, resgatando ou preservando a sua integridade através de investimentos de baixos custos.

Neste sentido, para contribuir nesta questão, o presente trabalho vem propor uma análise da apropriação pelos usuários dos parques urbanos da cidade de Belo Horizonte. Na impossibilidade de se fazer este estudo para todo o meio urbano, optou-se por definir limites geográficos e políticos para o mesmo. Portanto, delimitou-se a Bacia da Pampulha como objeto de estudo. Ainda assim, a área mostra-se demasiadamente extensa, visto que, a área de drenagem da referida bacia abrange 97 Km². Deste total, 56% pertencem ao município de Contagem e 44% ao município de Belo Horizonte. De tal modo, restringiu-se a área de estudo para a porção de Belo Horizonte da Bacia da Pampulha.

Além da Fundação Zôo-Botânica, a área escolhida possui oito parques, sendo que, atualmente, cinco deles são abertos à visitação pública.

JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA DO TEMA

Atualmente, com a temática da requalificação dos espaços urbanos e com a crescente demanda de espaços de lazer e recreação (tão importantes para a qualidade de vida dos moradores das cidades) e com a introdução das dimensões ambiental e paisagística no planejamento, o tema “Parque Urbano” assume um papel significativo no desenvolvimento dos planos e projetos.

Cada vez mais, a cidade brasileira contemporânea necessita de novos parques para atender a esta grande diversidade de solicitações de lazer e recreação, sejam esportivas ou culturais ou, ainda, o lazer contemplativo, dentro do espaço urbano. O efeito psicológico que áreas verdes trazem para a população é cada vez mais desejado pelos moradores das cidades de modo geral. Todavia, os parques de hoje, na maioria dos casos, têm dimensões menores, devido à escassez e ao alto custo da terra.

No caso específico de Belo Horizonte, uma adequada apropriação das áreas públicas de interesse ambiental é um dos objetivos do “Programa BH Verde”, visto que

esta é uma forma eficaz para se conservar e proteger tais áreas, além de proporcionar aos usuários, benefícios, de um modo geral, não valoráveis.

Acredita-se que um parque só tenha sentido caso seja utilizado pela população. Só assim ele estará cumprindo a sua função social. Deste modo, uma pesquisa sobre a apropriação de parques pelos usuários auxiliará no entendimento desta questão e contribuirá para uma gestão eficaz dos mesmos.

Além disso, atualmente, está em discussão na cidade, a criação de um Sistema Municipal de Áreas Protegidas (SMAP) com o objetivo de se definir a destinação das áreas verdes e orientar suas ocupações e manejo para que cumpram, efetivamente, suas funções sociais. Um dos empenhos do SMAP é, pois, a identificação, conceituação e classificação dos espaços a serem protegidos.

Deste modo, percebe-se que o presente trabalho integra-se numa relevante discussão em curso na cidade de Belo Horizonte. Ressalta-se assim que o produto deste estudo será uma contribuição consistente e significativa para a cidade.

OBJETIVOS

Objetivo Geral

- Analisar a apropriação pelos usuários dos parques urbanos localizados na porção de Belo Horizonte da Bacia da Pampulha.

Objetivos Específicos

- Pesquisar teórico-conceitualmente a temática “Parque Urbano”;
- Selecionar três parques da Bacia da Pampulha para se proceder com os estudos de casos;
- Investigar que tipo de lazer um parque urbano oferece para a população e qual é o perfil de seus usuários;
- Investigar os problemas físico-morfológicos, ambientais e sociais dos parques;
- Analisar criticamente a forma e o programa dos parques selecionados.

Capítulo 1

Parques Urbanos: Fundamentos Importantes



*“Homem apaixonado pelo meio
cria a alma do lugar”.*

Eduardo Yázigi

1.1. POR UMA DEFINIÇÃO

Notadamente, há uma grande dificuldade com relação aos diferentes termos utilizados para se denominar e classificar as áreas verdes urbanas. Similaridades e diferenciações entre termos como áreas livres, espaços abertos, áreas verdes, sistemas de lazer, praças, parques urbanos, unidades de conservação em área urbana e tantos outros, confundem os profissionais que trabalham nessa área. Esta situação existe nos níveis de pesquisa, ensino, planejamento e gestão e, conseqüentemente, nos veículos de comunicação.

Em se falando de parques, de acordo com Macedo (2003), a primeira imagem que nos vem é aquela relacionada com uma relva, bucólica e extensa, cortada por um sinuoso e insinuante lago, transposta por uma romântica ponte, plantada com chorões debruçados sobre águas e emoldurada por bosques frondosos. Ou ainda, a imagem de um grande gramado envolvido por arranha-céus, como os de Nova York, imagem emblemática do Central Park.

Por trás dessa visão estereotipada, característica de muitos parques pelo mundo afora e tantos outros pelo Brasil, como ainda afirma o autor, está o papel real do parque como um espaço livre público estruturado por vegetação e dedicado ao lazer da massa urbana.

O papel dos parques urbanos é extremamente abrangente. Por isso mesmo, a definição dos mesmos nem sempre é precisa. Entretanto, tentar-se-á tatear uma definição para os mesmos.

Primeiramente, recorrer-se-á ao dicionário. Deste modo, no Dicionário Aurélio Século XXI encontram-se, entre outras, as seguintes definições para parque (do francês *parc* e latim *parricus*): bosque cercado onde há caça; extensão de terreno arborizada e fechada que circunda uma propriedade, ou a ela está anexa; região natural de um país ou de uma região posta pelo governo sob sua proteção legal a fim de preservar sua fisiografia, flora e fauna.

Tendo os mesmos evoluído dos jardins, vale destacar também a definição destes. O vocábulo jardim originou-se do francês *jardin*, significando um terreno, em geral com alamedas, onde se cultivam plantas ornamentais úteis ou para estudo (Ferreira, 1999).

Segundo Laurie (1983), a origem do significado da palavra jardim (*garden*) remonta da união de dois termos hebreus: *gan*, que significa proteger ou defender, sugerindo a presença de uma cerca; e, *oden* ou *eden*, que significa deleite ou prazer. Portanto, a combinação dos vocábulos denota uma terra para prazer e deleite.

No Dicionário de Arquitetura Brasileira, encontra-se a seguinte definição para parque:

Embora hoje o termo designe o grande jardim arborizado, particular ou público pela extensão, na realidade é o nome das vastas áreas cercadas e destinadas à caça, antigamente ao lado dos castelos e mansões senhoriais. Lugar ou campo destinado a guardar as artilharias e munições de guerra (Corona & Lemos, 1972, p.359-360).

Em ambas as definições (parque e jardim), percebe-se que é muito forte a questão do fechamento ou da cerca. Talvez seja por isso que “muitas vezes, espaços de lazer de pequeno porte, 10 mil m² ou um pouco mais, são denominados parques apenas porque são cercados, contêm instalações de lazer e alguma vegetação” (Macedo, 2003, p.14).

A Wikipédia traz uma definição simples, mas bastante enriquecedora. Nela, consideram-se parques os espaços, normalmente chamados de "áreas verdes", livres de edificações ou de urbanização, protegidos pela cidade, pelo Estado/província ou pelo país onde estão localizados, seja para fins de recreação dos habitantes da cidade, seja para fins de preservação do meio ambiente natural. Desta forma, um parque pode ser caracterizado como urbano ou natural. Assim, parque urbano seria

um tipo de espaço livre de edificações, normalmente caracterizado como espaço público, no qual há tipicamente abundância de vegetação e áreas não pavimentadas, mas sobretudo localizado dentro de uma região urbana. Nele, estabelecimentos industriais e residenciais são proibidos, e estabelecimentos comerciais são normalmente restritos a quiosques e vendedores ambulantes. Eventualmente um parque urbano está ligado a um conjunto de equipamentos públicos de caráter cultural, como museus, centros culturais e casas de espetáculo.

Um parque urbano propicia lazer e recreação aos habitantes da cidade, assim como uma apropriação lúdica do espaço público. Parques urbanos incluem muitas vezes *playgrounds* e campos de esportes, laguinhas e centros educativos como museus e jardins botânicos (Wikipédia, 2006).

Frederick Law Olmsted, no relatório do projeto de implantação do Central Park de Nova York, também traz uma definição. No entanto, o arquiteto-paisagista refere-se aos parques com algumas ressalvas:

Fui responsável, profissionalmente, por aproximadamente uma centena de áreas públicas. Mas não costumo classificar mais do que vinte delas como “parques”. Pois reservo este termo para lugares que se distinguem não por possuírem árvores, sejam elas isoladas, em grupo ou em maciços, ou por possuírem flores, estátuas, estradas, pontes ou, ainda, coleções disso ou daquilo. Reservo a palavra parque para lugares com amplitude e espaço suficientes e

com todas as qualidades necessárias que justifiquem a aplicação a eles daquilo que pode ser encontrado na palavra cenário ou na palavra paisagem, no seu sentido mais antigo e radical, naquilo que os aproxima muito do cenário (Olmsted Jr. & Kimball *apud* Kliass, 1993, p.19).¹

Kliass endossa tal teoria, dizendo que “os parques urbanos são espaços públicos com dimensões significativas e predominância de elementos naturais, principalmente cobertura vegetal, destinados à recreação” (Kliass, 1993, p.19).

Para Macedo (2003), muitos dos atuais parques de pequeno porte não passam de praças de vizinhança, sendo denominados parques em virtude da falta de consenso sobre o assunto entre os especialistas, dentro e fora do Poder Público. Não há consenso a respeito das dimensões, do grau de isolamento em relação ao entorno e da quantidade de equipamentos necessários para configurar um parque. Todavia, o autor ainda arrisca uma definição:

Consideramos como parque todo espaço de uso público destinado à recreação de massa, qualquer que seja o seu tipo, capaz de incorporar intenções de conservação e cuja estrutura morfológica é auto-suficiente, isto é, não é diretamente influenciada em sua configuração por nenhuma estrutura construída em seu entorno (Macedo, 2003, p.14).

Num documento produzido pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Belo Horizonte, em 1997, denominado “Parques Públicos de Belo Horizonte”, o qual traz um resumo das características físicas de cada parque público da cidade, assim como um pequeno histórico a respeito de sua criação e implantação, encontra-se a seguinte definição para parques urbanos: “áreas verdes² públicas, representativas da macro-paisagem local, cumprindo a função da conservação biofísica, da pesquisa científica e da recreação pública. Caracterizam-se, essencialmente, pela intensidade do uso público” (Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, 1997, p.2).

Percebe-se assim que a definição de parque urbano é ainda bastante controversa. De um modo geral, os conceitos são vagos ou abrangentes, deixando muito a desejar. É bastante nítida a falta de consenso sobre o assunto entre os especialistas.

¹ Publicado na obra “Forty Years of Landscape Architecture” de Frederick Law Olmsted Jr. & Theodora Kimball.

² O Plano Diretor de Belo Horizonte define como “áreas verdes” todos os espaços de propriedade pública ou particular, legalmente destinados, capazes de dar abrigo à fauna, dar proteção a mananciais, propiciar o controle de erosão, dar suporte às atividades recreativas e manter a qualidade do ar, podendo ser providas de vegetação em processo de regeneração ou passíveis de receber cobertura vegetal (BELO HORIZONTE, 1996).

Entretanto, pode-se notar que, de um modo geral, os autores consideram como parque os espaços livres de uso público, estruturados por vegetação, destinados à recreação da população, podendo agregar a conservação de algum recurso natural. Muitos autores acrescentam que as dimensões da área devem ser significativas para que ela seja classificada como um parque. No entanto, esta questão também é discutível, uma vez que, atualmente, os parques têm dimensões menores, devido ao alto custo e escassez da terra no espaço urbano.

1.2. CLASSIFICAÇÃO DOS PARQUES URBANOS

A sociedade brasileira vem passando por um rápido processo de urbanização, que tem influenciado no tipo de expansão urbana. Acentua-se que a preocupação com a economia de espaços, que além de causar a diminuição de áreas residenciais, tem gradativamente restringido os espaços livres, em particular os de lazer (Franceschi Neto, 1993).

Deste modo, as ruas das grandes cidades tornaram-se particularmente perigosas, levando as pessoas a ficarem dentro de suas casas, gerando uma modificação nos hábitos de lazer e nas formas de relações sociais. Neste sentido, a riqueza da convivência de rua tem diminuído dia-a-dia, levando à valorização do lazer individual.

Em contrapartida, como aponta a autora acima citada, tem aumentado o número de áreas de preservação dentro das cidades, sendo que estas, muitas vezes, oferecem locais específicos que podem ser utilizados com atividades de lazer.

Assim, pode-se dizer que o parque urbano responderá às demandas de equipamentos para as atividades de recreação e lazer decorrentes da intensificação da expansão urbana e do novo ritmo introduzido pelo tempo artificial, o tempo da cidade industrial, em contraposição ao tempo natural, inerente à vida rural. Ao mesmo tempo, o parque vem atender à necessidade de criação de espaços amenizadores das estruturas urbanas, como compensação às massas edificadas (Kliass, 1993).

Para Munhoz (1996), a importância de um sistema de áreas verdes no meio urbano é a de possibilitar à população momentos de lazer junto ao ambiente natural, levando em consideração sua vivência urbana. Neste sentido, a implantação de parques urbanos pode ser considerada como fundamental, uma vez que eles constituem as maiores áreas verdes de uso coletivo dentro das cidades.

Por sua vez, como ainda aponta Franceschi Neto (1993), os programas de lazer devem estar adequados às realidades onde estão inseridos, sendo respeitados os

interesses dos grupos para os quais as atividades serão dirigidas. Todavia, de acordo com Jacobs (2003), para o caso dos parques, só a vivência e a tentativa e o erro podem indicar que combinações variadas de atividades realmente serão satisfatórias em cada local.

De acordo com Macedo (2003), com a grande diversidade de solicitações de lazer, tanto esportivas, quanto culturais e, ainda, de conservação de recursos naturais, novas funções foram introduzidas nos parques. Tais funções requalificam os parques, surgindo assim, novas denominações, novos adjetivos, tais como, parque ecológico e parque temático.

O parque ecológico objetiva prioritariamente a conservação de recursos ambientais, como um banhado ou um bosque. Além disso, paralelamente, possui áreas muito concentradas, voltadas para atividades de lazer ativo, como por exemplo, jogos e recreação infantil, ao lado de áreas voltadas para o lazer passivo, tais como a lugares para o descanso e a contemplação. No Brasil, esse tipo de parque tornou-se popular na década de 1980, podendo ser encontrado em muitos lugares pelo país afora. Os parques ditos ecológicos são propriamente o tema deste trabalho.

Com a inauguração da Disneylândia, em Anaheim, na Califórnia, em 1955, surgiu o parque temático, cujos ancestrais são os velhos parques de diversões e as feiras de exposição do início do século XX. Na grande maioria dos casos, tais parques pertencem à iniciativa privada, sendo comumente encontrados junto às grandes aglomerações urbanas. Sem dúvida, atualmente, é uma forma popular de lazer, na qual, paralelamente a uma cenarização extrema, representativa de lugares reais ou imaginários, pratica-se uma atividade intensa de lazer eletrônico. Em geral, os brinquedos simulam histórias ou passeios no tempo, na técnica ou no espaço.

Além dos tipos citados, Macedo (2003) ainda indica os populares pesqueiros: verdadeiros parques privados que, na verdade, não passam de parques pagos, nos quais se pode pescar, fazer piqueniques, brincar em *playgrounds*, quadras e piscinas, em meio a arvoredos e gramados, ou como as áreas de lazer associadas a restaurantes.

Para atender às diversas necessidades da população foram criados diversos tipos de parques. Assim sendo, apresenta-se a seguir uma classificação feita por Ramos (1985)³ apud Munhoz (1996), na qual os parques ecológicos são classificados de acordo com sua finalidade e atendimento:

Parques de preservação: têm como finalidade a manutenção de valores naturais ou culturais que necessitam ser perpetuados;

³ Classificação proposta por L. V. RAMOS em “Áreas verdes de recreação” (Belo Horizonte: UFMG, 1985).

Parques especiais: são aqueles criados com fins específicos como, por exemplo, jardins botânicos, zoológicos e pomares públicos;

Parques de recreação: áreas verdes equipadas para atender a recreação de toda população urbana.

Para o caso dos parques de recreação, Kliass (1993) ainda apresenta a seguinte subdivisão⁴:

- **Recreação de vizinhança**

Pequenas áreas que variam entre 12.000 a 28.000 m², de fácil acesso, localizadas o mais próximo possível da população a que devem servir. São destinadas à recreação diária de crianças até 10 anos e incluem em sua estrutura área de estar para adultos. Localizam-se geralmente próximas a escolas de primeiro grau; seu raio de atendimento não deve ultrapassar os 500 m, sem cruzamento com vias de tráfego intenso. Recreação ativa (0 a 10 anos) e passiva (adultos).

- **Recreação de bairro**

Áreas médias entre 48.000 e 80.000 m² que proporcionam recreação a uma faixa etária maior, entre 11 e 24 anos. Também possuem área de estar para adultos e proporcionam atendimento diário num raio máximo de 1 Km. Devem estar sempre localizadas nas proximidades de um parque de vizinhança, em geral nos arredores de escolas secundárias. Recreação ativa (11 a 24 anos) e passiva (adultos).

- **Setoriais e metropolitanos**

Grandes áreas equipadas para recreação (ativa e passiva) de toda a população municipal ou metropolitana. Destinam-se ao uso em finais de semana e em período de férias. Nestes parques de áreas superiores a 200.000 m² há predominância de cobertura vegetal. O raio de atendimento do parque setorial é de 5 Km.

⁴ Esta classificação foi feita por Rosa Grena Kliass e Miranda Martinelli Magnoli para o Plano de Áreas Verdes de São Paulo, entre os anos de 1967 e 1969.

Como não existe um consenso em relação à classificação dos parques, apresenta-se, ainda, uma outra proposta, formulada por Escada (1992). Para o autor, os parques são classificados da seguinte forma:

- **Parques de vizinhança**

São de uso localizado, uma vez que são planejados para servir a uma unidade de vizinhança ou de habitação, substituindo as ruas e os quintais de casas das cidades menores. Têm espaços com tamanho reduzido, que abrigam alguns tipos de equipamentos ligados à recreação e devem distar entre 100 e 1.000 m das residências ou do local de trabalho.

- **Parques de bairro**

Têm maiores dimensões, devendo conter uma gama maior de equipamentos de lazer. Desempenham função paisagística e ambiental quando são dotados de vegetação, espaços livres de impermeabilização e águas superficiais. Área mínima de 10 ha.

- **Parques distritais**

São espaços livres de grandes dimensões. Segundo Escada (1992), são áreas de bosques que contêm elementos naturais de grande significado, tais como montanhas, cachoeiras, florestas, etc. Devem ser concebidos e equipados para permitir acampamentos, possuir trilhas para passeios a pé e a cavalo, locais de banho, natação, esporte e outros. Área mínima: 100 ha.

- **Parques metropolitanos**

Também são espaços livres de grandes dimensões, devendo possuir os espaços e equipamentos de lazer citados para os parques distritais. A diferença maior é que são áreas de responsabilidade extra-urbana, servindo como um espaço público para habitantes de diferentes cidades próximas.

Se, em se falando de definição de parque urbano, a falta de consenso entre os estudiosos e técnicos é bastante ampla, no campo da classificação, o problema parece ser bem maior. Vários autores arriscaram-se a criar categorias, as quais foram apresentadas aqui, mas alguns se prendem a aspectos pouco objetivos, como por

exemplo, a população servida, o raio de abrangência e dimensões dos parques. Deste modo, gera-se certa confusão e, por conseguinte, não se elucida a questão.

1.2.1. OS PARQUES URBANOS E AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Em 18 de julho de 2000, entrou em vigor a Lei nº 9.985, a qual institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, estabelecendo critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação.

Estas são, de acordo com o Artigo 2º da referida lei, espaços territoriais e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, aos quais se aplicam garantias adequadas de proteção.

As unidades de conservação integrantes do SNUC dividem-se em dois grupos, com características específicas, quais sejam: Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável.

De acordo com seu Artigo 7º, o objetivo básico do primeiro grupo é preservar a natureza, admitido-se apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos na lei. Por sua vez, o objetivo básico do segundo grupo é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais.

O grupo das Unidades de Proteção Integral é composto pelas seguintes categorias de unidade de conservação:

- Estação Ecológica;
- Reserva Biológica;
- Parque Nacional;
- Monumento Natural;
- Refúgio de Vida Silvestre.

Já o Grupo das Unidades de Uso Sustentável é constituído pelas seguintes categorias:

- Área de Proteção Ambiental;
- Área de Relevante Interesse Ecológico;
- Floresta Nacional;
- Reserva Extrativista;
- Reserva de Fauna;
- Reserva de Desenvolvimento Sustentável;
- Reserva Particular do Patrimônio Natural.

Entre todas as categorias citadas, a Unidade de Proteção Integral denominada Parque Nacional é o que interessa diretamente neste trabalho.

Segundo o Artigo 11 do SNUC, Parque Nacional

tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico (Brasil, 2000).

Ainda de acordo com a lei, o Parque Nacional é de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas. Nele, a visitação pública está sujeita a normas e restrições e, por sua vez, a pesquisa científica depende de autorização prévia do órgão responsável pela administração da unidade, estando, também, sujeita a restrições.

O inciso 4º deste artigo reza que, quando criadas pelo Estado ou Município, serão denominadas, respectivamente, Parque Estadual e Parque Natural Municipal. Em virtude deste texto, criou-se certa confusão, até mesmo nos meios acadêmicos, de que todo parque público poderia ser considerado uma Unidade de Conservação. Entretanto, num artigo posterior, percebe-se que tal classificação não deveria ser feita.

Como mostra o Artigo 49, a área de uma unidade de conservação do grupo de Proteção Integral, no qual o Parque Nacional está incluído, é considerada zona rural, para os efeitos legais. Seu parágrafo único traz que a zona de amortecimento das unidades de conservação, uma vez definida formalmente, não pode ser transformada em zona urbana. Percebe-se assim que os parques urbanos não poderiam ser classificados como unidades de conservação.

Entretanto, como já acontece em algumas cidades, caso o parque, mesmo localizando-se no meio urbano, satisfaça às condições do Artigo 11, já citado, ele pode vir a ser considerado uma Unidade de Conservação.

Vê-se assim que o SNUC apresenta lacunas e falhas em sua redação, não contemplando o meio urbano. É por isso que algumas prefeituras têm empenhado-se na criação de sistemas municipais para a proteção de áreas verdes, como é o caso de Belo Horizonte, vislumbrando uma classificação mais adequada e, por conseguinte, uma proteção mais eficaz. Ressalta-se ainda que uma área classificada como Parque Natural Municipal é passível de recebimento do ICMS Ecológico⁵, o que se mostra bastante interessante para os municípios.

⁵ ICMS Ecológico é a denominação para qualquer critério ou a um conjunto de critérios de caráter ambiental, usado para estabelecer o percentual que cada município de um determinado Estado tem direito de receber quando do repasse constitucional da quota-parque do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

1.3. USO E APROPRIAÇÃO: A DÁDIVA DA VIDA DOS PARQUES

O parque urbano, como o conhecemos hoje, é um elemento típico da grande cidade moderna, estando em um processo constante de decodificação. Cada vez com mais frequência, a cidade brasileira contemporânea necessita de novos parques, em geral de dimensões menores devido à escassez e ao alto custo da terra. Assim sendo, estes espaços atendem a uma grande diversidade de solicitações de lazer, tanto esportivas como culturais, não possuindo, muitas vezes, a antiga destinação voltada basicamente para o lazer contemplativo, característica dos primeiros grandes parques públicos (Macedo, 2003).

O mesmo autor ainda afirma que novas funções foram introduzidas nos parques no decorrer do século XX, como as esportivas, as de conservação de recursos naturais, típicas dos parques ditos ecológicos e as do lazer sinestésico dos brinquedos eletrônicos, mecânicos e dos espaços cenográficos dos parques temáticos.

Entretanto, como aponta Segawa (1996), a natureza, a paisagem, o jardim público, nada significam em si. São as pessoas que atribuem significados que vão qualificar as imagens e os objetos. E isto depende diretamente do uso, o qual gerará a apropriação.

Neste sentido, é interessante observar uma reflexão sobre o uso dos parques feita por Jane Jacobs, em seu livro “The Death and Life of Great American Cities”, lançado na década de 1960, mas de grande relevância ainda hoje:

Os parques de bairro ou espaços similares são comumente considerados uma dádiva conferida à população carente das cidades. Vamos virar esse raciocínio do avesso e imaginar os parques urbanos como locais carentes que precisem da dádiva da vida e da aprovação conferida a eles. Isso está mais de acordo com a realidade, pois as pessoas dão utilidade aos parques e fazem deles, um sucesso, ou então não os usam e os condenam ao fracasso. Os parques são locais efêmeros. Costumam experimentar extremos de popularidade e impopularidade. Seu desempenho nada tem de simples. Podem constituir elementos maravilhosos dos bairros e também um trunfo econômico para a vizinhança, mas infelizmente poucos são assim. Com o tempo, podem tornar-se mais apreciados e valorizados, mas infelizmente poucos duram tanto. Para cada Rittenhouse Square, na Filadélfia, ou Rockefeller Plaza ou Washington Square, em Nova York, ou Boston Common, ou ainda seus amados equivalentes em outras cidades, há dúzias de vazios urbanos desvitalizados chamados parques, destruídos pela decadência, sem uso, desprezados (Jacobs, 2003, p. 97).

Um exemplo simples, mas que reflete fortemente uma situação em que se confere a “dádiva da vida” a um jardim está no texto “A alma dos jardins”, de 1908, no qual o escritor João do Rio cria a seguinte imagem:

Vede as crianças. Na rua, em casa, elas são de outro modo. Logo que chegam a esses lugares, perdem o respeito como se retomassem o sentimento da liberdade primitiva. É rara a criança da cidade que, vendo uma aléia sombreada de árvores, não sinta a necessidade, a obrigação de se expandir em gestos, de se penetrar daquele verde, daquela atmosfera de quieta e morna e doce sensualidade, e não deite logo a correr (Rio, 1908 *apud* Segawa, 1996, p.226).

De acordo com Laurie (1983), a falta de segurança que os parques possuem, tanto durante o dia quanto durante a noite, é um fator social que deve receber um tratamento adequado. Os parques impopulares, de acordo com Jacobs (2003), preocupam não só pelo desperdício e pelas oportunidades perdidas que implicam, mas também pelos efeitos negativos constantes. Segundo a mesma autora, eles sofrem do mesmo problema das “ruas sem olhos”, e seus riscos espalham-se pela vizinhança, de modo que as ruas que os margeiam ganham fama de perigosas e são evitadas.⁶

Segundo Serpa (2007), o problema do cercamento dos parques e dos horários de abertura e fechamento está estritamente relacionado, entre outros fatores, com a segurança e o controle do espaço e com a ausência de vegetação, uma vez que lugares escondidos pela vegetação são objetos de receio e desconfiança por grande parte dos usuários. Ainda segundo o mesmo autor, isso prova que o parque público não está protegido do mundo que o rodeia. “Ao contrário, ele serve de caixa de ressonância, de eco para o mundo ao seu redor. Longe de neutralizar as dissonâncias urbanas, ele é o espelho que as reflete” (Serpa, 2007, p.79).

Neste mesmo sentido, de acordo com Jacobs (2003), a primeira precondição para compreender como as cidades e seus parques influenciam-se mutuamente é acabar com a confusão entre os usos reais e os fantasiosos. Um exemplo citado é a idéia de que os parques são “os pulmões da cidade”, ironicamente denominada, pela autora, de “baboseira de ficção científica”.

⁶ O problema da “rua sem olhos”: Na sua crítica aos espaços produzidos pelo urbanismo moderno, Jacobs faz uma verdadeira apologia do espaço das ruas e das calçadas. Estas são tidas como os principais lugares públicos de uma cidade. Sua argumentação inicial está na questão da segurança: uma rua muito movimentada é uma rua segura, as pouco concorridas, seu inverso. Para a autora, para que uma rua seja segura, ela precisa possuir três características. Primeiramente, deve haver uma nítida demarcação entre o espaço público e o espaço privado. Em segundo lugar, os edifícios que ladeiam as ruas devem ser orientados para ela. Não devem virar-lhe as costas, nem oferecer-lhes uma fachada cega. É o que a autora chama de “olhos da rua”, que são os olhos daqueles que podem ser chamados de proprietários naturais da rua. Em terceiro lugar, a calçada deve ser utilizada pelas pessoas praticamente sem interrupção, visto que é o único meio de aumentar o número de olhos presentes na rua e de atrair os olhares de quem se encontra dentro dos edifícios. Entretanto, para que se tenham olhares voltados para a rua, ela tem de oferecer atrativos para os mesmos, como uma grande quantidade de lojas e lugares públicos, entre eles, bares e restaurantes. Todos contribuem, na prática, para dar segurança à rua.

São necessários cerca de doze mil metros quadrados de árvores para absorver a quantidade de dióxido de carbono que quatro pessoas geram ao respirar, cozinhar e aquecer a casa. São as correntes de ar que circulam à nossa volta, e não os parques, que evitam que as cidades sufoquem. [...] Além disso, certa metragem de áreas verdes não fornece mais ar a uma cidade do que uma metragem equivalente em ruas. Subtrair as ruas e adicionar sua metragem quadrada a parques ou esplanadas em conjuntos habitacionais não tem o mínimo efeito sobre a quantidade de ar fresco que uma cidade recebe. O ar não tem conhecimento algum dos fetiches das áreas verdes e é incapaz de atuar de acordo com eles (Jacobs, 2003, p. 99-100).

Para o paisagista francês Michel Corajoud, o século XIX, com um viés higienista tão forte, prestou um mau serviço aos jardins e parques. Afirma que “o jardim não é feito para compensar as lacunas da cidade. O jardim na cidade é um fragmento de sonho, e não um enclave necessário para trazer ar para a população” (Corajoud *apud* Magnoli, 1996)

Neste ínterim, de acordo com Serpa (2007), atualmente, não se fala mais em “curar” as doenças da classe operária; se as preocupações higienistas do século XIX perduram, elas assumem novas formas: aquelas do “bem-estar”, do “se sentir bem”. A visita a um parque urbano representa, hoje, a possibilidade de respirar “ar puro”, de caminhar de pés descalços nas superfícies gramadas, ou, simplesmente, de levar as crianças para passear e brincar ao ar livre. Para o autor, esses espaços de natureza representam o antídoto para ritmos urbanos, o estresse e a poluição.

De acordo com Jacobs (2003), para que um parque tenha “sucesso” com mais facilidade, seu entorno precisa ser bastante variado. O principal problema do planejamento de parques, sobretudo os de bairro, resume-se ao problema de alimentar uma vizinhança diversificada capaz de utilizá-los e mantê-los. A variedade de usos dos edifícios da vizinhança propicia ao parque uma variedade de usuários que nele entram e dele saem em horários diferentes. Eles utilizam o parque em horários diferentes porque seus compromissos diários são diferentes. Portanto, o parque tem uma sucessão complexa de usos e usuários.

Deste modo, qualquer uso específico e com grande predominância que imponha um horário limitado aos freqüentadores dos parques gera um problema para os mesmos. Para aqueles que a vizinhança é predominantemente residencial

o único grande contingente potencial diário de freqüentadores adultos são as mães. Os parques urbanos e os *playgrounds* não podem ser continuamente freqüentados apenas por mães, nem apenas por funcionários de escritório. Ao utilizar os parques em momentos alternados, as mães podem povoá-los significativamente no máximo por cerca de cinco horas - mais ou menos duas horas de manhã e três à tarde -, e isso só se houver mistura de classes. O

predomínio diário das mães nos parques não apenas é curto como também depende do horário das refeições, do trabalho doméstico, da soneca das crianças e, muito claramente, do tempo (Jacobs, 2003, p. 107-108).⁷

Um parque urbano, que esteja preso a qualquer tipo de inércia funcional de seu entorno, fica inexoravelmente vazio por boa parte do dia, estabelecendo-se assim um círculo vicioso. Mesmo que o vazio não seja atingido por problemas mais sérios, tais como o vandalismo e depredações, ele exerce pouca atração devido ao número restrito de freqüentadores potenciais, entediando os poucos usuários. “Nas cidades, a animação e a variedade atraem mais animação; a apatia e a monotonia repelem a vida” (Jacobs, 2003, p. 108).

Sabe-se que os parques urbanos não conseguem de maneira alguma substituir a diversidade urbana plena. Aqueles que têm sucesso nunca funcionam como barreira ou obstáculo ao funcionamento complexo da cidade que os rodeia. Pelo contrário, eles ajudam a alinhar as atividades vizinhas diversificadas, proporcionando-lhes um local de confluência agradável; ao mesmo tempo, somam-se à diversidade como um elemento novo e valorizado e prestam um serviço ao entorno.

Todavia, Jacobs (2003) ressalta que se espera muito dos parques urbanos, sendo que eles estão longe de transformar qualquer virtude inerente ao entorno e longe de promover as vizinhanças automaticamente. Inversamente, os próprios parques é que são direta e drasticamente afetados pela maneira como a vizinhança neles interfere.

A autora ainda afirma que os parques de bairro revelam certos princípios gerais de desempenho com mais clareza do que os parques específicos exatamente porque são o tipo mais numeroso de parque urbano que possuímos. Normalmente, destinam-se ao uso trivial geral, como pátios públicos, seja a localidade predominantemente ligada ao trabalho, predominantemente residencial, ou uma grande mistura.

Por isso mesmo, parques de bairro devem ter pouca concorrência, visto que as pessoas da cidade, com seus interesses e deveres, dificilmente conseguem dar vida a uma quantidade ilimitada de parques locais de uso genérico. De acordo com Cavalheiro & Del Picchia (1992), é necessário que se pense, com ordenamento dos espaços livres – dentro do tecido urbano, visando, não só uma otimização do meio físico, mas também uma melhoria na oferta de áreas livres para o lazer da população.

Munhoz (1996) adiciona ainda alguns outros fatores que devem ser observados na distribuição dos parques no meio urbano, a fim de que estes possam desempenhar

⁷ Vale notar que o clássico livro “The Death and Life of Great American Cities” foi lançado em 1961, época em que as mulheres não tinham participação expressiva no mercado de trabalho. A obra somente foi traduzida para o português quarenta anos mais tarde.

ao máximo seus papéis funcionais. A distribuição deve ser feita em função do tempo de lazer que devem proporcionar, de sua localização em relação às áreas residenciais e áreas de influência, de suas dimensões, dos equipamentos que possui e da faixa etária que devem atingir.

Neste ínterim, Barcellos (1996) afirma que, do ponto de vista da acessibilidade da população ao sistema de Parques Urbanos, mais importante que a quantidade é a distribuição dos mesmos, considerando-se que a distribuição deve estar orientada pelos meios de acesso disponíveis e usuais pela população considerada.

O autor acrescenta que a acessibilidade é dependente da situação do sítio físico e da configuração do ambiente edificado, que podem funcionar juntos ou isoladamente como barreiras de acesso da população. No entanto, ressalta que, além desses fatores, devem ser considerados outros que constroem o desempenho funcional e que não são de natureza exclusivamente física: são fatores de ordem econômica e sócio-cultural. Para ele, a acessibilidade de um parque resulta do modo como estes fatores incidem e conjugam-se. Ainda enfatiza:

Tratando-se da alocação dos parques urbanos, seus significados ganham importância, pelo fato de condicionarem o uso, a intensidade e frequência de utilização pelos diferentes segmentos sociais. Havendo que se considerar que para cada segmento social o significado se alterna, o que torna a existência de valores universais uma quimera. Na prática dos profissionais que manipulam o espaço físico, a compreensão das diferenças culturais reveste-se de importância numa sociedade como a nossa, marcada pela desigualdade (Barcellos, 1996, p.159).

Como aponta Magnoli (1986), a frequência de utilização e a apropriação em seu sentido amplo dizem respeito à duração e periodicidade de tempo que os usuários têm disponível, o que de modo resumido pode ser classificado em uso diário, semanal e em feriados. Para a autora, é pela relação entre o uso diário e a duração reduzida que se pode observar que são espaços que devem estar próximos da habitação, sendo, portanto, de uso local. Já para atividades de longa duração, o tempo de acesso passa a ter relativa interferência, permitindo localizações de nível metropolitano.

Além disso, de acordo com Jacobs (2003), certos traços do projeto podem também fazer diferença. Se o objetivo de um parque urbano de uso genérico e comum é atrair o maior número de tipos de pessoas, com os mais variados horários, interesses e propósitos, o seu projeto deve promover essa generalização de frequência. Parques muito usados como áreas públicas genéricas costumam incluir quatro elementos em seu projeto, que a autora identifica como complexidade, centralidade, insolação e delimitação espacial.

A complexidade diz respeito à multiplicidade de motivos que as pessoas têm para freqüentar os parques de bairro.

Uma pessoa vai a um parque por motivos diferentes e em horários diferentes: às vezes para descansar, às vezes para jogar ou assistir a um jogo, às vezes para ler ou trabalhar, às vezes para se mostrar, às vezes para se apaixonar, às vezes para atender a um compromisso, às vezes para apreciar a agitação da cidade num lugar sossegado, às vezes na esperança de encontrar conhecidos, às vezes para ter um pouquinho de contato com a natureza, às vezes para manter uma criança ocupada, às vezes só para ver o que ele tem de bom e quase sempre para se entreter com a presença de outras pessoas.

Se o espaço puder ser apreendido num relance, como um bom cartaz, e se cada um de seus segmentos for igual aos outros e transmitir a mesma sensação em todos os lugares, o parque será pouco estimulante para usos e estados de espírito diversificados. Nem haverá motivo para freqüentá-lo várias vezes.

[...] A complexidade que está em jogo é a complexidade visual, mudanças de nível no piso, agrupamentos de árvores, espaços que abrem perspectivas variadas - resumindo, diferenças sutis. As diferenças sutis da paisagem são acentuadas pelas diferenças de usos que nela proliferam. Os parques bem-sucedidos sempre parecem mais complexos quando estão em uso do que quando estão vazios (Jacobs, 2003, p. 112-113).

A autora acredita que o elemento mais importante seja a centralidade. “Os parques pequenos e bons geralmente têm um lugar reconhecido por todos como sendo o centro - no mínimo, um cruzamento principal e ponto de parada, num local de destaque” (Jacobs, 2003, p 114).

Um outro elemento importante seria a insolação, visto que “o Sol faz parte do cenário para as pessoas, claro que sob uma sombra no verão” (Jacobs, 2003, p 115).

Embora os edifícios não devessem tirar o sol dos parques, desde que a meta seja encorajar o uso irrestrito, a existência de construções à volta deles é importante nos projetos, pois elas os envolvem, criando uma forma definida de espaço. Assim, o parque se destaca como uma parte importante no cenário urbano. Este seria, pois, o quarto elemento apresentado: a delimitação.

Enfim, para a autora, os parques urbanos não são abstrações ou repositórios automáticos de virtudes ou avanços, nada significando se forem divorciados de seus usos reais e concretos. Quanto mais a cidade conseguir mesclar a diversidade de usos e usuários do dia-a-dia nas ruas, mais a população conseguirá animar e sustentar com naturalidade e sucesso, inclusive, econômico, os parques bem-localizados. Estes, por sua vez, poderão dar em troca à vizinhança prazer e alegria, em vez de sensação de vazio.

Em outras palavras, um parque só terá sentido, caso haja apropriação pelos usuários, dando-lhe vida. Só assim ele estará cumprindo a sua função social. Ressalta-se que “apropriação” é dita aqui em seu sentido mais pleno, mais exato e mais concreto: tomar como propriedade, como seu; arrogar-se a posse de; tornar próprio, seu; apossar-se de, tomar para si; apoderar-se; etc. (Ferreira, 1999).

Vê-se com toda essa discussão que a apropriação de um parque por parte de seus usuários pode ser percebida pelos tipos de uso e pela intensidade, duração e periodicidade dos mesmos. São estes os fatores que mostram a popularidade de um parque. Acrescentando-se aqui o grau de conservação do parque, ter-se-ia um parque bem apropriado pelos usuários. Todavia, devem-se destacar aqui dois pontos. Primeiramente, considerar que a ação do Poder Público é também de suma importância para a manutenção e conservação dos parques. Em segundo lugar, reforçar que a existência de valores universais para se “medir” o grau de apropriação de espaços pelos usuários é uma utopia.

Sabe-se que algumas características podem auxiliar no processo de apropriação, tais como a pouca concorrência com outras áreas verdes próximas; uma vizinhança com uso e ocupação diversificados; os meios de acesso da população; a acessibilidade tanto física quanto econômica e sócio-cultural. Além disso, algumas questões projetuais e características do sítio também auxiliam.

De todo modo, a atratividade é fundamental para a vida de um parque. É preciso que os usuários tenham motivos para freqüentá-los. E a partir do uso virá a apropriação, a qual pode se dar de diversos modos, seja para uma simples caminhada ou corrida ou, ainda, para exercícios físicos, em geral; seja para jogos ou brincadeiras infantis; seja para bate-papo com amigos ou para namorar; seja para prestigiar *shows* e apresentações; seja para a leitura e estudos ou para oração; tudo isso, em contato com a natureza. Ressalta-se que um parque em que os usuários apropriam-se do espaço de maneira concreta tem mais chances de não sofrer com as depredações e o vandalismo em geral, uma vez que o uso traz segurança para os próprios freqüentadores e a apropriação auxilia na conservação.

Nesta perspectiva, para finalizar, vale a pena citar algumas palavras de Roberto Burle Marx: “os parques não devem ficar apenas como manifestações estéticas, mas precisam significar algo para o povo” (CVRD, 1992 *apud* Munhoz, 1996, p.35).⁸

⁸ Referência citada em “Parque municipal: crônica de um século”, publicação da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD). Belo Horizonte, 1992.

1.4. GESTÃO E PLANEJAMENTO

De acordo com Serpa (2007), o “verde” e a “apropriação da natureza” tornaram-se direitos reivindicados por todos os cidadãos e, por conseguinte, objeto de preocupação dos gestores das cidades ao redor do mundo.

De modo geral, os parques urbanos são de responsabilidade da administração pública nas instâncias federal, estadual ou municipal, sendo esta última, a mais comum. A iniciativa privada também aparece, seja explorando diretamente o rico filão do lazer urbano (sobretudo com os parques temáticos) ou, indiretamente, mantendo parques de modo a valorizar e possibilitar seus investimentos imobiliários.

O governo federal administra vários parques urbanos, históricos ou de conservação, tais como o Parque Guararapes, em Recife, e o Parque da Tijuca, a reserva florestal mais importante do Rio de Janeiro. Os parques urbanos estaduais são em geral de grande porte, podendo abranger mais de um município.

De acordo com Macedo (2003), a ação municipal é sempre mais direta e objetiva, uma vez que interessa ao poder local manter a integridade dos espaços e garantir a qualidade mínima de serviços ao contribuinte. Geralmente, os logradouros administrados pelos governos estaduais apresentam manutenção inferior àqueles administrados pelas prefeituras, visto que este tipo de instância administrativa, como também a federal, tem interesses bem mais difusos em relação aos parques.

No final do século XX observa-se, nas principais cidades do país, uma estruturação mais efetiva de órgãos voltados para a criação, implementação e gestão de espaços livres públicos urbanos destinados ao lazer e à conservação de recursos naturais. Entretanto, como afirma o autor acima citado, a conscientização da população e também do Poder Público sobre a idealização, gestão e valor social dos espaços públicos está muito aquém do desejável. Para ilustrar tal situação, podem ser citados: atos de depredação pelos usuários e por vândalos; invasão de terras; poluição de águas; cessão de terras para construção de prédios públicos e avenidas; desmatamentos; projetos incompletos; má vontade administrativa; corrupção; desvio de verbas; interesse puramente eleitoreiro; etc.

Sabe-se que as possibilidades de concepção e criação de parques aumentaram nos últimos anos. No entanto, ainda é raro encontrar projetos elaborados, completos e, sobretudo, concluídos.

Como apontam Kliass & Magnoli (1969) *apud* Munhoz (1996), no texto “Áreas verdes de recreação”, essa falta de consciência não reflete o grau de necessidade da população pelos espaços livres urbanos, uma vez que o problema ainda não foi percebido em suas reais dimensões: “não se reivindica o que não se conhece” (Kliass

& Magnoli, 1969 *apud* Munhoz, 1996, p.47). Nesse sentido, a educação ambiental surge como fator preponderante para auxiliar e efetivar a conservação e manutenção de tais espaços.

Além disso, deve-se considerar no planejamento desses espaços, a participação da população para a definição das necessidades concretas e anseios da comunidade local e usuários potenciais e, também, para a proposição de soluções harmoniosas para os problemas específicos de cada local.

O programa de atividades de um parque refere-se às possibilidades de uso que ele oferece à comunidade. Deste modo, toda atividade projetual e de planejamento pressupõe a elaboração ou adequação de um programa que deve corresponder às aspirações dos futuros usuários. Obviamente que, ao longo do tempo, pela ação do uso e da apropriação pelos usuários, os programas podem se alterar, sofrendo acréscimos ou subtrações que determinam a revisão do desenho do parque.

Enfim, o planejamento de parques não deve, pois, ser feito de cima para baixo, mas sim como um trabalho integrado, desenvolvido através de discussões ativas e trocas de idéias entre a equipe responsável, os usuários da área e os moradores do entorno. Isso facilitará que os parques e também as outras áreas públicas de interesse ambiental cumpram suas funções e sejam socialmente apropriáveis pela população.

Origens e Evolução dos Parques Urbanos



“O jardim nasceu com o homem. A primeira residência do primeiro casal foi um jardim, que ele só perdeu por se atrasar nos aluguéis da obediência, onde lhe veio o mandado de despejo”.

Machado de Assis

2.1 - HISTÓRICO

2.1.1 - Jardins antigos

O conceito de jardim encontra-se provavelmente na mitologia. Na maioria dos credos religiosos, descrevem-se o começo dos tempos e o término da vida em jardins ou paraísos (Laurie, 1983). O jardim é, pois, sinônimo de paraíso.

No livro do Gênesis, após o relato da criação do homem, descreve-se a formação do jardim no Éden:

Depois, o Senhor Deus plantou um jardim em Éden, a oriente, e pôs ali o homem que havia formado. E o Senhor Deus fez brotar do solo toda a sorte de árvores de aspecto atraente e de fruto saboroso, e, no meio do jardim, a árvore da vida e a árvore do conhecimento do bem e do mal. De Éden nascia um rio que irrigava o jardim e, de lá, se dividia em quatro braços. O Senhor Deus tomou o homem e o colocou no jardim de Éden para o cultivar e guardar (Gn 2, 8-10.15).⁹

De acordo com Laurie (1983), esta imagem do Éden é latente e persiste até os tempos modernos: “Todo el mundo sabe lo que significa Paraíso” (Laurie, 1983, p.29).

Há poucos dados conhecidos sobre os jardins da antiguidade. Grande parte das informações conhecidas é proveniente de pinturas e de textos literários, o que nos permite fazer uma idéia da magnitude e beleza de jardins como os da Babilônia, templos assírios, egípcios e gregos - todos eles destinados ao prazer de reis, imperadores ou a rituais a divindades (Munhoz, 1996).

Os jardins da Babilônia (Figura 1) ocupavam uma superfície aproximada de 1.600 m² que se ascendiam formando vários terraços ajardinados, de onde se tinham vistas panorâmicas sobre o vale e deserto circundante (Laurie, 1983).

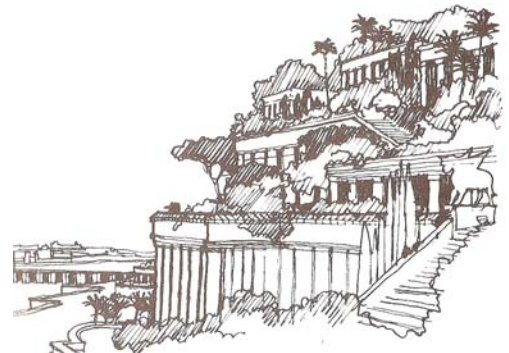


Figura 1 – Jardins da Babilônia.
Fonte: Laurie, 1983, p. 31.

Ao longo do vale do Rio Nilo, um outro foco de culturas antigas desenvolveu-se. O período de domínio egípcio se prolongou desde o ano 3500 até 500 a.C. Segundo Laurie (1983), o sentido simbólico de certas árvores e flores, tais como o lótus, o papiro e a palmeira são a base do uso dos mesmos como motivos ornamentais. As pessoas abastadas construía suas residências no campo, dotando-as de jardins cercados, como mostra a Figura 2.

⁹ BÍBLIA Sagrada. 2 ed. Tradução de Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. São Paulo: Paulinas, 2002. p.14.

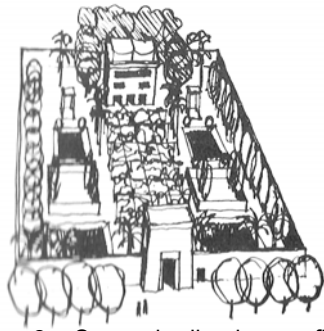


Figura 2 – Casa e jardim de um oficial do governo egípcio no Tebas, 2000 a.C.
Fonte: Laurie, 1983, p. 31.



Figura 3 – Pintura egípcia da 18ª dinastia (representa um jardim do antigo Egito).
Fonte: <http://www.eps.ufsc.br/disserta97/pilotto>.
Acesso em 26 de agosto de 2006.

De acordo com Pilotto (1997), os jardins do antigo Egito são os mais antigos de que se tem conhecimento. Tendo sido construídos por volta de 2000 a.C., caracterizavam-se por linhas retas e formas geométricas em perfeita simetria e simbolizavam uma civilização que tinha, entre outras qualidades, o domínio de várias ciências como a matemática e a astronomia. Os jardins, na sua maioria, desenvolviam-se à volta de um lago central, com peixes, circundado por árvores - a maioria frutífera - palmeiras e arbustos (Figura 3).

Como expõe Laurie (1983), muito mais tarde, em torno do ano 500 a.C., os reis da Pérsia criaram jardins de grande exuberância destinados à diversão, consagrados ao prazer, ao amor, à saúde e ao luxo.

Percebe-se com a descrição acima que a origem dos jardins remonta a povos anteriores à civilização greco-romana. Todavia, segundo Munhoz (1996), foi nesta civilização que houve a consolidação dos mesmos como lugares de reuniões. Os jardins gregos, assim como os de Roma, foram inspirados nos modelos de jardins persas e egípcios.

Nas construções gregas, a água possui uma presença marcante. As cidades foram construídas em locais onde as fontes eram obtidas com facilidade, visto que, estas, além de assegurar o abastecimento, tinham a função de amenizar o clima dos locais onde se encontravam.

De acordo com Laurie (1983), a prática da agricultura influenciou as formas e a distribuição dos jardins que tiveram possivelmente como modelo uma simples horta cercada. O muro ou cerca tinha como função a proteção contra a entrada de animais ou intrusos; os sistemas de irrigação foram introduzidos por questões de praticidade, além de proporcionar a refrigeração do local.

No interior destes jardins, eram colocados animais selvagens e aves exóticas. Além disso, eram construídos autômatos movidos pela força da água, fontes e cascatas capazes de proporcionar verdadeiros espetáculos aos sentidos - sendo precursores dos nossos zoológicos. A presença da água, cujo movimento produzia um som relaxante e sensual, com seu frescor, associada à sombra produzida pelas

árvores, gerava um ambiente extremamente agradável e de clima ameno, o qual era consagrado ao prazer e deleite. Portanto, estas eram as funções fundamentais dos jardins na Antiguidade. Materializava-se assim o ideal de paraíso.

Deve-se ressaltar, ainda, que a função primordial de local para entretenimento restringia-se à nobreza. À massa populacional, o acesso era restringido às ocasiões das celebrações aos deuses.

De acordo com Munhoz (1996), no ano de 500 a.C. os gregos viviam em cidades-estados, pequenos Estados independentes constituídos por uma cidade e por propriedades agrícolas à sua volta. Próximo à região central da cidade, localizava-se um espaço aberto denominado ágora. Esta palavra, cujo sentido inicial era “discussão”, passou a ser usada para designar a praça pública, onde eram realizados encontros para discutir assuntos de interesse da cidade-estado, festivais de poesia e jogos em honra aos deuses.

Foi na Grécia que o jardim se consolidou como lugar de passeio e conversação, como um espaço livre destinado a encontros sociais. Neste, era comum encontrar-se mestres rodeados por seus discípulos. Entretanto, como afirma Laurie (1983), o interior das cidades não desfrutava de áreas ou parques públicos, tais como os entendemos hoje, ou seja, com um fim concreto de recreação e contemplação.

De acordo com Laurie (1983), na Grécia Antiga não havia grande interesse em se construir jardins nas residências, as quais costumavam ser bastante modestas, em contraposição com a ágora, o teatro e bosques sagrados. Os cômodos das casas eram dispostos de forma a se abrirem para um pátio central. Propositalmente, as casas ricas tinham poucas janelas voltadas para a rua de forma a evitar o mau cheiro do esgoto que corria a céu aberto.

Ainda segundo o autor, a casa romana repetiu, basicamente, o modelo grego. Era construída no nível da rua, com seus aposentos também voltados para dentro. Estes aposentos se abriam para o átrio, aposento principal sem teto e dotado de um lago central. Havia também um corredor coberto ao redor de um pátio, denominado peristilo, em torno do qual se distribuíam as diferentes partes da casa. Os jardins eram, em sua essência, santuários sociais, onde se podia desfrutar do conforto da sombra e da proteção do vento, pó e ruído das ruas. Possuíam uma pequena área verde com arbustos e um pequeno lago artificial ao centro; as que possuíam maior espaço abrigavam um jardim cercado com avenidas retas, enfeitadas com estátuas e fontes. A título de exemplo, apresenta-se na Figura 4, a “Villa de Plínio”, construída no ano 100 d.C., em Laurentino, a trinta quilômetros de Roma.

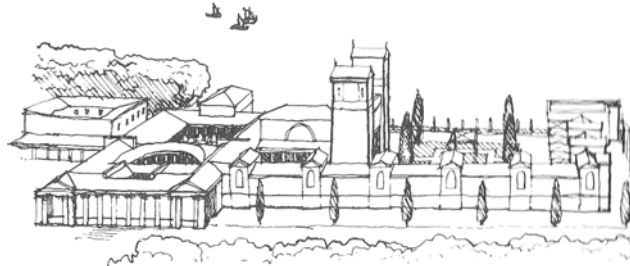


Figura 4 – Villa de Plínio em Laurentino, 100 d.C.
Fonte: Laurie, 1983, p. 36.

Deve-se salientar que, segundo Munhoz (1996), tanto no planejamento das casas romanas pertencentes à classe mais alta, quanto nas vilas, havia uma preocupação em se reservar parte da área do terreno para construção de um jardim. No exterior das casas construía-se um passeio de areia, cercado por árvores frutíferas, considerado o antecedente direto da avenida urbana sombreada por árvores. Ao lado das habitações era reservado um espaço para o plantio de uma horta.

2.1.2 - Jardins da Idade Média

A Idade Média compreende o espaço de tempo transcorrido entre a desintegração do Império Romano e o surgimento da Europa Moderna. Esta época foi marcada por guerras e pragas.

Nas cidades, explica Munhoz (1996), as casas eram muradas para assegurar a propriedade de seus moradores, sendo construídas de forma a preservar em seu interior pequenas parcelas da natureza - os jardins interiores - onde era possível desenvolver a vida familiar e conservar os costumes trazidos do campo. Deste modo, o jardim acumulava a função de horta, contendo árvores para fornecer sombra e frutos. O desejo de conservar áreas verdes no interior dos quarteirões das cidades tornava-os desproporcionais, com ruas muito estreitas, conforme mostram antigos planos urbanos.

As cidades medievais eram cercadas por muralhas para protegê-las contra invasões. Com o crescimento populacional, as áreas verdes foram gradativamente sendo substituídas por novas construções. Todo o espaço útil passou a receber um uso funcional: produção de alimentos e ervas medicinais. Nas cidades e povoados já não havia mais lugar para o jardim (Laurie, 1983). Munhoz (1996) ainda complementa dizendo que o mesmo ocorria dentro dos castelos, fortalezas e monastérios, onde se cultivavam as ervas básicas para a produção das drogas usadas nas ciências médicas. Os únicos espaços abertos que restaram foram as escadarias das igrejas e o mercado.

De acordo com Laurie (1983), quando se abrandaram os conflitos políticos e houve o crescimento do comércio e o retomo da riqueza, os jardins reaparecem nos castelos medievais e casas de campo (Figura 5). Passaram a ser mais elaborados, ocupando áreas maiores e seguindo critérios que combinavam o prazer e a utilidade. Eram compostos basicamente por hortaliças, árvores frutíferas, relva, flores, arbustos recortados, uma pequena praça, fontes e tanques para peixes.



Figura 5 – Monastério Medieval com série de jardins fechados para o cultivo de ervas medicinais e hortaliças.
Fonte: Laurie, 1983, p. 39.

Nas baladas dos trovadores, os jardins medievais apareciam como uma imagem idílica da natureza. A relva é sempre intensamente verde e o gramado salpicado de flores; das fontes e mananciais sempre brotam águas cristalinas. Não há contaminação. O ar é fresco; o céu azul refulgente não tem nuvens; as árvores estão em flor; os pássaros cantam alegremente. A imagem é de uma primavera constante. Portanto, o jardim é fonte de prazer: o perfume das flores, o frescor das sombras das árvores, o canto dos pássaros e o fluir das águas.

Entretanto, deve-se ressaltar que, segundo Segawa (1996), um recanto aberto era uma verdadeira regalia no acanhado tecido intramuros medieval. As cidades quase não possuíam áreas abertas não-religiosas nos limites do espaço construído e, quando existentes, serviam para a recreação e treinamento militares.

2.1.3 - Os jardins e o Renascimento

Com o passar do tempo, a aristocracia aumentou seu refinamento. Segundo Laurie (1983), reis, príncipes e comerciantes buscaram inspiração no Império Romano. Desta forma, teve-se o início do Renascimento. No período renascentista, os jardins funcionavam também como centros de retiro intelectual, onde sábios e artistas trabalhavam e discutiam ao frescor do campo, longe do calor e dos males do verão das cidades. Neles, a água estava sempre presente, sendo desviada do percurso natural dos rios para produzir cascatas, fontes e tanques ou, ainda, para a irrigação.

Neste tempo, como explica Munhoz (1996), a arquitetura foi incorporada à arte da jardinagem. Para ser jardineiro, tomou-se necessário o conhecimento do traçado de

formas geométricas e, posteriormente, das leis da perspectiva. Os jardins, por sua vez, passaram a ser concebidos não só como local de passeio e repouso, mas também como uma gigantesca cenografia, acompanhada de espetaculares jogos de água.

De acordo com Laurie (1983), uma das primeiras manifestações dos princípios de Alberti é a Villa Médici, construída em 1450. A localização foi escolhida pessoalmente pelo banqueiro Médicis, numa encosta, fora da cidade de Florença. Esta situação proporcionou a possibilidade de se satisfazer plenamente os princípios de Alberti, estando as edificações e jardins adaptados à topografia do terreno, mediante a disposição em terraços, como pode ser observado na Figura 6. O acesso seguia o contorno da encosta até chegar no terraço superior.



Figura 6 – Villa Médici (1450)
 Fonte:
<http://www.gardenvisit.com/ge/medic1.htm>
 Acesso em: 23 de agosto de 2006.

No final do século XV, artistas italianos foram levados à França para a construção de novos jardins. Tinham a difícil tarefa de unir esses jardins às edificações já existentes, rodeadas por fossos e fortificações, herança de um passado marcado por numerosos conflitos. Segundo Laurie (1983), procurou-se então, construir novos castelos simultaneamente aos jardins. Com a invenção da pólvora, os fossos perderam sua função defensiva. Entretanto, os franceses continuaram a rodear seus castelos com fossos simbólicos.

Ainda segundo o mesmo autor, no século XVII, a França se encontrava no auge de sua riqueza e poder e, conseqüentemente, ditou sua preferência por toda Europa, particularmente na Holanda e Inglaterra. Seus jardins, inspirados nos jardins dos físicos medievais, repletos de ervas medicinais, caracterizavam-se pelo uso de canteiros separados por cercas vivas (flores ou divisórias feitas de argilas coloridas), pela geometria, pelas leis da perspectiva e proporções matemáticas. O seu traçado, distribuído de forma axial e simétrico refletia o poder, a prosperidade, a inflexibilidade social e a modificação das relações entre o ser humano e a natureza, mostrando a capacidade humana de transformá-la de acordo com suas regras e seu padrão de beleza.

O clima e a paisagem da região norte da França desempenharam um papel importante na determinação das características do jardim francês, o que justifica as diferenças entre os modelos italiano e francês. Tal região era muito plana e rica em bosques, em relação ao restante do país. Assim, as construções desse estilo de jardim eram precedidas de ligeiras alterações no relevo, a fim de se criarem desníveis e

terraços de onde se pudesse melhor contemplar o espaço; seus rios calmos e os pântanos pouco profundos foram remodelados em canais, fossos e remansos de águas tranqüilas.

É interessante salientar que, conforme explica Laurie (1983), o desenho rígido, axial, em forma de estrela foi incorporado ao desenho dos jardins e às formas do traçado urbano como nas avenidas das cidades de Versalhes, Paris e Washington. Na Figura 7 temos o Plano de Versalhes, o qual mostra claramente o que foi descrito acima.

Versalhes, apesar das dificuldades técnicas, foi construída entre os anos de 1662 e 1665, possuindo 14.000 fontes. O Palácio era o centro da nova cidade, a qual devia abrigar as 20.000 pessoas vinculadas à corte francesa.

Na ocasião, conforme Laurie (1983), a cidade era o centro do governo, onde aconteciam todas as funções protocolares, diplomáticas e políticas. Deste modo, os jardins tornaram-se um marco em consonância com a grandeza do palácio.

Na Itália do século XVI e, na França e na Inglaterra do século XVII, era comum a prática de passear de carruagem para “ver e ser visto”. Adentrar um jardim público implicava o aceite silencioso de normas de conduta, imposição de sociabilidade cuja vigência se restringia ao território reservado ao passeio. Segawa (1996) traz uma imagem bastante interessante deste hábito do corso:

Reunir-se: fazer-se público de sua presença, exibir pompa, ver homens e mulheres bem-vestidos e bonitos, contar e ouvir as novidades, assistir a apresentações musicais, mostrar filhas na busca de maridos, homens finos admirando e fazendo a corte a cortesãs. Os jogos sociais e sexuais – com tácita concordância entre seus praticantes – o ‘plaisir de la promenade’, tinha um palco magnífico (Segawa, 1996, p.46).

A influência do jardim francês foi enorme em toda a Europa, particularmente na Inglaterra e na Holanda. Após a restauração da dinastia Estuardo na Inglaterra, os franceses gozaram de grande proeminência naquele país, ao longo do século XVII. Imagens daquela época testemunham a incompatibilidade de algumas formas rígidas sendo implantadas na paisagem ondulada dos campos ingleses. A este respeito, Laurie (1983) afirma:

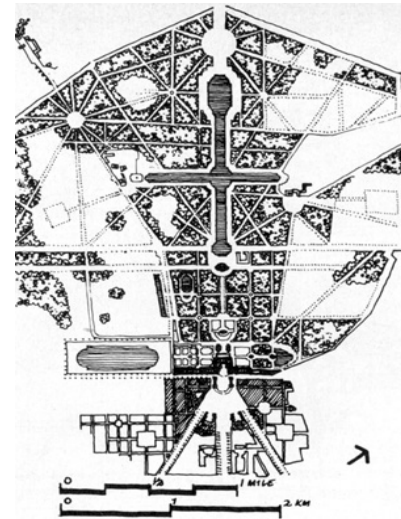


Figura 7 – Plano de Versalhes (1662-65)

Fonte:

<http://www.marcelli.com.br/artdec/news/kurita.htm>

Acesso em: 23 de agosto de 2006.

En otras palabras, acaso por un diseño inapropiado, y ciertamente por las características tan dispares entre el paisaje inglés y francés, los jardines franceses en Inglaterra fueron una lamentable imitación de los extraordinarios modelos que les habían servido de pauta (Laurie, 1983, p.50).

Nas colônias inglesas e francesas também houve esta exportação do modelo de jardins do século XVII. De acordo com Laurie (1983), isso era inevitável. Nas colônias do norte, os pequenos proprietários de terra perpetuaram o repertório de jardins de casa de campo ao que estavam acostumados na Inglaterra, tendo essencialmente uma função utilitária e um sentido estético limitado. Os primeiros jardins não eram, em geral, grandes. A sua distribuição formal apontava a intenção de fazê-los parecer com o estilo francês. Deve-se ressaltar que, nos Estados Unidos, os jardins nasceram de estratos econômicos e sociais muito diversos. Já nas colônias do sul, os jardins eram mais extensos, dada a tradição da bem estruturada alta burguesia e o modelo de sociedade e governo distintos.

O mesmo autor acima citado afirma que ainda no período renascentista, os jardins privados começaram a ser abertos ao público. No entanto, devido às suas características de localização e planificação, os jardins reais não atendiam às necessidades da população.

Segundo Segawa (1996), é nesta época (séculos XVI, XVII e, também, início do XVIII) que se evidencia a criação, na Europa e também na América, de jardins públicos, também chamados pelo autor de “fragmentos da natureza” e “recantos urbanos”.

2.1.4 - Os jardins a caminho dos parques urbanos

Segundo Thomas (1989)¹⁰ *apud* Segawa (1996), era usual no imaginário seiscentista e setecentista que o progresso da humanidade pressupusesse o domínio das florestas, considerada “lar de animais” e não do homem. A mata representava um obstáculo ao desenvolvimento humano. Deste modo, arrancá-la e destruí-la seria o caminho rumo à civilidade. Um dicionário poético de meados do século XVII sugeria como epítetos apropriados a uma floresta: terrível, sombria, deserta, agreste, melancólica, desabitada e assolada por feras.

De acordo com Segawa (1996), a administração racional das matas, no século XVII, decorria da necessidade de produção de madeira para a indústria naval. Assim sendo, da preservação de florestas para o plantio de árvores foi um passo: a silvicultura transformou-se numa forma de valorização das propriedades. O cultivo de

¹⁰ Referência à obra “O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)” de Keith Thomas.

árvores satisfazia aos interesses econômicos e, ao mesmo tempo, atendia aos anseios estéticos da mitificação da vida do campo.

É nesta época, de acordo com o autor, que a criação de recintos com finalidades específicas amadurece. “O parque paisagístico vai ao encontro dos padrões estéticos que a burguesia inglesa passa a valorizar para o seu usufruto” (Segawa, 1996, p.29). A partir de 1700, segundo Laurie (1983), o jardim clássico começa a se transformar em parque.

Com o passar do tempo, a natureza incorpora-se gradativamente ao cotidiano: o cultivo de árvores, flores e jardins tornou-se um hábito comum à população urbana. Ao lado do gosto pelo ornamental, o jardim recuperava uma dimensão de antiga tradição: a terra enfeitada por bela vegetação e bons animais, espelho de mitos como Éden, ou recinto de alta espiritualidade, como o Getsêmani. Assim sendo, segundo Thomas (1989) *apud* Segawa (1996), o jardim tornou-se o lugar apropriado para a reflexão espiritual.

É neste contexto que, já no século XVIII, como afirma Laurie (1983), o Romantismo surge como um novo estilo que, ao contrário dos estilos clássicos, cultuava a sensibilidade e o amor pela paisagem. O gosto pela natureza virgem, desaparecido na Idade Média, é retomado, pondo fim à concepção de jardins projetados como monumentos arquitetônicos. A arte da jardinagem se transforma na recreação da paisagem, criando jardins que se adaptavam e aproveitavam as ondulações e características naturais do terreno, procurando imitar a natureza. Neste período, destacaram-se os jardins ingleses que, após forte influência francesa, retornaram ao característico de seus campos com colinas ondulantes, rios sinuosos e intensamente arborizados.

Entretanto, com o desenvolvimento e crescimento das cidades, a exploração das áreas verdes intensificava-se. Nas colônias do continente americano, segundo Munhoz (1996), a partir do ano de 1800, o desmatamento tornou-se uma atividade corriqueira. Os bosques virgens do norte do continente americano estavam entre os melhores do mundo, dada a riqueza em madeira, o que fez com que a exploração desta fosse transformada, rapidamente, em uma das indústrias mais importantes do país. Porém, já em 1900 a superabundância dava sinais de declínio. A maneira com que o homem ocupava o território norte-americano era um reflexo da mentalidade da ocupação do solo nascida com o desenvolvimento da economia de produção em massa, da tecnologia, da Revolução Industrial, que provocava a disseminação de cidades muito populosas, sujas e inadequadas para a vida humana e dos animais.

Por um lado, o desenvolvimento dos meios de produção trouxe para o habitante da cidade uma série de facilidades, tornando-o capaz de produzir e obter riquezas e

bens em grande quantidade. Porém, por outro lado, transformou o meio urbano em um ambiente artificial, monótono e insalubre devido às modificações sofridas pela paisagem, aos resíduos produzidos pelas fábricas e às condições precárias de higiene das habitações.

A feiúra urbana imposta pela Revolução Industrial em oposição à beleza das paisagens naturais, a qual passou a ser divulgada e cultuada, contribuiu para o interesse e desejo pela melhoria da paisagem das cidades. A implantação de parques passou a ser considerada como uma "necessidade higiênica" para resgatar a saúde das cidades. É o que Segawa (1996) denomina de salubrismo oitocentista.

É neste cenário que, segundo Kliass (1993), já no final do século XVIII, na Inglaterra, o parque surge como fato urbano de relevância. Entretanto, seu pleno desenvolvimento dá-se quase cem anos depois.

De acordo com Kliass (1993),

a fonte de inspiração do parque urbano foi o modelo paisagístico dos jardins ingleses do século XVIII, que tiveram origem nas idéias românticas de volta à natureza aliadas à influência da cultura e artes orientais. Rompe-se então com a tradição do jardim com sua linguagem geométrica e arquetônica à qual se subordinavam não somente os elementos construídos, como pisos e espelhos d'água, mas também a vegetação. O novo modelo ganha uma linguagem informal de linhas curvas, modelado de relevo em colinas macias, rios e lagos, extensos gramados e grupos de árvores, tudo sugerindo, por meio de seu arranjo, as formas da natureza.

Transpondo o canal e o oceano, contrapondo-se à tradição do jardim barroco, o modelo inglês passa a representar a expressão dos parques franceses e alimentar a fecunda leva de parques que iriam surgir nos Estados Unidos (Kliass, 1993, p.20).

Ainda segundo a mesma autora, dois processos distintos marcaram a criação dos primeiros parques urbanos na Inglaterra. Primeiro pela absorção dos grandes espaços, representados pelos jardins dos palácios da Corte, que foram abertos ao público e incorporados à estrutura urbana. Em Londres, esse processo proporcionou uma extensa área verde no coração da cidade composta por Saint James Park (Figura 8), Hyde Park e Kensington Gardens. Além disso, outra forma de inserção dos parques nas cidades inglesas, que marcou sobremaneira sua paisagem urbana, deve-se aos empreendimentos imobiliários promovidos pela iniciativa privada.



Figura 8 - Saint James Park

Fonte:

<http://www.terrageria.com/europe/london/saint-james>

Acesso em: 26 de agosto de 2006.

De acordo com Munhoz (1996), no século XIX, muitos dos parques da nobreza e da corte já haviam tornado-se propriedades públicas; ruínas e cabanas abandonadas foram substituídas por áreas de lazer para crianças, locais para apresentações, bares, restaurantes e por avenidas onde se podia passear de carro ou a cavalo.

Entre as décadas de 1850 e 1860, conforme Kliass (1993), a inserção dos parques nas estruturas urbanas ganha corpo na Europa, tendo ênfase maior na França, especificamente por ocasião do plano de reformulação do centro de Paris, idealizado pelo barão Georges-Eugene Haussmann, prefeito do Sena no período de Napoleão III.

Na segunda metade do século XIX, ao proceder à urbanização da cidade de Paris, Haussmann estabeleceu um sistema de parques urbanos constituído por áreas verdes em diferentes escalas, interligadas por grandes avenidas. Para este fim, fez uso das florestas que haviam pertencido à Coroa (Bois de Boulogne e Bois de Vincennes) e criou uma série de outros parques, entre os quais o Monceau, o Monsouris e o Buttes-Chaumont.

Concomitantemente ao processo europeu, como ainda explica a mesma autora, desenvolve-se nos Estados Unidos o que veio a ser conhecido como o Movimento de Parques Americanos, cuja figura mais representativa foi Frederick Law Olmsted. Este teve grande influência no desenho das cidades americanas com a inserção de parques na estrutura urbana através da utilização do seu potencial paisagístico. Exemplos de suas intervenções são percebidos nas cidades de Nova York, Chicago e Boston. Entretanto, este assunto será tratado posteriormente com mais detalhes.

O modelo de parque, inspirado nos jardins ingleses, vigorou até o início do século XX inspirando praticamente todos os parques da época, inclusive aqueles criados na América do Sul, em sua maioria por paisagistas europeus, a exemplo dos casos da Argentina, do Uruguai e do Brasil. De acordo com Kliass (1993), a sua evolução passa pelo processo de criação das cidades-jardins, iniciado na Inglaterra com as figuras de Patrick Geddes, Barry Parker e Raymond Unwin, com repercussão em todo o mundo, até mesmo em São Paulo, que ainda tem exemplos desse modelo de urbanização nos seus bairros-jardins: Jardim América, Jardim Europa e Alto da Lapa.

É somente após a Primeira Guerra Mundial que as transformações mais efetivas na concepção dos parques urbanos começam a despontar. Nessa época, há, sobretudo na Europa, mas também nos Estados Unidos com o New Deal, um surto de modelos de urbanização. Estes são baseados em ideologia socializante em que os parques ganham grande importância e uma nova linguagem que corresponde à tendência das artes em geral e particularmente da arquitetura: o estilo Art Déco. Como

exemplos desse novo modelo são os parques espanhóis Montjuic, em Barcelona, e Parque Maria Luiza, em Sevilha - de autoria do paisagista francês Jean-Claude Nicolas Forestier.

Depois da Segunda Guerra Mundial, como aponta Kliass (1993), as experiências das cidades novas na Inglaterra, na França e nos Estados Unidos introduziram uma nova concepção urbanística. Nesta, incorporavam-se os conceitos da Carta de Atenas¹¹ e do arquiteto-urbanista Le Corbusier.

Nas últimas décadas, a crescente importância das questões ambientais e de preservação dos patrimônios culturais e paisagísticos em todo o mundo contribuiu para revigorar as propostas de valorização das áreas verdes nos centros urbanos e de conservação dos seus espaços naturais.

2.1.5 - A influência americana

De acordo com Laurie (1983), não existia uma tradição em relação aos parques municipais nos Estados Unidos. O autor chega a afirmar que até o século XVIII, a América desconhecia os parques públicos. Na época, o que mais se assemelhava a um parque público, embora possa soar como uma idéia bizarra, eram os cemitérios locais, amplamente freqüentados nos dias livres e que contavam, inclusive, com guias que sugeriam os trajetos onde se poderia descobrir paisagens de rara beleza e monumentos mais interessantes.

Deste modo, o interesse da população em utilizar os cemitérios, como opção de lazer local, levava a crer que a implantação planejada de parques próximos aos centros urbanos teria êxito.

No século XIX, como ainda aponta o mesmo autor, a preocupação com a implantação de parques públicos acompanhava a preocupação em melhorar as condições de saneamento das casas e da cidade, cuja imagem era de um local repulsivo, insalubre e perigoso. Esta imagem desgastada do ambiente urbano impulsiona uma parcela da população em direção ao campo, em busca de condições mais saudáveis de vida.

É neste contexto que a idéia de implantação de parques aparece como um antídoto para recuperar a enfermidade urbana, melhorando a qualidade visual,

¹¹ Um grupo de arquitetos e urbanistas de diferentes países fundou em 1928 os Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAM's). As conclusões de sua quarta reunião em Atenas (1932) tiveram repercussão mundial e marcaram uma nova fase no urbanismo moderno. A publicação resultante deste congresso, conhecida como Carta de Atenas, teve como principais temas: Habitação, Trabalho, Trânsito e Recreação. O documento denunciava os males que afligiam as cidades e fazia uma série de exigências que deveriam ser cumpridas para transformá-las em lugares mais harmoniosos para a vida humana.

recuperando a saúde e a moral dos trabalhadores, possibilitando uma conseqüente melhora na produtividade e valorização dos terrenos adjacentes.

Em 1785, os habitantes da cidade de Nova York já haviam percebido a necessidade urgente de se criar uma área onde a numerosa população pudesse desfrutar da prática de atividades físicas e de lazer. A escolha e a compra do terreno esbarraram em dificuldades e controvérsias políticas, dada a sua extensão (337 ha).

Houve assim um concurso, em 1858, para o projeto do parque. Os vencedores foram Frederick Olmsted e seu sócio Calvert Vaux. Para justificar tamanha extensão, conforme Laurie (1983), Olmsted pressupôs que no futuro, a cidade cresceria de tal maneira que o parque seria a última possibilidade de os habitantes contemplarem uma paisagem. Previu, acertadamente, que um dia o parque estaria rodeado por edifícios mais altos que a muralha da China. Nascia assim o Central Park (Figura 9).



Figura 9 - Central Park

Fonte: <http://www.nyc-architecture.com/CP/CP.htm>

Acesso em: 26 de agosto de 2006.

As idéias do arquiteto-paisagista são explicitadas nos seguintes trechos do relatório de apresentação do projeto do Central Park:

Para encontrar tal motivo genérico de desenho para o Central Park, será necessário voltar ao princípio e perguntar por que propósito válido teria a cidade se prontificado a separar e excluir do campo dos melhoramentos urbanos usuais uma extensão de terra, com expectativas de vir a ser o próprio centro, de tais dimensões como essa designada para o parque? Para que finalidade, *a priori* considerada de tal importância, não teria sido adequada uma área menor? Para responder a essas questões será suficiente, acreditamos, considerar a expectativa de que a totalidade da ilha de Nova York seria, não fosse essa reserva, dentro de muitos anos, ocupada por edifícios e ruas pavimentadas; que milhares e milhares de homens viveriam suas vidas nesta ilha, e outros milhares somente esporadicamente poderiam sair da ilha ou dos subúrbios imediatos, densamente povoados e que todos os habitantes certamente sofreriam, em maior ou menor grau, de acordo com suas ocupações e o nível de seu confinamento, das influências engendradas por essas condições.

Tempo virá, quando Nova York estará edificada, quando todos os cortes e aterros estarão consumados e a variedade pitoresca das formações rochosas da ilha terá sido convertida em formações de fiadas monótonas de ruas estreitas e pilhas de edifícios eretos. Não restará sugestão da atual superfície variada, com a única exceção dos poucos acres contendo o parque. Então, o valor inestimável do delineamento pitoresco do terreno, que ora se apresenta, será mais claramente percebido e sua adequação aos seus propósitos será plenamente reconhecida. Parece, portanto, desejável que se interfira o menos possível em suas linhas ondulantes e suaves, em seu

pitoresco cenário de rochas e, por outro lado, que se promova rapidamente, e por todos os meios possíveis, o aumento e o desenvolvimento judicioso desses elementos paisagísticos, particularmente originais e característicos (Olmsted Jr. & Kimball *apud* Kliass, 1993, p.22-23).

Segundo Laurie (1983), a rede viária que chegava ao parque chamou muita atenção com um sistema que separava os diferentes meios de locomoção, não havendo conflitos entre veículos e pedestres. Nele, podia-se passear, fazer equitação ou guiar uma carruagem.

Aos benefícios que o Central Park trouxe para a população, deve-se acrescentar o êxito econômico. Em 1872, avaliava-se que o aumento fiscal relacionado com a exploração do parque superava o valor de 4 milhões de dólares, considerando o aumento da procura por terrenos próximos e as melhoras introduzidas na região.

A experiência do primeiro e mais extenso parque urbano dos Estados Unidos e a sua aceitação impulsionaram um movimento a favor dos parques, denominado Movimento de Parques Americanos. Seu principal representante foi Olmsted, o qual defendia a criação dessas áreas para assegurar o ar puro e para estimular a imaginação. Ele também foi responsável pelos parques de Detroit, Brooklyn, Buffalo e Boston. Seu trabalho acabou por influenciar o desenho de várias outras cidades americanas.

Como ressalta o mesmo autor, houve uma preocupação em escolher áreas que raramente poderiam ter algum aproveitamento economicamente mais interessante para serem destinadas à construção de parques; a própria área do Central Park incluía uma cadeia granítica da ilha de Manhattan imprópria para edificações; em Boston foram criados parques circundando pântanos e em São Francisco destinaram-se dunas arenosas e estéreis.

Esta preocupação na escolha das áreas a serem destinadas a parques, como ressalta Munhoz (1996), facilita a sua conservação no futuro, uma vez que evita a pressão da especulação imobiliária e conflitos de interesse político e econômico.

Ainda afirma a autora que a Crise de 1929 levou o governo norte-americano a incrementar medidas para a conservação do solo – medidas essas que passaram a fazer parte da política do *New Deal* do presidente Franklin Roosevelt, eleito em 1932, que defendia a conservação de bosques, solo e água. Acompanhando as tendências internacionais, os parques públicos ganharam atenção especial no processo de urbanização das cidades.

2.2. PARQUES URBANOS NO BRASIL

De acordo com Kliass (1993), a história dos parques urbanos no Brasil ainda está por ser escrita. Sabe-se que, cidades como o Rio de Janeiro e Curitiba contam com órgãos que tentam gerenciar e manter sistemas de espaços públicos ou de áreas verdes para lazer. Todavia, a maior parte dos centros urbanos de médio e grande porte não possui órgãos com tal finalidade.

As duas últimas décadas do século XX são marcadas por um interesse político crescente pela implantação e formação de parques públicos. Esta tendência é influenciada pela crescente urbanização do país, que levou a grande maioria da população a residir nas cidades.

A origem dos parques no Brasil remonta ao século XVII. Nesta época, o Conde Maurício de Nassau construiu um jardim e um viveiro em sua propriedade no Brasil com a intenção de se criar uma Nova Holanda. Este comportamento insinua um gosto iniciado então: a apreciação do espetáculo da natureza. Entretanto, o significado da vegetação e das árvores para a salubridade das cidades ainda era polêmico nas primeiras décadas do século XIX. Somente no final deste século, o conceito de rua e de parque arborizados como pulmões urbanos estava amplamente assimilado, não apenas em sua dimensão salubrista, como por um suposto caráter cívico (Segawa, 1996).

Segundo Macedo (2003), o parque urbano brasileiro, ao contrário do seu congêneres europeu, não surgiu da urgência social em atender às necessidades das massas urbanas da metrópole do século XIX. O Brasil, na ocasião, não possuía uma rede urbana expressiva e nenhuma cidade, até mesmo a capital, o Rio de Janeiro, tinha o porte de qualquer grande cidade europeia da época. Deste modo, o parque era criado, então,

como uma figura complementar ao cenário das elites emergentes, que controlavam a nova nação em formação e que procuravam construir uma figuração urbana compatível com a de seus interlocutores internacionais, especialmente ingleses e franceses (Macedo, 2003, p.16).

O século XIX é o momento da estruturação do Brasil como nação, principalmente devido ao fato da vinda da família real portuguesa, em 1808. Assim, observam-se profundas reestruturações e modernizações nas velhas e pequenas cidades, que são aparelhadas para desempenhar novas funções administrativas.

Naturalmente, o Rio de Janeiro, por ser a capital, passa pelas mais rápidas e urgentes transformações, uma vez que, de imediato incorpora funções antes exercidas

por Lisboa e, alguns anos depois, com a proclamação da Independência, em 1822, torna-se a capital de uma nova nação.

De acordo com Macedo (2003), é nesse contexto que são criados os três primeiros parques públicos, com as características morfológicas e funcionais que se conhece hoje: o Campo de Santana e o Passeio Público, situados junto ao núcleo histórico e centro tradicional da cidade, e o Jardim Botânico, junto a Lagoa Rodrigo de Freitas.

O Passeio Público (Figura 10) é, oficialmente, o mais antigo parque urbano do Brasil e sua origem precede a própria constituição do país como nação. Tendo sido criado em 1783, por ordem do vice-rei Luís de Vasconcelos de Sousa, foi concebido por mestre Valentim da Fonseca e Silva segundo um traçado extremamente geométrico, inspirado nas tradições de desenho do jardim clássico francês. Possuía extrema sofisticação de desenho, que culminava com um belo terraço debruçado sobre o mar.



Figura 10 – Passeio Público, Rio de Janeiro (foto do início do século XX).
Fonte: Macedo, 2003, p. 16.



Figura 11 – Jardim Botânico, Rio de Janeiro.
Fonte: Macedo, 2003, p. 17.

Em 1862, o Passeio Público passou por uma grande reforma, a qual modificou totalmente sua estrutura paisagística. Seu traçado neoclássico, geométrico e acadêmico deu lugar a um projeto moderno para a época, com água serpenteante e caminhos orgânicos conectados entre si. Pode-se dizer assim que “esse é o período do parque contemplativo, feito para a *flânerie*, para as pessoas deslizarem suavemente em meio a um cenário delicadamente concebido, imaginando estarem a passear em uma Arcádia tropicalizada” (Macedo, 2003, p.21).

Paralelamente a esse traçado romântico, manteve-se bastante forte a influência clássica e geométrica do início do século XIX. O Jardim Botânico do Rio de Janeiro (Figura 11) é um exemplo típico da fusão das duas vertentes projetuais, podendo-se observar uma clara mistura do traçado romântico com os grandes eixos clássicos, que constituem, em especial, a grande alameda de palmeiras imperiais.

Os jardins botânicos foram concebidos inicialmente como centros de pesquisa da flora tropical e instalados nas principais aglomerações urbanas a partir do final do século XVIII, à margem do núcleo central.

No texto “O século dos jardins”, de autoria de Machado de Assis, tal situação fica bastante evidente. Para o escritor, o Jardim Botânico do Rio de Janeiro

ficava longe da cidade [...] O lugar porém, era tão bonito, a grande alameda de palmeiras tão agradável, que dava gosto de ir lá, por patuscada, ou com a segurança de não achar muita gente, coisa que para alguns espíritos e para certos estados era a delícia das delícias (Assis *apud* Segawa, 1996, p.12).

Entretanto, deve-se ressaltar que, segundo Macedo (2003), o mesmo ocorria também em Belém, Olinda, Ouro Preto e São Paulo, não sendo uma característica apenas do Jardim Botânico do Rio de Janeiro.

De acordo com Segawa (1996), a extensão territorial requerida para a criação de jardins públicos jamais facilitou a sua implantação dentro de núcleos urbanos. Pelo contrário, nenhum horto ou passeio, no momento de sua materialização, foi estabelecido no miolo da cidade. Até fins do século XIX, os jardins eram subprodutos da urbanização das periferias, dos limites urbanos ou ainda um aproveitamento de áreas tidas como inúteis: várzeas, pântanos, terrenos de altimetrias complicadas, etc.

Ainda assim, mesmo longe das cidades, era por esses espaços públicos que, segundo Macedo (2003) passeava a nova aristocracia, tanto na corte como nas principais cidades, trajada especialmente para a ocasião, exibindo um vestuário a francesa e imitando hábitos parisienses. A massa urbana estava praticamente alijada de tais espaços, cujo uso somente era permitido aos decentemente trajados, isto é, vestidos à semelhança dos europeus.

De tal modo, pode-se afirmar que

o parque é, no Brasil do século XIX e da *Belle Époque*, um grande cenário, um elemento urbano codificador de uma modernidade importada, totalmente alheio às necessidades sociais da massa urbana contemporânea de então, que usufruía de outros espaços, como terreiros e várzeas, conforme se observa nas crônicas da época (Macedo, 2003, p.24).

Durante todo o século XIX e parte do século XX, o crescimento das cidades brasileiras deu-se de modo não-contínuo, gerando vários vazios urbanos. Apesar de o parque urbano ser considerado um equipamento desnecessário para o lazer imediato e cotidiano da população, nas várzeas, fundos de vale, banhados e riachos sempre foi muito popular o hábito do passeio, do banho, do piquenique e do jogo.

Assim, conforme Macedo (2003), estes vazios urbanos foram por mais de cem anos, os verdadeiros antecessores das áreas de lazer urbano formais, do tipo

praticado em praças ou parques. A partir da segunda metade do século XX, com a sua diminuição e mesmo desaparecimento, tais tipos de equipamento urbano tornaram-se uma necessidade social.

A esta altura, segundo Segawa (1996), os jardins, que no passado situavam-se longe dos núcleos habitados e que venceram o tempo e sobreviveram, foram alcançados pela urbanização e incorporavam-se aos tecidos tradicionais da cidade. Tornaram-se assim, preciosas áreas livres na congestionada trama urdida pelo adensamento populacional, o qual caracterizou a transformação da paisagem das cidades do século XX.

Entretanto, um exemplo emblemático que se contrapõe a esta situação é o Parque Municipal Américo Renné Giannetti, localizado na região central de Belo Horizonte (Figura 12). Este foi um dos poucos parques no país concebido dentro do plano de uma cidade nova, colocando a capital mineira numa posição de vanguarda.



Figura 12 – Parque Municipal Américo Renné Giannetti, Belo Horizonte. Fonte: Arquivo do autor (ago. 2006).

De acordo com Macedo (2003), o traçado do referido parque é uma mistura do geometrismo neoclássico com os caminhos românticos de alamedas verdejantes. Seus quiosques, esculturas e o grande lago central complementam a caracterização desse espaço, uma verdadeira simbiose das duas grandes tendências então existentes.

Como afirma Segawa (1996), quando Aarão Reis concebeu a cidade, incorporou em seu plano a lição dos grandes parques públicos das cidades européias e norte-americanas. Numa matéria publicada na Gazeta de Notícias em 30 de janeiro de 1895, sobre Belo Horizonte, citada pelo autor, percebe-se a importância do grande jardim da nova cidade:

Um vasto Parque (de 800 m x 800 m = 640.000 m²) ocupará o centro, mais ou menos da cidade, abrindo para a grande avenida de 50 m de largura, e também para as outras três de 35 metros de largura cada uma. Superfície extremamente ondulada cujas partes mais baixas serão transformadas em lagos e rios e as mais elevadas em esplêndidos pontos de vista – será este parque o mais importante e grandioso quanto há na América e, por si só, merecerá a visita de nacionais e estrangeiros e elevará a nova cidade acima de quantas ora atraem, no Brasil, a população que deseja refazer forças, no verão em lugares amenos e aprazíveis (Revista Geral dos Trabalhadores, 1895, *apud* Segawa, 1996).

Durante a primeira metade do século XX, de acordo com Macedo (2003), os parques são construídos em pequeno número, concentrando-se em algumas das grandes cidades, ficando restritos a áreas centrais e bairros de elite.

Paralelamente ao incremento, a princípio gradual e depois acelerado, de novos parques públicos pelas cidades brasileiras, deu-se o aparecimento de um novo tipo de programa de uso para tais logradouros, o qual começa a se delinear nos anos seguintes ao término da Segunda Guerra Mundial.

O novo programa de uso dos parques do pós-guerra é muito amplo. O esporte passa a ser bastante valorizado e a possibilidade de lazer cultural é aventada, com a criação de simulações de teatros de arena. Assim, os objetos pitorescos e a composição romântica são totalmente abandonados.

Em termos formais, em 1954 e em 1962, as inaugurações dos parques do Ibirapuera (Figura 13), em São Paulo, e do Flamengo, no Rio de Janeiro, marcam a ruptura definitiva com a estrutura do projeto romântico de paisagismo, a qual estava, ainda, bastante em voga. Neste ínterim, não se pode deixar de mencionar o trabalho de Roberto Burle Marx, cujo nome é uma referência dessa ruptura, tendo projetado parques em várias cidades do Brasil.



Figura 13 – Parque do Ibirapuera, São Paulo.
Fonte: Macedo. 2003. p. 39.

O Parque do Ibirapuera também recebeu um projeto de Burle Marx, não tendo sido, porém, aproveitado. Ainda assim, a sua localização ao lado de bairros de elite, o significado simbólico atribuído e sua relativa centralidade e facilidade de acesso transformaram-no, segundo Macedo (2003), no principal parque da cidade, capaz de atrair milhares de usuários todos os dias, tanto para caminhar e correr como para o descanso, os shows ao ar livre e as exposições.

O Parque das Mangabeiras (1982) destaca-se por ser um dos grandes parques públicos da época que aproveita, pela primeira vez, a vegetação pré-existente como elemento construtivo de seu espaço. Este parque, localizado em Belo Horizonte, também foi concebido por Burle Marx.

De acordo com Macedo (2003), a liberdade de concepção e programação do parque contemporâneo brasileiro torna-se uma realidade no final do século XX. Os anos de 1970 consolidam a figura do parque moderno, com seu programa misto, contemplativo e recreativo, e soluções espaciais elaboradas. Na década seguinte são firmados os procedimentos ecológicos como uma bandeira pela qualidade de vida, o que propicia a formação de órgãos ambientais em geral.

Mesmo em meio à liberdade de concepção, os parques públicos tornam-se gradativamente mais modestos, em virtude de políticas de contenção de gastos, associadas à valorização do rústico e do simples, em contraste com a alta elaboração dos parques de épocas anteriores.

Além disso, o público a ser atendido é bastante diverso daquele do início do século. As referências das elites do Império e da Primeira República eram Londres ou Paris. O novo público, por sua vez, não tem tantas referências culturais estrangeiras; é mais pobre e mora em ambientes densamente construídos, não tendo acesso a clubes ou áreas afins. Assim, o espaço público (praças, parques ou praias) é o único local onde pode desenvolver atividades ao ar livre.

Assim sendo, em várias cidades pelo Brasil, novos projetos são concebidos e executados. Muitos parques constituem-se de adaptações modestas de áreas antes abandonadas. Outros de velhas chácaras, margens de riachos ou antigos parques particulares, ou ainda como sobras de loteamentos. Em tais locais, instalam-se quadras, brinquedos infantis e se constroem trilhas para caminhadas e corridas, o que propicia as atividades para o uso coletivo.

Caracterização da Área de Estudo e Procedimentos Metodológicos



“A natureza, a paisagem e o jardim podem ser visualizados por sua dimensão mítica, pelo seu poder evocativo, por inspirar emoções e sentimentos”.

Hugo Segawa

3.1. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Quando da inauguração de Belo Horizonte em 1897, com área urbana restrita à Avenida do Contorno, a região da Pampulha era considerada zona rural e sua ocupação iniciou-se somente entre as décadas de 20 e 30 do século passado.

Dessa região, sem dúvida alguma, a Lagoa, um dos cartões postais da cidade de Belo Horizonte, é seu atributo mais conhecido. Foi construída na década de 1930, quando o então prefeito Juscelino Kubitschek convidou, para compor o seu entorno, o arquiteto Oscar Niemeyer.

Niemeyer projetou um conjunto arquitetônico que se tornou referência e influenciou toda a arquitetura moderna brasileira, sendo composto pela Igreja de São Francisco de Assis (Figura 14), o Museu de Arte, a Casa do Baile (Figura 15) e o late Tênis Clube. Além disso, os jardins do paisagista Roberto Burle Marx, as pinturas de Cândido Portinari e as esculturas de Ceschiatti, Zamoiski e José Pedrosa completam e valorizam o projeto concebido para a orla da lagoa.

Na década de 40, foi elaborado o plano de ocupação da Pampulha. Nesta época, houve a construção do aeroporto e, também, foi implantada a cidade industrial Coronel Juventino Dias, em Contagem, o que impulsionou o crescimento da região, levando-a à perda de suas características rurais, dados os impactos socioeconômicos e ambientais advindos dos novos empreendimentos.

Além do conjunto arquitetônico e paisagístico, o qual foi tombado como patrimônio artístico e cultural em 1984, a orla da Pampulha concentra várias opções de lazer, como o estádio do Mineirão (Figura 16), o ginásio do Mineirinho, a Fundação Zôo-Botânica e pistas para ciclismo e caminhada.

Apesar de ser um marco de beleza paisagística e uma referência como opção de lazer, a Lagoa, como também toda a bacia hidrográfica, apresenta vários problemas ambientais. Estes, com o passar dos anos e com a expansão urbana, foram se intensificando, seja pelo uso e ocupação inadequados do solo, seja pela falta de infra-



Figura 14 – Igreja de São Francisco.
Fonte: www.arcoweb.com.br
Acesso em 28 de abril de 2007.



Figura 15 – Casa do Baile
Fonte: www.idasbrasil.com.br
Acesso em 28 de abril de 2007.



Figura 16 – Mineirão; ao fundo a Lagoa da Pampulha
Fonte: www.skyscrapercity.com
Acesso em 28 de abril de 2007.

estrutura de serviços de saneamento básico como esgotamento sanitário, drenagem pluvial e coleta de lixo. Por isso, de acordo com dados do PROPAM (2006), resultaram danos quase irreversíveis para a Lagoa, como a perda de cerca de 20% do espelho d'água e de 50% de seu volume, prejudicando a qualidade da água, não só dos córregos mas também da própria Lagoa, com impactos extremamente negativos para a fauna e para a população.

Assim, nos últimos anos, as Prefeituras de Belo Horizonte e Contagem, com o apoio da sociedade civil, vêm esforçando-se na busca de mecanismos para a conservação da bacia da Pampulha. Com esta parceria, viabilizou-se a instituição do Consórcio de Recuperação da Bacia da Pampulha, no sentido de se implantar o PROPAM – Programa de Recuperação e Desenvolvimento Ambiental da Bacia da Pampulha, criado em 1998, que tem como objetivos a gestão integrada da unidade ambiental “Bacia Hidrográfica da Pampulha”, a implementação do Plano de Intervenções; o processo de conscientização permanente da população e a busca da sustentabilidade financeira.

3.2. A BACIA DA PAMPULHA

3.2.1. Localização

A Bacia da Pampulha localiza-se na borda Noroeste da depressão de Belo Horizonte (Figura 17). Sua área de drenagem abrange 97 Km². Deste total, 56% pertencem ao município de Contagem e 44% ao município de Belo Horizonte.

3.2.2. População

De acordo com Beato (2001), há, aproximadamente, 330.000 habitantes nos 42,7% da bacia que se encontra urbanizada. Nesta área, existem cerca de 36 vilas e favelas onde vivem em torno de 50.000 habitantes

3.2.3. Aspectos socioeconômicos

Segundo Beato (2001), cerca de 70% da população residente situa-se entre as faixas de baixa a muito baixa renda. Em certas áreas, a qualidade de vida é extremamente precária,

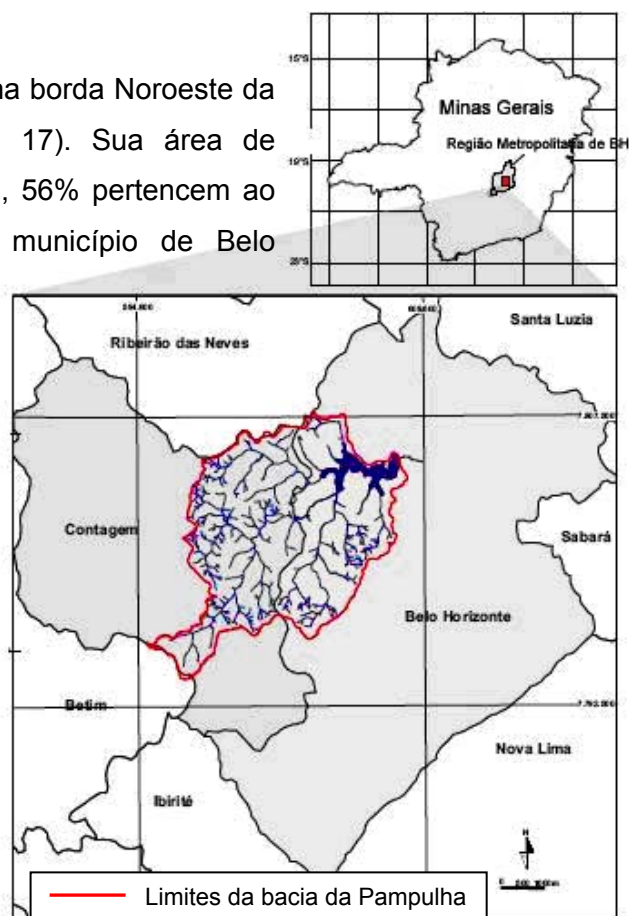


Figura 17 – Mapas de localização da Bacia da Pampulha na Região Metropolitana de Belo Horizonte, MG. Fonte: Beato, 2001, p.4.

carente de infra-estrutura de saneamento básico, de sistemas de drenagem, de esgotamento sanitário e de coleta de lixo, resultando em elevado índice de mortalidade infantil (cerca de 65 óbitos/1.000 nascidos).

No entanto, estes dados demonstram que na região há uma discrepância de rendas considerável, uma vez que na Bacia localizam-se também bairros de elite.

3.2.4. Clima

Predominantemente, o clima da região é o tropical de altitude, com inverno seco e verão chuvoso. A temperatura média anual é de 21,1°C, sendo a média das máximas de 29°C e a média das mínimas de 12,9°C. A umidade relativa do ar média é de 77,3%, com as médias mais elevadas durante o verão e as mais baixas durante o inverno.

3.2.5. Relevo

De acordo com Beato (2001), seu relevo é tipificado por espigões e colinas de topo plano a arqueado e encostas policonvexas de declividades geralmente suaves ou em forma de anfiteatro. Além disso, feições côncavas resultantes da estabilização de antigas voçorocas são comuns na paisagem local.

As maiores altitudes encontram-se no espigão do vale do Engenho Nogueira, entre 970 e 1.010 m de altitude, e as cotas mais baixas, na foz dos tributários diretos da Lagoa da Pampulha, a 800 m.

3.2.6. Geologia

O substrato ou embasamento cristalino da região é formado por rochas granito-gnáissicas do chamado Complexo Belo Horizonte. As formações superficiais são representadas por solos residuais, silto-argilosos, silto-arenoso e geralmente de grande espessura e alto grau de evolução pedológica, e por depósitos aluvionares associados aos principais cursos d'água.

3.2.7. Hidrografia

A Bacia é composta de 44 córregos, distribuídos em seus 97 km², sendo que oito deles deságuam diretamente na Lagoa. A Pampulha pertence à Bacia do Ribeirão do Onça, que por sua vez alimenta o Rio das Velhas, um dos principais formadores do São Francisco.

3.2.8. Vegetação

A vegetação que originalmente ocorria na área da Bacia era composta pelo Cerrado e pela Floresta Estacional Semidecidual. Entretanto, atualmente, segundo PROPAM (2006), praticamente não se observa mais nenhum remanescente da formação original, sendo que os maiores maciços ocorrentes são de vegetação secundária, localizados principalmente no município de Contagem.

Na Lagoa propriamente dita, são encontrados exemplares de plantas aquáticas, algumas delas exóticas na região, introduzidas pela ação do homem.

3.2.9. Fauna da Lagoa

O conjunto faunístico da Lagoa é bem diversificado, composto por representantes de insetos, peixes, répteis, aves, mamíferos e moluscos. Grande parte dos animais foi introduzida na Lagoa por iniciativas particulares, mas os mesmos conseguiram se adaptar e sobreviver às condições locais. Muitas espécies de aves são de origem migratória, buscando a Lagoa como refúgio, por fornecer abrigo, alimento e para sua reprodução. Dentre as diversas espécies observadas, aquelas mais facilmente reconhecidas pela população são: a capivara, o biguá, as garças, o paturi, o carcará, o frango d'água, o mergulhão, o jacaré, a tilápia, o tamboatá e o cascudinho. O destaque se dá pela facilidade de reconhecimento destes animais pela população que transita ao longo da orla da Lagoa, e pela facilidade de convivência que estes animais têm perante as pessoas.

3.2.10. Infra-estrutura

De acordo com Beato (2001), o abastecimento de água é realizado pela Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA-MG, responsável também pelo esgotamento sanitário. A água bruta é aduzida de outras bacias através do sistema integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte, composto pelos sistemas Rio das Velhas, Serra Azul, Vargem das Flores e Manso e atende a quase totalidade da população.

A rede de esgoto tem cobertura parcial com prioridade para os bairros adensados. Como a área é parcialmente coberta por redes coletoras de esgoto, parte da água servida é lançada diretamente nos cursos d'água que alimentam a Lagoa. O esgoto canalizado é aduzido e lançado em rede coletora que o conduz à Estação de Tratamento do Onça.

3.3. A DIVERSIDADE DE PARQUES E OS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os parques urbanos de Belo Horizonte apresentam características diversas. Aqueles que possuem vegetação nativa representativa da flora do município funcionam como áreas de preservação das águas existentes, do habitat da fauna, da estabilidade dos solos, da proteção paisagística e manutenção equilibrada dos maciços vegetais. O principal objetivo destes é a conservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas, o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação

ambiental, de recreação e turismo em contato com a natureza. Os parques Mangabeiras, Ursulina de Andrade Mello, Mata das Borboletas, Aggeio Pio Sobrinho, entre outros, fazem parte deste grupo.

Já os parques Américo Renné Giannetti, Professor Marcos Mazzoni e Professor Guilherme Lage, entre outros, têm como objetivo a conservação da vegetação existente aliada ao desenvolvimento de atividades recreativas, de lazer, culturais, de educação ambiental e turismo ecológico. Além disso, há também aqueles como o Rosinha Cadar e o Juscelino Kubitschek que são destinados principalmente à convivência e lazer da população, otimizando a manutenção dos recursos naturais.

A Bacia da Pampulha conta com dez parques, além da Fundação Zôo-Botânica. Destes, dois localizam-se em Contagem: o Parque São Mateus e o Parque Linear Sarandi. Em Belo Horizonte encontram-se os outros oito (Figura 18). São eles o Parque Cássia Eller, Parque Elias Michel Farah, Parque do Confisco, Parque Fazenda da Serra, Parque Ursulina de Andrade Mello, Parque Engenho Nogueira, Parque Ecológico e Cultural Enseada das Garças e o Parque Ecológico Promotor Francisco Lins do Rego. Atualmente, cinco deles são abertos à visitação pública.

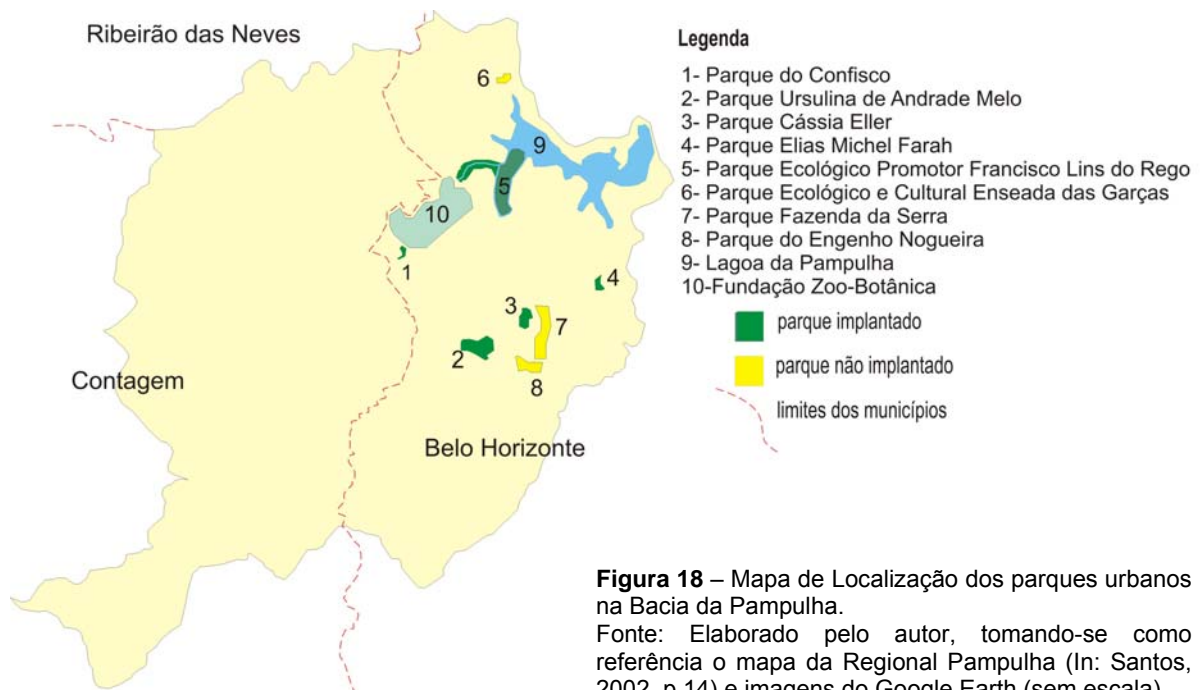


Figura 18 – Mapa de Localização dos parques urbanos na Bacia da Pampulha.

Fonte: Elaborado pelo autor, tomando-se como referência o mapa da Regional Pampulha (In: Santos, 2002, p.14) e imagens do Google Earth (sem escala).

Na impossibilidade de se fazer um estudo sobre todos os parques da Bacia, optou-se por três deles, todos dotados de equipamentos destinados à recepção de usuários, cada qual atrativo a um determinado tipo de público. Para atingir os objetivos, após a revisão de literatura, foram adotados os seguintes métodos de trabalho, os quais já correspondem às etapas do mesmo:

3.3.1. Reconhecimento prévio da área de trabalho

Já se acreditava de antemão que a escolha do local a ser estudado constituiria importante decisão no decorrer da pesquisa. Deste modo, foram feitas visitas prévias aos parques e seu entorno para fundamentar a decisão.

Além disso, para se fazer trabalhos deste tipo, Ferrara (1997) fala da necessidade do “flanar urbano”, ou seja, andar pela cidade como um “flâneur”, o qual é “um andarilho que se expõe e percorre a cidade a esmo e a pé e usa da lentidão do passear como desencadeadora de associações” (Ferrara, 1997, p.197). O “flâneur” não só observa, constata e registra como um turista, mas ele tem um olhar mais profundo, capaz de transformar o conhecimento.

As visitas prévias a todos os parques da Bacia deram-se entre os meses de setembro e outubro de 2006, ocasiões em que foram feitas fotografias dos parques.

3.3.2. Análise documental

Concomitantemente, na busca de dados cadastrais, projetos dos parques, dados históricos e outras informações relevantes para a pesquisa, foi feita uma análise documental sobre todos os parques da Bacia, junto aos acervos do Programa BH Verde da Secretaria Municipal Adjunta de Meio Ambiente de Belo Horizonte e do PROPAM, programa conduzido pelas Prefeituras de Belo Horizonte e Contagem; e das Fundações de Parques Municipais e Zôo-Botânica, órgãos da Prefeitura de Belo Horizonte; além do Consórcio de Recuperação da Bacia da Pampulha, entidade civil.

O produto deste trabalho documental encontra-se em “Estudo dos Parques Urbanos da Bacia da Pampulha – Belo Horizonte, MG”, monografia apresentada, pelo autor, ao Programa de Pós-graduação em Ciência Florestal do Departamento de Engenharia Florestal da Universidade Federal de Viçosa, para a disciplina ENF 796 – Problemas Especiais (Estudos da Paisagem Urbana), como requisito final de seu programa analítico. Tal monografia mostrou-se de fundamental importância na escolha dos objetos de estudo.

3.3.3. Escolha dos objetos de estudo

Como o objetivo do presente trabalho reside na análise do uso e a da apropriação pelos usuários, os Parques Fazenda da Serra, Engenho Nogueira e Enseada das Garças não poderiam fazer parte do mesmo, uma vez que ainda não foram implantados.

Deste modo, restaram cinco opções. A escolha balizou-se, principalmente, nas características socioeconômicas dos bairros nos quais os parques se localizam. O

Parque do Confisco foi escolhido por se localizar no bairro mais carente entre os cinco. Em contrapartida, o Parque Cássia Eller localiza-se no interior de um condomínio de classe alta e possui uma característica muito peculiar e bastante discutível: o acesso não é livre à população. Já o Parque Ecológico Promotor Francisco Lins do Rego também apresenta algumas características bem peculiares e uma proposta de uso diferente dos demais. Foi implantado em uma ilha artificial formada por resíduos que, vindos dos córregos que formam a Lagoa, sedimentaram-se em seu fundo. Além disso, é o único parque que não é administrado pela Fundação de Parques Municipais e sim pela Fundação Zôo-Botânica.

Enfim, como objetos de estudo desta dissertação, foram escolhidas as seguintes áreas:

- Parque Cássia Eller;
- Parque do Confisco;
- Parque Ecológico Promotor Francisco Lins do Rego.

3.3.4. Levantamentos de dados em campo e cálculo da amostra

Uma vez que se pretendia compreender o uso e a apropriação pelos usuários dos parques, optou-se pelo emprego de métodos que possibilitassem captar a percepção que os mesmos têm do espaço, suas preferências e anseios.

Deste modo, foi elaborado um questionário/entrevista com 23 perguntas (em anexo), visando a caracterização do perfil dos entrevistados e a compreensão do uso e da forma como os mesmos apropriam-se do espaço.

Acreditando que os questionários/entrevistas não conseguem abranger, como um todo, a percepção dos usuários, somou-se a eles a confecção de mapas mentais, os quais consistem em descrições mentais do ambiente. Assim, após responder às perguntas, cada entrevistado foi convidado a desenhar o parque em questão pois

se aceitamos que os esquemas cognitivos representam um conhecimento subjetivo do que um indivíduo sabe, valoriza e organiza com respeito ao seu meio ambiente, então os mapas mentais são imagens mentais que as pessoas deduzem do seu meio físico e que afetam, primeiramente, seu comportamento no espaço (Rapoport, 1978 *apud* Gomes, 1995).¹²

Com isso, colheram-se as imagens mais fortes que os freqüentadores têm em relação aos parques, com a intenção de melhor compreender suas escolhas e comportamentos.

Para completar a metodologia e abarcar as deficiências e limitações dos questionários/entrevistas e dos mapas mentais, confeccionou-se um roteiro

¹² Da obra "Aspectos humanos de la forma urbana" de Amos Rapoport.

estruturado para observação. Neste, encontram-se informações que auxiliam no entendimento dos objetivos do presente trabalho, uma vez que constam dados que revelam e que influenciam diretamente na apropriação pelos usuários, tais como, a acessibilidade; a presença de fechamento físico; o uso e a ocupação do entorno; o estado de conservação dos equipamentos, das instalações e dos recursos naturais; as atividades culturais e de educação ambiental oferecidas nos parques; entre outras variáveis, conforme identificado na revisão de literatura.

Acrescenta-se ainda que foi feito um registro dos locais mediante levantamento fotográfico, visto que a fotografia constitui uma importante técnica de levantamento e registro das informações em pesquisas desta natureza. Desde o início dos levantamentos, foram tiradas 257 fotos, sendo 169 dos três parques em questão.

Foram feitas também entrevistas com os representantes legais dos parques. Todavia, como a pesquisa se deu pela ótica do usuário, não houve a preocupação em se formalizar um documento para a coleta de tais informações, uma vez que visavam mais um complemento e/ou esclarecimento sobre os parques.

A coleta de informações estava prevista para acontecer nos meses de novembro e dezembro. Entretanto, em virtude das condições climáticas, os levantamentos terminaram em janeiro de 2007.

Definiu-se que os procedimentos metodológicos seriam aplicados todos os dias da semana, como pode ser visto no Roteiro Estruturado para Observação, em anexo.

Assim, entre os dias 18 e 24 de novembro, foram aplicados 74 questionários/entrevistas aos frequentadores do Parque do Confisco, sendo que 69 entrevistados aceitaram fazer o mapa mental.

No Parque Cássia Eller, os levantamentos ocorreram no período de 25 a 30 de novembro, quando foram entrevistadas 31 pessoas, das quais 23 fizeram o mapa mental.

O Parque Ecológico Promotor Francisco Lins do Rego fica aberto ao público apenas nas sextas-feiras, sábados e domingos. Assim, os levantamentos tiveram início entre os dias 1 e 3 de dezembro de 2006, tendo sido 44 pessoas entrevistadas, das quais 30 fizeram o mapa mental.

Como este parque possui uma estimativa do número de visitantes, o número de questionários/entrevistas aplicados foi considerado uma amostra piloto. Deste modo, com as estimativas de visitação fornecidas pela administração do parque para o período de janeiro a dezembro de 2006, considerou-se a média de visitantes por final de semana como sendo a população total N. Assim, sendo $N = 5.664$, a amostra piloto

$n = 44$ e considerando um desvio $d = 0,1$ e $t_0 = 1,96$, dimensionou-se o tamanho da amostra.¹³

O dimensionamento foi feito com cada questão de múltipla escolha do questionário/entrevista, sendo o maior resultado encontrado da amostra para população infinita como sendo $n_i = 96,62$. Fazendo a conversão para população finita, chegou-se a $n_f = 95$.

Com estes dados em mãos, voltou-se a campo, para completar a amostra. Assim, no período de 24 a 28 de janeiro de 2007, foram aplicados mais 74 questionários/entrevistas, sendo que 46 pessoas fizeram o mapa mental.¹⁴ Totalizou-se, assim, a amostra com 118 questionários/entrevistas e 76 mapas mentais.

A partir deste novo dado ($n = 118$), redimensionou-se a amostra para cada questão de múltipla escolha do questionário/entrevista, sendo o maior resultado encontrado da amostra para população infinita como sendo $n_i = 97$. Fazendo a conversão para população finita, chegou-se a $n_f = 96$. Percebe-se assim que a nova amostra foi representativa da população total.

3.3.5. Análise e tabulação dos dados

Os dados coletados foram analisados e são, a seguir e, sobretudo, no Capítulo 4, apresentados textualmente e sob a forma de tabelas e gráficos.

¹³ Em se tratando de amostra simples ao acaso para proporções, as fórmulas utilizadas foram: $n_i = t_0^2 pq/d^2 + 1$; $n_f = n_i/(1+n_i/N)$, sendo “d” o desvio em torno da média e “ t_0 ” o valor tabelado para o nível de significância $\alpha=5\%$.

¹⁴ Por ocasião das férias escolares, o parque ampliou os dias de visitação pública.

3.4. OBJETOS DE ESTUDO SELECIONADOS

3.4.1. Parque do Confisco

a – Localização: Rua Antônio Francisco Lisboa, Bairro Confisco.

b – Área (estimada): 27.000 m².

c – Regulamentação: Inexistente.

d – Projeto: Ana Maria Perez Nascimento Nascif.

e – Administração: Fundação de Parques Municipais.

f – Histórico e descrição:

O Parque do Confisco (Figura 19) foi implantado em 1999, com recursos do Orçamento Participativo (demanda oriunda e escolhida pela população local), localizando-se nas proximidades da portaria da Fundação Zôo-Botânica. O terreno já havia sido reservado para a implantação de um parque na época do assentamento de famílias no “Conjunto Habitacional Confisco” do Bairro Serrano.



Figura 19 – Implantação do Parque do Confisco. Fonte: Fundação de Parques Municipais/PBH

O local, durante muito tempo, serviu para o depósito de toda a terra retirada para a construção de um hipermercado na região. Além disso, acabou tornando-se um “bota-fora” clandestino.

Atualmente, o uso e a ocupação do entorno são bastante variados, o que, como foi visto, segundo Jacobs (2003), é uma grande vantagem para um parque de bairro. Há uma grande mistura entre uso residencial, comercial e institucional. Na vizinhança imediata do parque (Figuras 20 a 22), encontram-se residências, escola, igrejas,

bares, açougue, supermercado, padaria, mercado, sorveteria, lanchonete, pizzaria, um pequeno restaurante, loja de roupas, papelaria, depósito de materiais de construção, conserto de eletrodomésticos e, ainda, a Fundação Zôo-Botânica.



Figura 20 – Vista aérea do Parque do Confisco e seu entorno, capturada em maio de 2007. Fonte: Google Earth.



Figura 21 – Estabelecimentos comerciais. Fonte: Arquivo do autor (nov. 2006).



Figura 22 – Estabelecimento comercial e residências. Fonte: Arquivo do autor (nov. 2006).

Todas as vias do entorno são asfaltadas e as calçadas pavimentadas, em bom estado de conservação. Nas ruas que circundam o próprio parque existem pontos-finais de algumas linhas de ônibus, o que permite o acesso a pessoas de localidades diversas.

A área tem como característica marcante a presença de três nascentes, todas drenadas para sua porção mais baixa (Figura 23).

A cobertura vegetal arbórea é esparsa, sendo a maior parte da área vegetada coberta por grama. Nota-se a presença de um bosque de mangueiras



Figura 23 – Nascente. Fonte: Arquivo do autor (nov. 2006).

antigas (*Mangifera indica*) (Figura 24), eucaliptos (*Eucalyptus* sp.) e algumas paineiras (*Chorisia speciosa*).

A fauna, relatada por usuários, é composta por aves e insetos, ocorrendo, raramente a presença de alguns mamíferos de pequeno porte.

O parque foi concebido em três partes: uma área com intuito de conservação da natureza, outra para a prática de esportes e outra para o lazer passivo e eventos em geral. Na primeira delas, há trilhas, mina de água e vegetação mais densa (a vegetação nativa foi mantida). Na segunda, num nível acima, foi feito um campo de futebol com arquibancadas (Figura 25) e, mais acima, há quadras de peteca e poliesportiva (Figura 26). A terceira - chamada pelos usuários de praça - possui recantos, palcos e esplanada (Figura 27).



Figura 24 – Bosque.
Fonte: Arquivo do autor (out. 2006).



Figura 25 – Campo de futebol.
Fonte: Arquivo do autor (nov. 2006).



Figura 26 - Vista da quadra poliesportiva.
Fonte: Arquivo do autor (nov. 2006).



Figura 27 – Vista a partir da esplanada.
Fonte: Arquivo do autor (nov. 2006).

O parque como um todo não possui cercamento. Porém, as quadras são fechadas com alambrado. A área das mangueiras, campo de futebol e nascente, também possui cercamento, mas os portões existentes permanecem o tempo todo abertos.

Quanto à acessibilidade para portadores de necessidades especiais, o parque deixava bastante a desejar. Todavia, com a execução do projeto de revitalização, iniciado no final de 2006, foram construídas rampas de acesso nas calçadas e, também, uma rampa entre a calçada e uma área do parque, como se vê nas Figuras 28 e 29.



Figura 28 – Rampa na calçada.
Fonte: Arquivo do autor (maio 2007).



Figura 29 – Rampa.
Fonte: Arquivo do autor (maio 2007).

Atividades culturais são pouco freqüentes no parque. Porém, às vezes acontecem *shows*, sobretudo evangélicos, e apresentação de peças teatrais. Além disso, festas juninas também são realizadas na esplanada do parque.

Quanto a atividades de educação ambiental, a freqüência também é bastante baixa, resumindo-se a alguma atividade da escola vizinha ao parque, a qual, esporadicamente, promove visitas das crianças, principalmente, para conhecer a nascente.

3.4.2. Parque Cássia Eller

a – Localização: Av. Presidente Tancredo Neves, Bairro Castelo.

b – Área: 26.888 m².

c – Regulamentação: Lei Municipal n° 8.419, de 01/08/02.

d – Projeto: Prospectiva Empreendimentos e Participações.

e – Administração: Fundação de Parques Municipais.

f – Histórico e descrição:

Implantado no ano 2000, o Parque Cássia Eller (Figura 30) localiza-se no interior do condomínio – não formalizado legalmente – Fazenda da Serra. Encontra-se, pois, numa região de classe alta e classe média alta, estritamente residencial (Figuras 31 a 33).



Figura 30 – Implantação do Parque Cássia Eller.

Fonte: Imagem confeccionada pelo autor, a partir da base de dados cedida pela Prospectiva Empreendimentos e Participações.



Figura 31 – Vista aérea do Parque Cássia Eller e seu entorno, capturada em maio de 2007. Fonte: Google Earth.



Figura 32 – Vista parcial do Fazenda da Serra.
Fonte: Arquivo do autor (nov. 2006).



Figura 33 – Vista parcial do Fazenda da Serra.
Fonte: Arquivo do autor (out. 2006).

Tendo sido feito como compensação ambiental, exigida no processo de licenciamento ambiental do loteamento Fazenda da Serra, é por isso mesmo, uma área pública. Entretanto, a maioria da população de Belo Horizonte, inclusive alguns moradores do condomínio, desconhece este fato.

Este parque foi adotado pela Associação de Moradores do Fazenda da Serra, por meio do projeto “Adote o Verde” - um programa de parcerias desenvolvido pela prefeitura de Belo Horizonte para a implantação, revitalização e manutenção de áreas verdes na cidade. Os convênios são simples e, basicamente, delimitam as responsabilidades do adotante e da prefeitura. Ao adotante cabe manter as áreas verdes bem limpas e cuidadas. À prefeitura cabe o desenvolvimento do projeto de implantação ou reforma, o pagamento de contas de água e luz, apoio técnico e permissão para colocação de placa no local adotado, divulgando a parceria. Qualquer

cidadão, associação de bairro, escola, estabelecimento bancário, comércio, sindicato, empresa, indústria, órgão público ou ONG pode participar deste programa¹⁵.

Entretanto, como a Associação de Moradores do Fazenda da Serra é a responsável pelo parque, fazendo todo o serviço de administração e manutenção do mesmo (inclusive financeira), os moradores encaram o espaço como uma área de lazer do condomínio.

O parque, em si, não possui fechamento físico, mas os limites do loteamento são todos murados ou cercados. Assim, apesar de constar nos registros da Prefeitura Municipal como área pública, o parque tem acesso restrito aos moradores e seus convidados¹⁶. Esta situação gera questionamentos quanto à classificação desta área como um parque urbano, uma vez que, como analisado anteriormente, grande parte dos autores consideram como parque os espaços livres de uso público, estruturados por vegetação, destinados à recreação da população.

Apesar de no interior do condomínio, o uso ser estritamente residencial, na Avenida Tancredo Neves, há a presença de comércio e serviços (construtora, empresa de programação visual, academia, fábrica de pré-moldados, loja de autopeças, mecânica, fábrica de revestimentos de couro para veículos, retífica, etc.). Nesta mesma avenida, bem à frente da portaria do condomínio, há um ponto de ônibus, o que facilita o acesso, principalmente dos funcionários.

A cobertura vegetal arbórea é bastante diversificada e em vários estágios de crescimento, apresentando tanto vegetação isolada como grupos de árvores e ainda árvores em ritmo à margem da pista de *cooper*. Toda a área vegetada é coberta por grama. Nota-se a presença de pingo-de-ouro (*Duranta repens*) como bordadura dos canteiros, palmeiras de diversos tipos, quaresmeiras (*Tibouchina granulosa*), sibipirunas (*Caesalpinia peltophoroides*), bananeiras (*Musa* sp.), etc. A fauna é composta, basicamente, por aves e insetos. Pássaros de várias espécies podem ser vistos e ouvidos no parque, como também a presença de cigarras.

Pode-se dizer que o parque possui uma boa combinação de lazer aliado à conservação da natureza. Possui grande área verde e sua área de lazer, apesar de pequena, propicia diferentes possibilidades. Há uma quadra de peteca (Figura 34) e uma quadra de areia para vôlei e futebol (Figura 35); recanto com mesas para xadrez (Figura 36); *playground* (Figura 37); aparelhos de ginástica (Figura 38); quiosque; além de estrutura de apoio com cozinha e sanitários. Circundando o espaço de lazer e a área vegetada, encontra-se a pista de *cooper* (Figura 39).

¹⁵ Atualmente, a referida parceria entre a Prefeitura e a Associação de Moradores não se encontra renovada. No entanto, a associação continua cuidando da área.

¹⁶ Ressalta-se que para a entrada no referido parque foi necessária a apresentação de identidade, carta de autorização da prefeitura, emitida pela Fundação de Parques Municipais e crachá de pesquisador.



Figura 34 – Quadra de Peteca
Fonte: Arquivo do autor (nov. 2006).



Figura 35 – Quadra de areia
Fonte: Arquivo do autor (out. 2006).



Figura 36 – Recanto com mesas
Fonte: Arquivo do autor (out. 2006).



Figura 37 – Playground
Fonte: Arquivo do autor (out. 2006).



Figura 38 – Área para atividades físicas.
Fonte: Arquivo do autor (out. 2006).



Figura 39 – Pista de cooper
Fonte: Arquivo do autor (nov. 2006).

Praticamente todos os desníveis do parque são vencidos com escadas, como mostra a Figura 40. Por isso, a acessibilidade para portadores de necessidades especiais é bem precária. Há rampa de acesso somente entre um ponto da calçada e a pista de cooper (Figura 41).



Figura 40 – Escadas de acesso
Fonte: Arquivo do autor (nov. 2006).



Figura 41 – Rampa de acesso
Fonte: Arquivo do autor (nov. 2006).

Atividades culturais são pouco freqüentes. Todavia, há alguns eventos fixos para os condôminos, tais como Festa dos Pais, Festa das Mães, Festa das Crianças, Festa Junina e Carnaval. Fora estes eventos, esporadicamente, algum morador promove festas de aniversário. Aulas de ioga também acontecem no parque.

Quanto a atividades de educação ambiental, a freqüência é bastante baixa. Algumas atividades voltadas para crianças já aconteceram, tais como plantio de árvores, reunião com grupos de escoteiro e palestra sobre a importância de coleta seletiva. Além disso, os funcionários do condomínio já fizeram curso sobre proteção e prevenção contra incêndios. Entretanto, tais atividades são bastante esporádicas.

3.4.3. Parque Ecológico Promotor Francisco Lins do Rego

a – Localização: Av. Otacílio Negrão de Lima, 7.111, Pampulha.

b – Área: aproximadamente 300.000 m².

c – Regulamentação: não informada

d – Projeto: Gustavo Pena, Álvaro Hardy e Mariza Machado Coelho.

e – Administração: Fundação Zôo-Botânica.

f – Histórico e descrição:

O Parque Ecológico Promotor Francisco Lins do Rego (Figura 42), já conhecido como Parque Ecológico da Pampulha, foi implantado em uma ilha artificial formada por resíduos que, vindos dos córregos que alimentam a Lagoa da Pampulha, sedimentaram-se em seu fundo. A dragagem desse material e seu depósito junto à margem deram origem à Ilha da Ressaca, que, antes de abrigar o novo uso, era considerada um estorvo. Em forma de platô, a ilha, tinha o apelido de “porta-aviões”.

A transformação do espaço começou em 1997 com o plantio de três mil mudas de árvores, representantes dos ecossistemas: Amazônia, Mata Atlântica e Cerrado, formando o atual Bosque. No entanto, foi em maio de 2004 que o parque foi inaugurado.

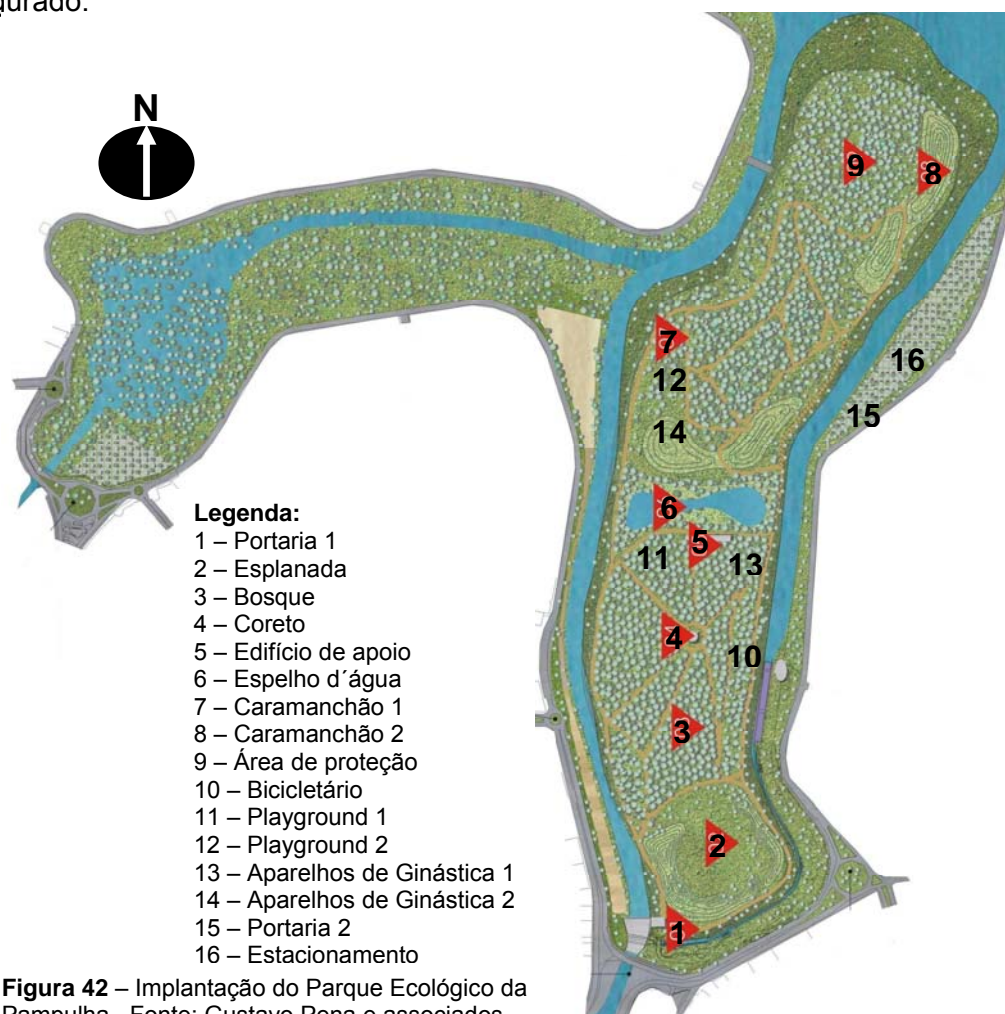


Figura 42 – Implantação do Parque Ecológico da Pampulha. Fonte: Gustavo Pena e associados

O Parque Ecológico está localizado num dos pontos turísticos de Belo Horizonte, numa área basicamente residencial, mas com a presença marcante de outras instituições, já citadas anteriormente. Por isso mesmo, o acesso ao mesmo é bastante facilitado pelas linhas de ônibus urbanos. Ressalta-se que há um ponto em frente à portaria 1.

O fechamento do parque dá-se apenas em alguns pontos, uma vez que sua localização dentro da Lagoa da Pampulha (Figura 43) garante o isolamento de algumas áreas. Vê-se, assim, proteção com telas somente nos locais necessários.



Figura 43 – Vista aérea do Parque Ecológico da Pampulha e seu entorno, capturada em maio de 2007. Fonte: Google Earth.

Atualmente, há duas portarias. No entanto, pretende-se fechar a portaria 1 (Figura 44) que é a mais antiga, visto ser oneroso arcar com o funcionamento das duas. Além disso, o estacionamento da portaria antiga comporta poucos carros (são 25 vagas demarcadas) enquanto que o estacionamento da nova portaria (Figura 45) tem 120 vagas para carros e oito para ônibus.



Figura 44 – Portaria 1
Fonte: Gustavo Pena e associados



Figura 45 – Ponte e Portaria 2
Fonte: Arquivo do autor (jan. 2007).

O espaço tem como prioridade oferecer à população programas voltados para a educação ambiental, atividades culturais, como *shows*, teatros, danças e exposições; promover entretenimento aos adultos e às crianças e despertar a consciência das pessoas pela preservação da natureza.

Cinco setores compõem o parque: esplanada, bosque (Figura 46), centro administrativo e de apoio, área silvestre e de proteção ambiental. Nas áreas livres predominam árvores e gramas e há o mínimo de construções. Próximo ao centro de apoio, há um espelho d'água com capacidade de sete mil metros cúbicos (Figura 47).



Figura 46 – Bosque
Fonte: Arquivo do autor (dez. 2006).



Figura 47 – Espelho d'água
Fonte: Arquivo do autor (dez. 2006).

A principal edificação, o centro de apoio (Figuras 48 e 49), é composta por um volume branco de desenho conciso, ao qual se anexa uma varanda, com marquise apoiada em delgados pilares arredondados. O centro abriga a administração, uma lanchonete, um pequeno auditório, sanitários, vestiários dos funcionários e cantina.



Figura 48 – Centro de Apoio
Fonte: Gustavo Pena e associados.

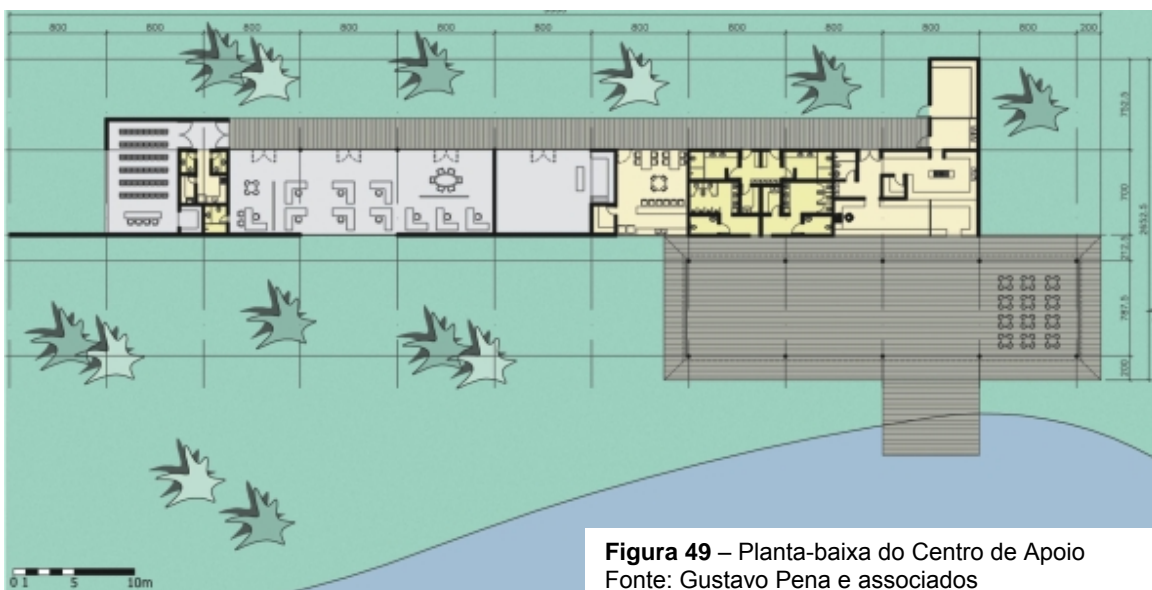


Figura 49 – Planta-baixa do Centro de Apoio
Fonte: Gustavo Pena e associados

Próximo à portaria 1, encontra-se a Esplanada (Figura 50), local destinado a apresentações culturais, *shows* e eventos, cercada por colinas verdes que fazem a proteção acústica. Além disso, é a área destinada a jogos de futebol e à prática de soltar pipas. No Bosque, pode-se fazer caminhadas e piqueniques



Figura 50 – Esplanada
Fonte: Arquivo do autor (dez. 2006).

As áreas Silvestre e de Proteção Ambiental são locais destinados à preservação da fauna e da flora naturais da região, sendo que na última é vedada a entrada de visitantes. Animais como gambá (*Didelphis albiventris*), capivara (*Hydrochaeris hydrochaeris*), iguana (*Iguana iguana*), jacaré-do-papo-amarelo (*Caiman latirostris*), além de peixes e garças (*Casmerodius albus* e *Egretta thula*) habitam o parque. Quanto à flora, é composta por espécies pioneiras e colonizadoras como a jetirana (*Ipomoea cairica*), a leucena (*Leucaena leucocephala*) e a mamona (*Ricinus communis*).

No Parque Ecológico são desenvolvidas atividades permanentes na esfera da ciência, como pesquisa científica e visitas monitoradas. Para receber os visitantes e os grupos agendados, há disponível uma equipe de monitores, treinada pelos profissionais do Serviço de Educação Ambiental. Eles são aptos a orientar crianças e adultos quanto ao meio ambiente e sua conservação, além de esclarecer dúvidas relativas à flora e fauna do parque.

No interior do parque, há uma Estação de Tratamento de Água, a qual é bastante explorada nas visitas dos grupos. Além disso, há várias placas educativas pelo parque, com curiosidades, charadas e jogo da memória com representantes da flora e fauna brasileiras (Figuras 51 e 52). Esporadicamente, há eventos com funções educativas, tais como exposições.



Figura 51 – Jogo da memória
Fonte: Arquivo do autor (dez. 2006).



Figura 52 – Charada
Fonte: Arquivo do autor (dez. 2006).

Uma iniciativa interessante do parque é o projeto “Bicicleta para Todos”, o qual oferece à população lazer de qualidade aliado à promoção da saúde: vinte bicicletas estão à disposição dos visitantes para utilizarem gratuitamente. A partir de um documento de identificação, qualquer pessoa maior de 18 anos pode pegar uma bicicleta e percorrer o parque em determinadas áreas.

Um dos problemas percebidos é a falta de acessibilidade para portadores de necessidades especiais. Apesar de se ver, nas edificações, preocupação em rebaixamento de pisos, sanitários exclusivos e adaptados para pessoas com problemas de locomoção, no parque como um todo não se percebe tal preocupação.



Figura 53 – Pista

Fonte: Arquivo do autor (dez. 2006).

Não há muitos caminhos predefinidos nos parques. Pode-se – e até se incentiva – pisar na grama. As pistas existentes são utilizadas pelos ciclistas e por aqueles que desejam fazer caminhada. Todavia, as pistas são de seixos rolados (Figura 53). Assim, a locomoção é dificultada, ora em pedras ora em gramados. No projeto, há a previsão de uma pista para locomoção de portadores de necessidades especiais, com piso intertravado. Entretanto, ainda não foi executada. De acordo com a gerência do parque, a execução da mesma está em fase de estudo para se efetuar a licitação.

Capítulo 4

Resultados e Discussão



“Os grandes parques são a materialização de uma narrativa, ligada a uma linguagem e a uma forma de ‘escrita’, que deixam suas marcas na cidade através do tempo”.

Angelo Serpa

4.1. APROPRIAÇÃO CARACTERIZADA A PARTIR DO PERFIL DOS USUÁRIOS E USOS DOS PARQUES

Como pode ser observado nos Gráficos 1, 2 e 3, a diferença entre as porcentagens do número de homens e mulheres usuários dos parques é bem pequena, o que indica que as opções de lazer oferecidas por cada um dos parques são atrativas para ambos os sexos. No entanto, a predominância do gênero masculino dá-se em todos eles. Um dos motivos para que a diferença entre o número de homens e mulheres no Parque do Confisco apresentar-se um pouco maior é a Escolinha de Futebol, a qual funciona no parque, tendo várias turmas para meninos. Já no Parque Cássia Eller e no Parque Ecológico, essa diferença é menor.

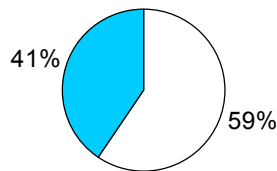


Gráfico 1 – Distribuição dos usuários do Parque do Confisco, quanto ao gênero.

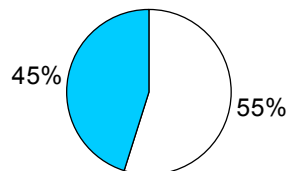


Gráfico 2 – Distribuição dos usuários do Parque Cássia Eller, quanto ao gênero.

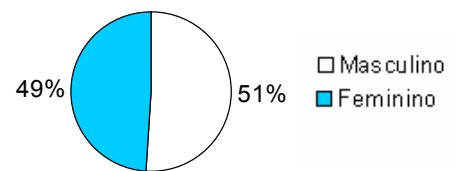


Gráfico 3 – Distribuição dos usuários do Parque Ecológico, quanto ao gênero.

Observando os Gráficos 4, 5 e 6, percebe-se que, com exceção do número de idosos, quanto à faixa de idade, os parques apresentam uma distribuição, de certo modo, mais homogênea.

No caso do Parque do Confisco, pode-se dizer que além de poucas opções para o público mais velho, tais como pistas para caminhadas ou espaços com mesas e bancos, acrescentavam-se problemas de acessibilidade. No entanto, com o projeto de revitalização do parque, executado após os levantamentos de dados do presente trabalho, foram construídas rampas de acesso em diversos pontos das calçadas e uma rampa entre espaços que anteriormente só eram vencidos com escadas. Isso poderá contribuir para atrair os idosos.

Já o Parque Cássia Eller e o Parque Ecológico apresentam opções para o público idoso. No entanto, também enfrentam problemas de acessibilidade, sobretudo o primeiro deles, conforme mencionado anteriormente.

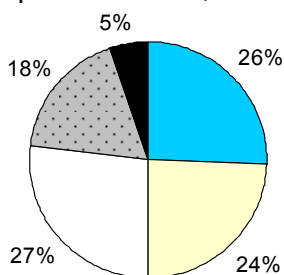


Gráfico 4 - Distribuição dos usuários do Parque do Confisco, quanto à idade.

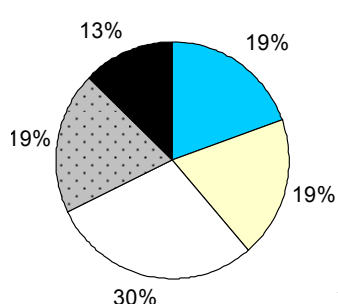


Gráfico 5 - Distribuição dos usuários do Parque Cássia Eller, quanto à idade.

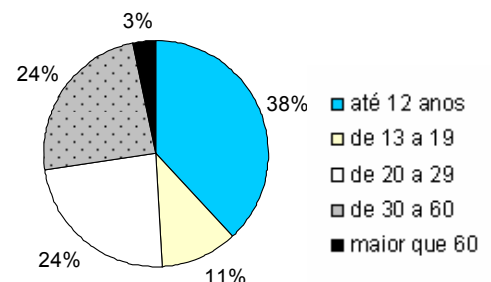


Gráfico 6 - Distribuição dos usuários do Parque Ecológico, quanto à idade.

Os gráficos 7, 8 e 9 apresentam a distribuição de usuários por estado civil. Em todos os parques, o número de pessoas solteiras é bem mais expressivo. Entretanto, comparando-os com os Gráficos 4, 5 e 6, percebe-se que em todos os objetos de estudo, uma porcentagem elevada dos freqüentadores é de crianças e adolescentes, o que faz com que o número de solteiros seja tão mais representativo.

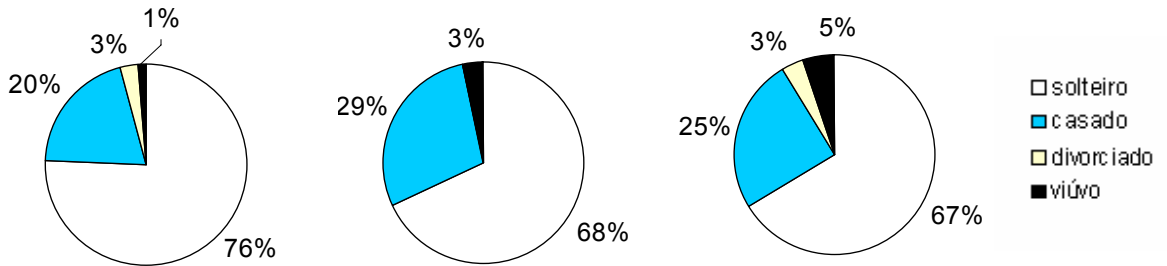


Gráfico 7 - Distribuição dos usuários do Parque do Confisco, quanto ao estado civil.

Gráfico 8 - Distribuição dos usuários do Parque Cássia Eller, quanto ao estado civil.

Gráfico 9 - Distribuição dos usuários do Parque Ecológico, quanto ao estado civil.

Como se vê no Gráfico 10, quase 60% dos entrevistados no Parque do Confisco não têm nem o Ensino Fundamental completo. Naturalmente que neste número estão incluídos crianças e adolescentes ainda em idade escolar. Entretanto, como se observa, não há também pessoas com superior completo ou incompleto, o que explicita bastante a carência do bairro. Esta situação é explicitada pelo Gráfico 13, uma vez que, entre os usuários do Parque do Confisco, 50% têm renda familiar menor que dois salários mínimos.

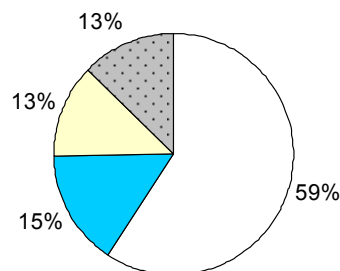


Gráfico 10 - Distribuição dos usuários do Parque do Confisco, quanto à escolaridade.

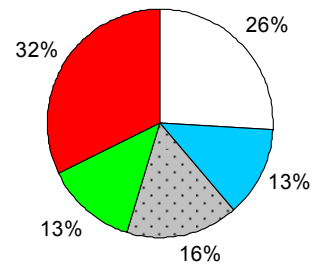


Gráfico 11 - Distribuição dos usuários do Parque Cássia Eller, quanto à escolaridade.

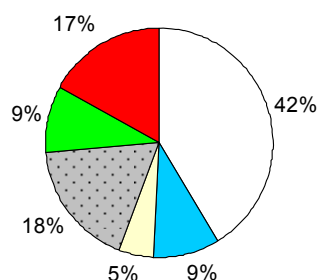


Gráfico 12 - Distribuição dos usuários do Parque Ecológico, quanto à escolaridade.

- fundamental incompleto
- fundamental completo
- médio incompleto
- médio completo
- superior incompleto
- superior completo

Entre os entrevistados do Parque Cássia Eller, a situação é totalmente oposta. Usuários com formação superior completa e incompleta somam 45% do total, como mostra o Gráfico 11. O Gráfico 14 indica que a renda familiar apresenta-se bastante discrepante. A grande maioria possui renda acima de doze salários mínimos, os quais são moradores do condomínio. Nas faixas mais baixas, encontram-se os funcionários da Associação de Moradores e as babás, os quais também freqüentam o parque (a trabalho).

Já o Parque Ecológico da Pampulha apresenta uma variabilidade maior nos dados, tanto no tocante à escolaridade, quanto à renda familiar (Gráficos 12 e 15). Sem dúvida, este é um dado que indica uma característica marcante do parque: a atratividade de pessoas de várias regiões da cidade.

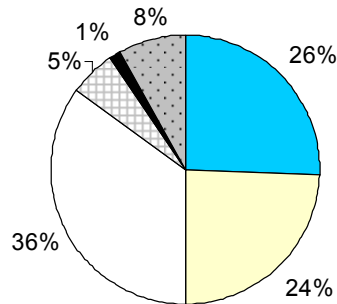


Gráfico 13 - Distribuição dos usuários do Parque do Confisco, quanto à renda familiar.

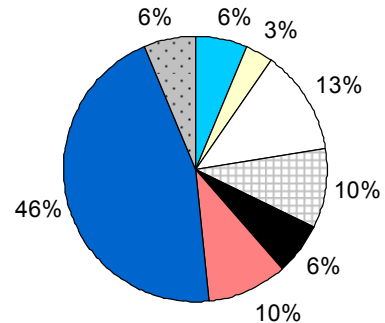


Gráfico 14 - Distribuição dos usuários do Parque Cássia Eller, quanto à renda familiar.

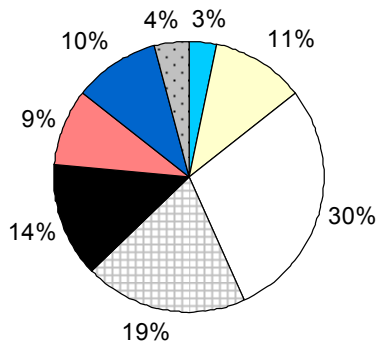


Gráfico 15 - Distribuição dos usuários do Parque Ecológico, quanto à renda familiar.

- até 1 salário
- de 1 a 2 salários
- de 2 a 4 salários
- de 4 a 8 salários
- de 8 a 12 salários
- de 12 a 15 salários
- maior que 15 salários
- não sabe

Nos três parques, a grande maioria de pessoas entrevistadas reside em Belo Horizonte (Confisco: 92%; Cássia Eller: 97%; Parque Ecológico: 94%). Destes percentuais, no caso do Parque do Confisco, 87% dos entrevistados são moradores do Bairro Confisco, o que demonstra que o mesmo pode ser classificado como um parque de bairro. No caso do Parque Cássia Eller, 60% dos entrevistados são moradores do Fazenda da Serra. Os 40% restantes representam, em sua maioria, os funcionários da Associação de Moradores e as babás contratadas pelos condôminos. Já o Parque Ecológico da Pampulha tem um caráter mais metropolitano e há freqüentadores de diversos bairros da cidade, como se pode ver no Gráfico 16.

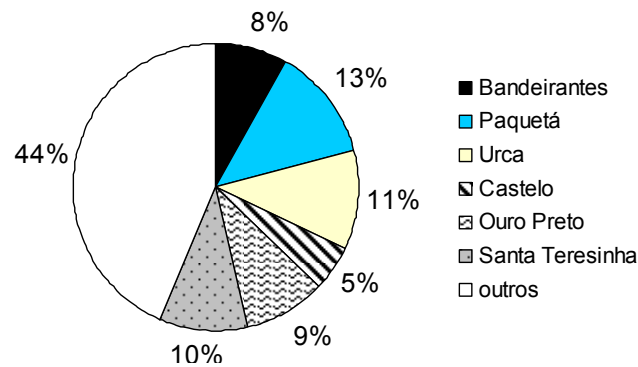


Gráfico 16 - Distribuição dos usuários do Parque Ecológico da Pampulha quanto ao bairro onde moram.

Entretanto, os bairros mais recorrentes estão relativamente próximos ao Parque Ecológico, o que demonstra a necessidade de se potencializar seu caráter de parque metropolitano.¹⁷

O meio de transporte utilizado para se chegar a cada parque é outro fator que reforça o que vem sendo discutido acima. Como se vê no Gráfico 17, a maioria dos usuários do Parque do Confisco e do Parque Cássia Eller chegam ao parque a pé, enquanto que, no Parque Ecológico da Pampulha, há maior distribuição entre as opções, com predominância de pessoas com veículos próprios.

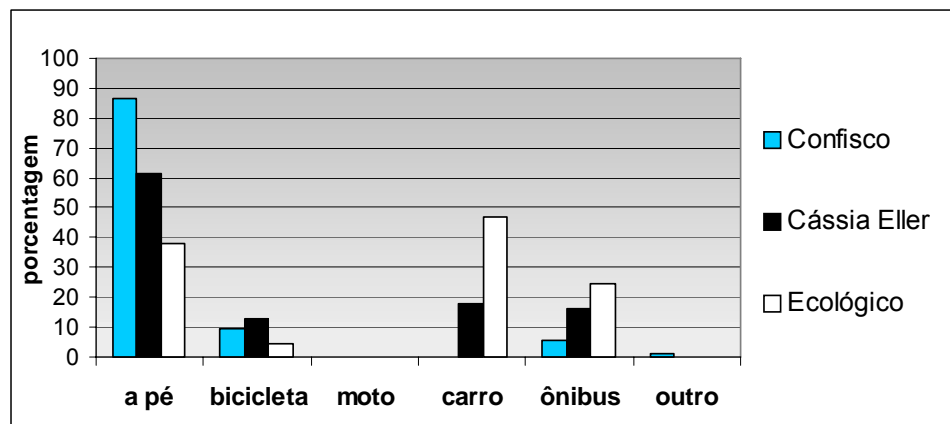


Gráfico 17 – Meio de transporte utilizado pelos usuários para se chegar aos parques.

Em todos os parques, os entrevistados foram indagados quanto à presença de outras áreas verdes localizadas nas proximidades de suas casas. Como se vê na Tabela 1, em todos eles, a ampla maioria respondeu afirmativamente.

Tabela 1 – Existência de outra área verde próxima à residência do entrevistado

	Sim	Não
Parque do Confisco	67%	33%
Parque Cássia Eller	92%	8%
Parque Ecológico	73%	27%

¹⁷ No item “outros” encontram-se diversos bairros da cidade, mas que, isoladamente, não atingiram 3% do total de entrevistados.

Em caso afirmativo, os mesmos foram questionados quanto ao porquê da preferência por aquela e não por outra área próxima à residência. No Parque do Confisco, a maioria das justificativas dava-se em virtude dos campeonatos de futebol que acontecem nele, que se revelam como um atrativo não só para crianças, mas para famílias inteiras. Além disso, a presença de amigos e familiares e o baixo fluxo de veículos também apareceram com freqüência.

No Parque Cássia Eller, a segurança foi o fator mais citado, seguido pela localização próxima à residência e pela presença de familiares no condomínio.

No Parque Ecológico da Pampulha, a variabilidade das respostas foi bem maior. A segurança também foi a justificativa mais citada. As possibilidades diferentes de lazer que o parque oferece, tais como soltar pipa, fazer piquenique, jogar bola, entre outras, também apareceram com freqüência. A beleza da paisagem e a extensão do parque também atraem pessoas que desejam descansar e, ao mesmo tempo, propiciar uma alternativa de lazer num local aberto para os filhos. Por fim, a entrada franca também foi bastante citada.¹⁸

A freqüência de visitação nos parques também é bastante variada. Enquanto nos parques do Confisco e Cássia Eller, grande parte dos usuários (82 e 90%, respectivamente) freqüenta o mesmo pelo menos uma vez por semana, no Parque Ecológico, quase metade dos entrevistados faz visitas esporádicas ao mesmo (Gráficos 18, 19 e 20).

Confrontando estes dados com o tempo de permanência em cada parque, comprova-se o que disse Magnoli (1986), que é pela relação entre o uso diário e a duração reduzida que se pode observar que são espaços que provavelmente estejam próximos da habitação, sendo, portanto, de uso local. Em contrapartida, para atividades de longa duração, o tempo de acesso passa a ter relativa interferência, permitindo localizações de nível metropolitano.

¹⁸ Uma resposta curiosa que demonstra a amplitude que programas desenvolvidos nos parques podem alcançar foi a de um adolescente, morador do bairro do Confisco. Indagado pelo motivo da preferência ao Parque Ecológico, ele respondeu que costuma jogar bola no Parque do Confisco e que já visitou o Zoológico várias vezes (áreas verdes próximas a sua casa), mas gosta de ir ao Parque Ecológico para poder andar de bicicleta, pois não possui uma própria.

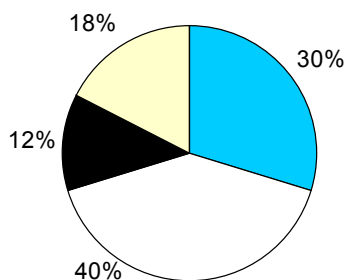


Gráfico 18 - Distribuição dos usuários do Parque do Confisco, quanto à frequência de visitação.

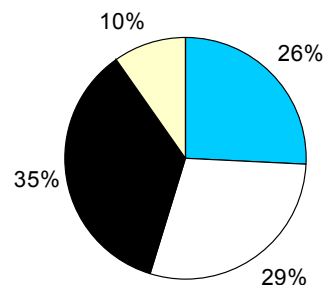


Gráfico 19 - Distribuição dos usuários do Parque Cássia Eller, quanto à frequência de visitação.

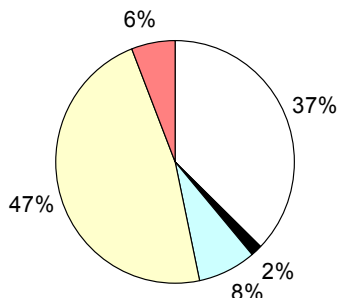


Gráfico 20 - Distribuição dos usuários do Parque Ecológico, quanto à frequência de visitação.

- diariamente
- semanalmente
- mais de uma vez por semana
- mensalmente
- esporadicamente
- é primeira vez que venho

Percebe-se por meio dos Gráficos 21, 22 e 23 que nos parques Confisco e Cássia Eller, ampla maioria do público permanece na área por até duas horas. No Parque Ecológico, vê-se o contrário, uma vez que 76% dos visitantes permanecem no mesmo por mais de duas horas.

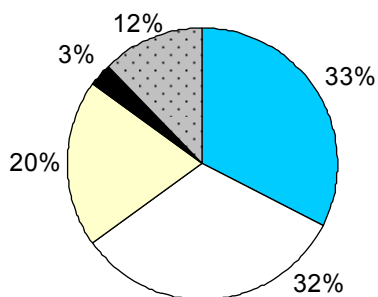


Gráfico 21 - Distribuição dos usuários do Parque do Confisco, quanto ao tempo de permanência no mesmo.

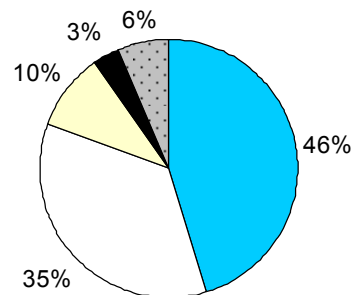


Gráfico 22 - Distribuição dos usuários do Parque Cássia Eller, quanto ao tempo de permanência no mesmo.

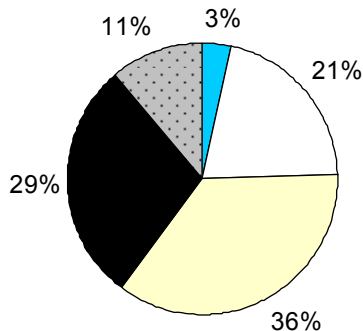


Gráfico 23 - Distribuição dos usuários do Parque Ecológico, quanto ao tempo de permanência no mesmo.

- até 1 hora
- de 1 a 2 horas
- de 2 a 4 horas
- de 4 a 6 horas
- mais que 6 horas

No caso do Parque do Confisco, a duração reduzida explica-se pelo fato de que o uso preponderante dá-se com a prática de esportes, como se pode ver no Gráfico 24. Muitas crianças que freqüentam a Escolinha de Futebol e seus responsáveis permanecem no parque somente durante o período de aulas. Além disso, vêem-se muitas mães ou responsáveis com crianças menores de cinco anos nos horários de sol mais brando (a questão dos usos x horários será melhor explorada no item 4.2) Além disso, a área é bastante utilizada como passagem, uma vez que se encontra entre ruas com usos diversos.

No Parque Cássia Eller, esta situação é ainda mais marcante. A prática de esportes também é o ponto forte do parque. Neste caso, porém, a caminhada é a modalidade preferida (Gráficos 24 e 25). Assim, muitos condôminos fazem caminhadas pela pista e retornam em seguida para suas residências. Com isso, fica claro o porquê da duração reduzida da permanência dos usuários no mesmo.

O Parque Ecológico da Pampulha apresenta características bastante diversas. Indagados quanto às atividades desenvolvidas, pode-se observar que respostas como “descansar”, “passear”, “brincar” e “contemplar a natureza” são bastante freqüentes. Vê-se com isso, uma predominância de lazer contemplativo.

A prática de esportes também tem a sua importância no Parque Ecológico. Todavia, enquanto nos outros parques, os usuários saem de casa com este objetivo e, de um modo geral, não permanecem após a atividade, no Parque Ecológico, tal prática não parece ser o fim último da visita ao local, uma vez que a permanência é mais prolongada. Além disso, ressalta-se que os esportistas preferem a orla da Lagoa, local mais adequado à caminhada, corrida e ciclismo.

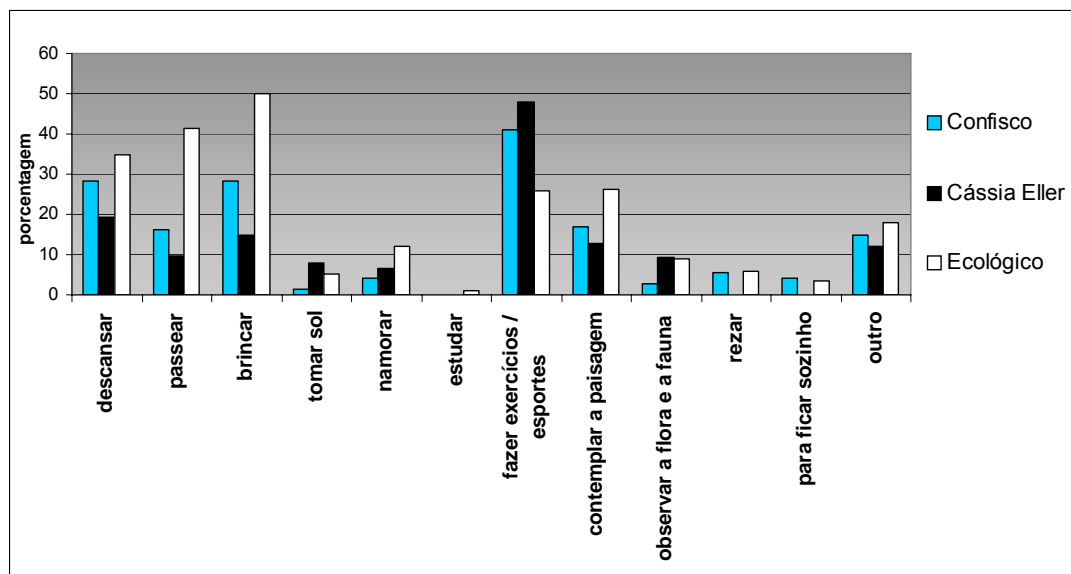


Gráfico 24 – Comparação entre as atividades desenvolvidas pelos usuários nos parques.

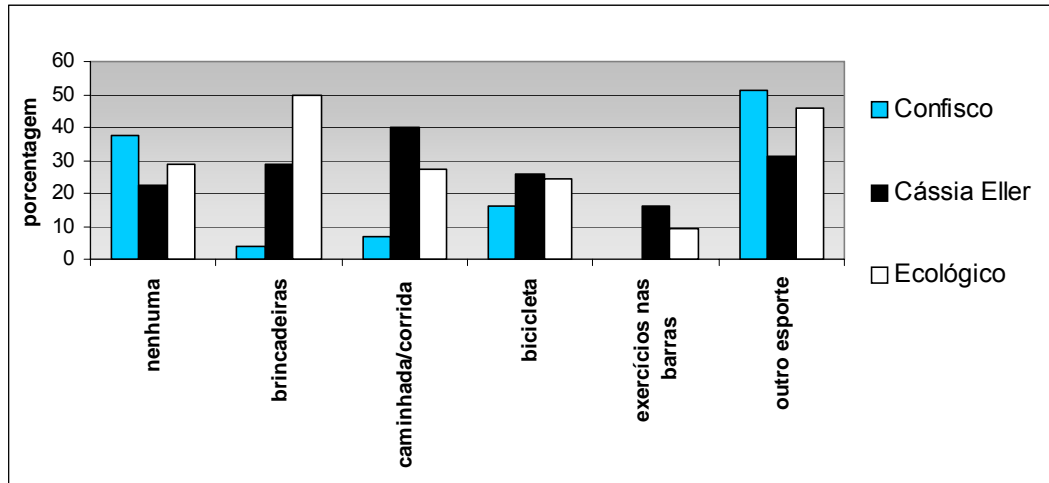


Gráfico 25 – Comparação entre as atividades físicas desenvolvidas pelos usuários nos parques

Entre as atividades de longa duração no Parque Ecológico e que se enquadram no item “passar” estão os piqueniques, muito comuns nos taludes da Esplanada e no Bosque. Tal atividade dá-se, em geral, em família.

A propósito, como se observa no Gráfico 26, no Parque Ecológico, predominantemente, os usuários estão acompanhados de seus familiares, o que indica que a área propicia uma opção de lazer em família. Já nos parques Confisco e Cássia Eller, há uma maior distribuição entre visitas com familiares, amigos ou mesmo sozinhos.

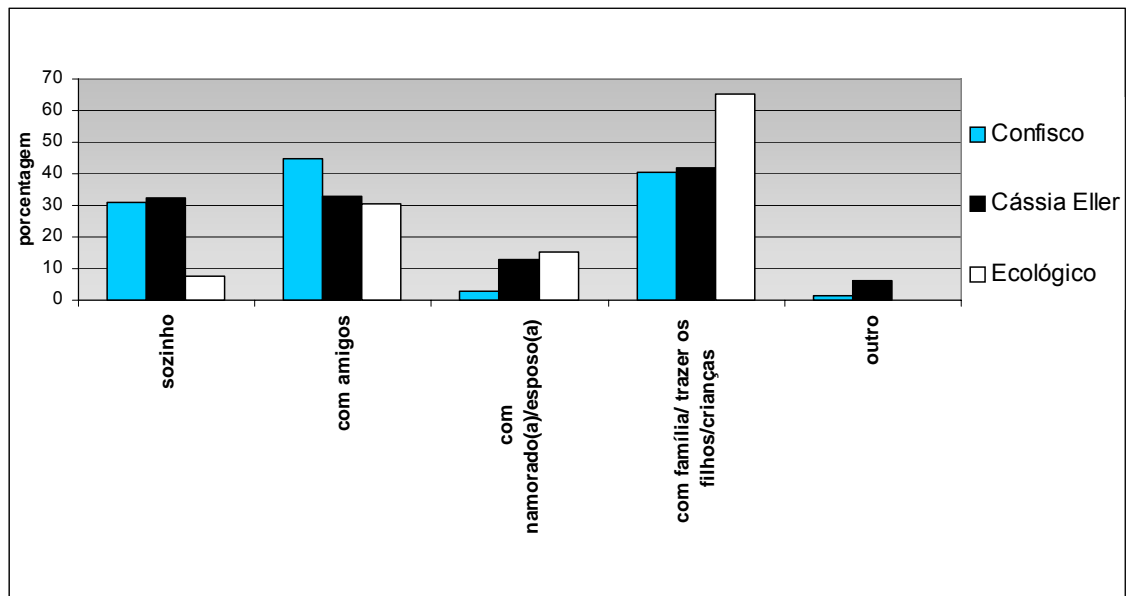


Gráfico 26 – Comparação da companhia dos usuários nas visitas a cada parque.

Atividades de educação ambiental são pouco freqüentes nos parques do Confisco e Cássia Eller, como também a participação dos freqüentadores nas mesmas. Entretanto, no Parque Ecológico da Pampulha são desenvolvidas atividades permanentes, as quais já foram mencionadas. Ainda assim, como se vê no Gráfico 27,

menos de 40% dos entrevistados já participaram das referidas atividades, muitas vezes pela falta de conhecimento.

Deve-se ressaltar que embora os freqüentadores não tenham participado de alguma atividade formal nesta área, a simples presença das placas educativas, como é o caso no Parque Ecológico, é um meio de se promover a educação ambiental dos usuários.

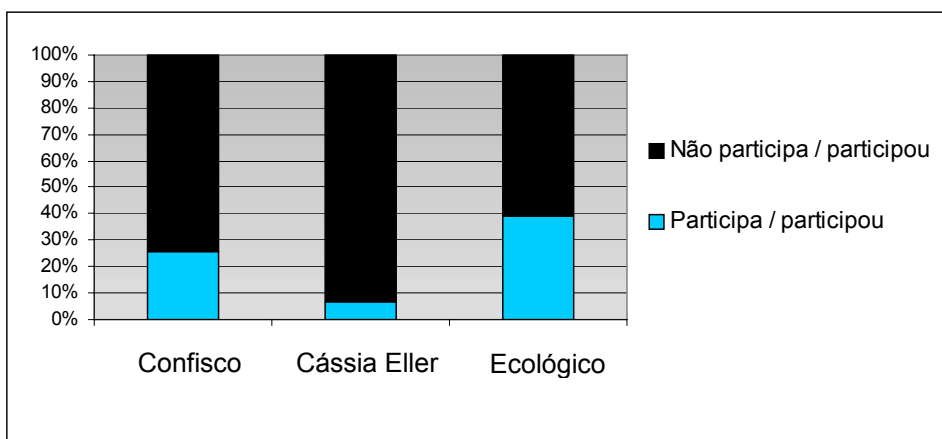


Gráfico 27 – Distribuição da participação dos usuários em atividades de educação ambiental em cada parque.

A participação dos usuários nas atividades culturais de cada parque também é um dado interessante. No caso do Confisco, há *shows* e peças teatrais, esporadicamente, além das festas juninas. No Cássia Eller, há as festas fixas dos condôminos. Assim, apesar de pouco freqüentes, como os parques são de uso local, em ambos, a participação dos usuários é bastante considerável nessas ocasiões, como se pode ver no Gráfico 28. Por sua vez, o Parque Ecológico da Pampulha possui em seu calendário atividades culturais programadas, mas apenas cerca de 40% dos entrevistados já participaram de tais atividades.

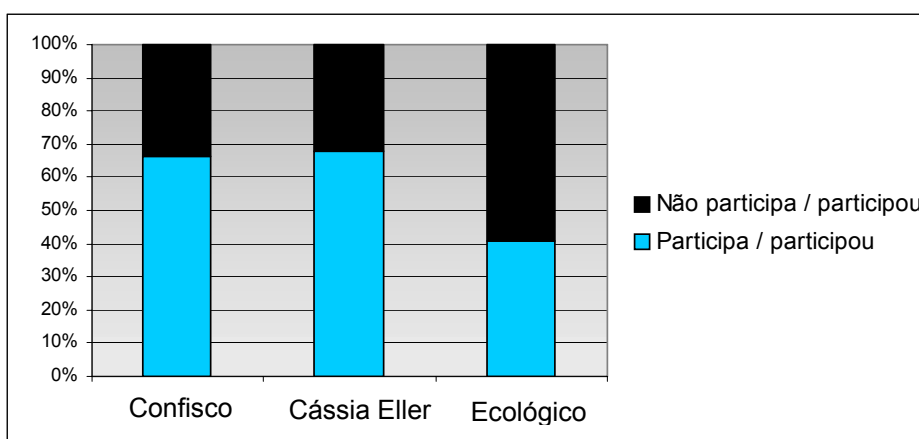


Gráfico 28 – Distribuição da participação dos usuários em atividades culturais em cada parque

Vê-se com os Gráficos 27 e 28 que os três parques devem investir mais em educação ambiental e atividades culturais. No entanto, no Parque Ecológico já existe um número significativo de atividades nessas áreas, o que indica uma necessidade de se promover melhor o que o parque já oferece, seja com divulgação ou diversificação de horários, para se atingir um público maior. Estas podem ser vertentes que explorem e potencializem o caráter metropolitano que, acredita-se, tal parque possui.

Quadro 1 – Quadro resumo do perfil dos usuários dos parques e das atividades desenvolvidas.

Elemento de análise	Parque		
	Confisco	Cássia Eller	Ecológico
Gênero predominante	masculino	masculino	masculino
Faixa etária predominante	Crianças e adolescentes	jovens	crianças
Estado civil predominante	solteiro	solteiro	solteiro
Escolaridade predominante	fundamental incompleto	superior completo	fundamental incompleto
Faixa de renda familiar predominante	até 2 salários mínimos	acima de 15 salários mínimos	entre 2 e 8 salários mínimos
Meio de transporte predominante	a pé	a pé	carro
Periodicidade de uso predominante	semanalmente	mais de uma vez por semana	esporadicamente
Tempo de permanência predominante	até duas horas	até duas horas	superior a duas horas
Tipo de lazer predominante	ativo	ativo	passivo
Atividade física predominante	futebol	caminhada	brincadeiras infantis
Companhia predominante	amigos	família	família

4.2. ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO E USOS NOS PARQUES

Acredita-se que haja uma relação entre o grau de conservação dos espaços de cada parque (infra-estrutura, instalações, equipamentos e recursos naturais) e o nível de apropriação dos usuários. Partindo da hipótese de que se o usuário sente-se “proprietário” e encara o espaço como “seu”, ele contribuirá para a sua manutenção e conservação.

Deste modo, a seguir serão apresentados, primeiramente, observações sobre o estado geral de conservação sobre as diversas áreas dos parques e, num segundo momento, quadros que indicam os locais e horários utilizados pelos frequentadores. Foram elaborados, mediante a observação *in loco* em dias úteis e finais de semana.

4.2.1. Estado geral de conservação

a - Parque do Confisco

Equipamentos e instalações existentes

- Quadra poliesportiva e quadra de peteca

As quadras estão bastante depredadas. Ambas estão pichadas e as telas de fechamento apresentam rasgos em vários pontos; os gols não têm redes; não há mais estrutura de fixação para redes de peteca e vôlei. Ainda assim, elas são bastante utilizadas, sobretudo para o futebol de salão.

- Campo de futebol:

O campo de futebol não está gramado e não tem a marcação de seus limites, nem redes nos gols; é um pouco desnivelado e, em épocas de chuva, apresenta pontos com poças de lama.

Um fato interessante - que denota a apropriação - é que os próprios usuários levam cal e, antes dos jogos, improvisam a marcação dos limites do campo.

- Esplanada:

Os frequentadores denominam o espaço de “quadradão”, o qual é bastante utilizado como pista de *skate* e bicicleta. Encontra-se em bom estado de conservação, mas com manchas causadas pela umidade em alguns trechos.

- Palcos:

Existem dois palcos, um central (Figura 54) que se encontra em bom estado, mas alguns entrevistados não o reconhecem como tal, dizendo até mesmo que ele não tem função. Dizem: “Esta escada redonda não serve pra nada!” Sugere-se, com

certa freqüência, que o espaço por ele ocupado seja transformado numa pista de *skate*.

Quanto ao outro (Figura 55), encontra-se totalmente pichado e as telas de proteção de seu guarda-corpo estão cheias de falhas. Comumente é utilizado nas festas que ocorrem no parque.



Figura 54 – Palco central.
Fonte: Arquivo do autor (nov. 2006).



Figura 55 – Palco.
Fonte: Arquivo do autor (nov. 2006).

- Recantos

Há vários espaços denominados recantos pelo parque. São na verdade, bancos de alvenaria, construídos em formas arredondadas, criando assim um recanto no espaço. Todos eles estão em bom estado de conservação, mas com algumas manchas de umidade (Figura 56).



Figura 56 – Recanto.
Fonte: Arquivo do autor (out. 2006).

Mobiliário

Os mobiliários urbanos são bastante escassos no Parque do Confisco. Os poucos existentes estão depredados. Não há bancos pelo parque, somente os recantos atendem a esta função. Também não há telefones públicos, mas nas ruas que o circundam, encontram-se alguns. O número de lixeiras também é muito pequeno. Porém, isso se deve à constante depredação. Pelo mesmo motivo, optou-se por se utilizar postes de iluminação bastante altos.

Recursos naturais

A presença de três nascentes drenadas para a porção mais baixa do parque já foi mencionada. A água que jorra da mina não é potável, segundo os freqüentadores, é uma “água enferrujada”.

A cobertura vegetal também sofre com a depredação. O bosque de mangueiras, eucaliptos e paineiras resistiu ao tempo. Entretanto, as mudas plantadas, sobretudo na

parte de cima do parque, foram, em sua maioria, arrancadas dos locais. Por este motivo, grande parte do parque não possui sombreamento.

No projeto de revitalização, há uma preocupação em se sombrear mais a parte de cima do parque. No entanto, a ação de vândalos é um grande empecilho à arborização do Parque do Confisco.

Quanto à fauna, pode-se dizer que ela não é muito diversificada. Ainda assim, uma das distrações preferidas por algumas crianças e adolescentes é atirar pedras em passarinhos e montar armadilhas para eles.

b - Parque Cássia Eller

Equipamentos e instalações existentes:

- Administração

A administração não é somente do Parque Cássia Eller. Na edificação – a qual se encontra em bom estado de conservação – funciona a administração da Associação de Moradores do Fazenda da Serra (Figura 57).

- Guarita

Encontra-se em bom estado de conservação. No entanto, não é utilizada para este fim, sendo, pois, o lugar para o cartão de ponto dos funcionários do condomínio. Em seu interior, há um banheiro para os mesmos.

- *Playground*

O *playground* encontra-se em bom estado de conservação. Os poucos brinquedos existentes são em madeira, estando descascados em alguns pontos.

- Quiosque

O quiosque também se encontra em ótimo estado de conservação (Figura 58).

- Apoio/cozinha

A cozinha é utilizada pelos funcionários e, eventualmente, pelos moradores. É aberta e encontra-se em ótimo estado de conservação, tanto a edificação como o mobiliário (Figura 59).



Figura 57 – Administração.
Fonte: Arquivo do autor (nov. 2006).



Figura 58 – Quiosque
Fonte: Arquivo do autor (nov. 2006).



Figura 59 – Área de apoio/cozinha
Fonte: Arquivo do autor (nov. 2006).

- Sanitários

Os sanitários estão em bom estado de conservação e permanecem sempre limpos.

- Quadras

Tanto a quadra de peteca como a quadra de areia para vôlei e futebol encontram-se em ótimo estado de conservação, inclusive as redes.

A quadra de areia é pouco utilizada, pois uma criança já foi picada por um escorpião, o que levou alguns pais a proibirem a entrada de crianças na mesma. Assim, é comum ver algumas crianças utilizando os gols desta quadra, na quadra de peteca para jogarem futebol.

- Aparelhos de ginástica

São poucas barras e aparelhos para exercícios físicos. São muito pouco utilizados. Encontram-se em ótimo estado de conservação.

- Pista de *Cooper*

A pista de *cooper* também apresenta-se em bom estado (Figura 60). Em alguns trechos, há pequenas falhas na pavimentação.

- Ducha

A ducha em si está em bom estado. No entanto, não há tampa no ralo e o piso e as paredes estão inacabados, o que contrasta com todas as outras áreas do parque.

- Bebedouros

Há dois bebedouros e estes encontram-se em bom estado de conservação. Ressalta-se que há um mais baixo para crianças e deficientes.

Mobiliário

- Recanto com mesas

As mesas ficam na área mais sombreada do parque. Encontram-se em ótimo estado de conservação, inclusive a pintura do tabuleiro de xadrez.

- Bancos

Espalhados pelo parque, encontram-se em ótimo estado de conservação.

- Placas

São poucas placas, mas as existentes estão em ótimo estado de conservação.

- Postes de iluminação



Figura 60 – Pista de *cooper*.
Fonte: Arquivo do autor (out. 2006).

Todos os postes encontram-se em ótimo estado de conservação, tanto as luminárias para pedestres como aquelas para os ambientes (*playground*, pistas e quadras).

- Lixeiras

As poucas lixeiras existentes são pequenas e, quanto ao estado de conservação, pode-se dizer que se encontram regulares. Mesmo sendo poucas e pequenas, há lixeiras diferentes para os diversos resíduos, incentivando a coleta seletiva.

- Telefones públicos

No interior do parque, não há telefone público. O mais próximo encontra-se na Avenida Tancredo Neves, próximo à portaria do condomínio.

Recursos naturais

Os recursos naturais do Parque Cássia Eller também recebem atenção esmerada (Figuras 61 e 62). Os jardins e canteiros são muito bem cuidados; não há sinais de depredação. O plantio de árvores sistemático e custeado pela Associação de Moradores.



Figura 61 – Vista do parque.
Fonte: Arquivo do autor (nov. 2006).



Figura 62 – Jardim.
Fonte: Arquivo do autor (nov. 2006).

c - Parque Ecológico Promotor Francisco Lins do Rego

De um modo geral, não há sinais de depredação no parque. Os problemas observados são basicamente pela ação do tempo.

Equipamentos e instalações existentes:

- Portaria

Existem duas portarias. As edificações em si estão bem conservadas, sobretudo a mais recente. Entretanto, as roletas da portaria antiga não funcionam, o que dificulta o cálculo do número de visitantes.

- Centro de apoio

O Centro de Apoio abriga a administração do parque, a lanchonete, um pequeno auditório, sanitários, vestiários dos funcionários e cantina. Toda a estrutura encontra-se em bom estado de conservação.

- Pistas para caminhada e ciclismo

O material utilizado para compor as pistas é simples e de fácil manutenção: pedriscos. Por isso mesmo, as pistas encontram-se em bom estado de conservação. Porém, em épocas de chuva, alguns trechos costumam ficar alagados, impedindo a passagem.

- Esplanada

O espaço da esplanada é bastante livre e convidativo. Seu gramado costuma estar sempre em boas condições.

- Equipamentos de ginástica

Os equipamentos de ginástica encontram-se em ótimo estado de conservação, mas são pouco utilizados (Figura 63).

- *Playgrounds*

Ambos são bastante concorridos. Encontram-se em bom estado de conservação, mas por serem em madeira, necessitam de um tratamento para a mesma (Figuras 64 e 65).



Figura 63 – Equipamentos de Ginástica
Fonte: Arquivo do autor (dez. 2006).



Figura 64 – Playground 1
Fonte: Arquivo do autor (dez. 2006).



Figura 65 – Playground 2
Fonte: Arquivo do autor (jan. 2007).

- Bicicletário

No início dos levantamentos em dezembro de 2007, o bicicletário estava sendo construído. Havia um provisório que, esteticamente, contrapunha-se ao restante do parque. O novo é bem recente, mas é todo em madeira e vidro, o que leva a crer que terá os mesmos problemas que as outras estruturas em madeira.

- Coreto

O coreto encontra-se em ótimo estado de conservação, mas também é pouco utilizado (Figura 66).

- Caramanchões

Os caramanchões encontram-se em estado regular de conservação, uma vez que foram executados em madeira e recebem insolação direta durante todo o dia e a ação da chuva (Figura 67). Como todo o madeiramento das outras edificações e instalações, este também necessita de um tratamento, pois se encontra ressecado.

- Sanitários

Bem conservados e limpos. Há cabine para deficientes tanto nos banheiros do centro de apoio como naqueles próximos ao bicicletário. Nestes há também um fraldário.

- Bebedouros

Vêm-se bebedouros nas edificações do parque, os quais se encontram bem conservados. No entanto, não se encontra bebedouros mais baixos para crianças e deficientes.

Além disso, há pontos de água potável espalhados pelo parque, como mostra a Figura 68.

Mobiliário

- Bancos

Há bancos feitos em concreto e em madeira. Os em concreto estão bem conservados; já os em madeira dos caramanchões estão ressecados e precisando de um tratamento.

- Postes de iluminação

Como o uso do parque se dá durante o dia, não há muitos pontos de iluminação. A torre de iluminação da esplanada encontra-se bem conservada.



Figura 66 – Coreto
Fonte: Gustavo pena e associados



Figura 67 – Caramanchão
Fonte: Gustavo Pena e associados



Figura 68 – Ponto de água
Fonte: Arquivo do autor (dez. 2006).

- Lixeiras

De um modo geral, as lixeiras encontram-se bem conservadas, contendo cestos para coleta seletiva em vários pontos do parque.

- Placas

O parque é muito bem sinalizado. Há sinalização educativa e informativa. As placas encontram-se em bom estado. No entanto, como suas estruturas são em madeira, estas também necessitam de cuidados (Figuras 69 e 70).



Figura 69 – Totens
Fonte: Arquivo do autor (dez. 2006).



Figura 70 – Totens
Fonte: Arquivo do autor (jan. 2007).

- Telefone público

No interior do parque, não há telefones públicos, mas nas portarias sim, encontrando-se bem conservados.

Recursos Naturais

Muito antes de o espaço tornar-se um parque, houve o plantio de três mil mudas de árvores, representantes dos ecossistemas: Amazônia, Mata Atlântica e Cerrado, formando o atual Bosque.

Os recursos naturais do Parque Ecológico também recebem atenção cuidadosa. Não há canteiros e jardins definidos e os usuários são incentivados a fazer piqueniques no extenso gramado, o qual recebe cuidados permanentes.

De um modo geral, não se vê sinais de depredação à flora existente. Quanto à fauna, vê-se uma convivência pacífica entre os usuários e as espécies encontradas nas áreas do parque. Para auxiliar a conservação, além dos trabalhos de educação ambiental, há intenso monitoramento das atividades do parque.

4.2.2. Usos nos parques

a – Parque do Confisco

Quadro 2 - Horários x Usos durante a semana no Parque do Confisco

Horário	Local - Comentário
08 – 10 h	De um modo geral, neste horário, nota-se a presença de mães com crianças pequenas e de idosos para tomar o sol da manhã, sentados nos recantos. Além disso, várias pessoas cruzam o parque em diferentes direções.
10 - 12 h	Sentados ou encostados no guarda-corpo, adolescentes e jovens conversam à sombra de uma das poucas árvores da parte de cima do parque. Nas arquibancadas do campo de futebol, jovens reúnem-se abertamente para fumar. Notam-se também várias pessoas cruzando o parque em diferentes direções.
12 - 14 h	Um grupo de jovens permanece nas arquibancadas. Na calçada em frente à escola, há concentração de crianças à espera do horário de se abrirem os portões da escola. Vê-se, com mais intensidade, que várias pessoas cruzam o parque em diferentes direções.
14 – 18 h	Neste horário, acontece a Escolinha de Futebol no campo. Há certa aglomeração de pessoas para assistir aos jogos, sobretudo de crianças. Várias pessoas cruzam o parque em diferentes direções, principalmente, crianças saindo da escola.
18 – 20 h	Após o término da Escolinha de Futebol, as arquibancadas voltam a ser ocupadas por jovens para fumar. No guarda-corpo, adolescentes e jovens reúnem-se. Nos recantos, adultos conversam enquanto seus filhos brincam pelas áreas do parque.
20h...	A partir das 20 horas, o parque já não tem muitos usuários, a não ser os passantes. Somente no guarda-corpo, vêem-se adolescentes e jovens conversando.

Quadro 3 - Horários x Usos durante os finais de semana no Parque do Confisco

Horário	Local - Comentário
08 – 10 h	De um modo geral, algumas pessoas tomam sol na parte de cima, sozinhas ou com crianças pequenas. Crianças andam de bicicleta na esplanada. No campo de futebol, há jogos de adultos e muitas pessoas vão para assistir. Várias pessoas cruzam o parque em diferentes direções.
10 - 12 h	À sombra das mangueiras, várias mães e responsáveis encontram-se para conversar, enquanto as crianças brincam. Uma das brincadeiras corriqueiras é escorregar com madeira ou papelão no talude atrás do campo de futebol. O campo de futebol continua ocupado por adultos e várias pessoas se reúnem para assistir. Notam-se vários passantes pelo parque.
12 - 14 h	Grupos de jovens fumam nas arquibancadas. Jovens e adultos continuam a jogar futebol, com um público diversificado, porém, menor. Nas calçadas sombreadas, vê-se a presença de adultos e idosos. No guarda-corpo, adolescentes reúnem-se. A circulação de pessoas é constante e em várias direções.
14 – 18 h	Neste horário, ainda se vê jogos de futebol para adultos no campo. As quadras costumam estar ocupadas por crianças. Há certa aglomeração de pessoas para assistir aos jogos. Algumas crianças brincam de escorregar nos taludes. Grupos de adolescentes reúnem-se no guarda-corpo. A esplanada e os recantos encontram-se vazios, excetuando-se os eventuais passantes.
18 – 20 h	Alguns jovens jogam futebol na quadra. O parque fica praticamente vazio, a não ser pelas pessoas que cruzam o parque em diferentes direções.
20h...	A partir das 20 horas, o parque já não tem muitos usuários, a não ser alguns poucos passantes. Somente no guarda-corpo, vêem-se adolescentes e jovens conversando.

b – Parque Cássia Eller

Quadro 4 - Horários x Usos durante a semana no Parque Cássia Eller

Horário	Local - Comentário
08 – 10 h	De um modo geral, neste horário, nota-se a presença de babás com crianças pequenas no <i>playground</i> e de idosos fazendo caminhada. Algumas crianças brincam pelo parque, enquanto os pais fazem exercícios e alongamentos nas barras. Alguns jovens também utilizam a pista de <i>cooper</i> para corrida.
10 - 16 h	De um modo geral, neste horário, o parque encontra-se totalmente vazio. Há somente, vez por outra, a circulação de funcionários do condomínio pelo parque.
16 - 18 h	Costuma-se ver adolescentes andando de bicicleta na pista. As barras de exercícios são utilizadas para alongamento, daqueles que desejam caminhar ou correr.
18 – 20 h	Este horário é o de uso mais intenso. Na pista, vêem-se grupos de pessoas fazendo caminhada e crianças andando de bicicleta. Algumas crianças brincam no <i>playground</i> . Grupos de jovens jogam peteca. Na cozinha, alguns funcionários fazem lanche.
20h...	Após este horário, costuma-se não haver uso.

Quadro 5 - Horários x Usos durante os finais de semana no Parque Cássia Eller

Horário	Local - Comentário
08 – 10 h	De um modo geral, neste horário, nota-se a presença de babás ou mães com crianças pequenas no <i>playground</i> . Idosos fazendo alongamento nas barras. Na pista, vêem-se algumas pessoas fazendo caminhada. Grupos de jovens jogam peteca.
10 - 12 h	Meninos brincam de futebol na quadra. Babás cuidam de crianças no <i>playground</i> ou no quiosque. A pista costuma ficar vazia, mas por alguns instantes, podem-se ver casais passeando com cachorros. À sombra, no recanto com mesas, idosos e crianças brincam.
12 - 16 h	De um modo geral, neste horário, o parque encontra-se totalmente vazio. Há somente, vez por outra, a circulação de funcionários do condomínio pelo parque.
16 -18h	Pais brincam com crianças no <i>playground</i> . Na pista, alguns casais e pessoas sozinhas fazem caminhada.
18 – 20 h	Na pista, vêem-se grupos de pessoas fazendo caminhada, em geral, casais. Grupos de jovens jogam peteca.
20h...	Após este horário não há uso. De um modo geral, somente em dias de festas, verifica-se uso após este horário. Nessas ocasiões, há movimento até 1h30min, segundo alguns moradores e funcionários.

c - Parque Ecológico Promotor Francisco Lins do Rego

Entre os parques estudados, este é o único que possui horário de funcionamento e controle de entrada nas portarias. Os horários e dias da semana que o parque encontra-se aberto ao público são:

- **Visitas programadas:**
Terça, quarta e quinta: 8h30min -11h30min e 14h00min -16h30min.
- **Aberto ao público em geral:**
Sexta, sábado e domingo: 8h30min -17h00min.

O uso no parque é bastante intenso e variado. Entre os meses de junho a agosto, notam-se picos do número de visitantes, em virtude do forte vento, propício à prática de soltar pipas¹⁹. Além disso, a visita nos meses de férias escolares – sobretudo no mês de janeiro – também é maior.

Dada a extensão do parque e o uso tão variado e disperso, encontrou-se mais dificuldades para se preencher o quadro “Horários X Usos”, uma vez que, praticamente todas as áreas do parque são utilizadas - significativamente ou não - durante todo o dia. Além disso, não se observou uma marcante repetição de usos entre um dia e outro. Assim, julgou-se desnecessário o preenchimento do quadro como havia sido feito para os outros parques.

O uso mais intenso vê-se na esplanada, com famílias jogando bola ou soltando pipa. O *playground* ao lado do Centro de Apoio e a lanchonete também são bastante concorridos. Em meio ao bosque, vêem-se muitas pessoas, famílias ou casais, descansando à sombra das árvores ou fazendo piqueniques. Além disso, nas pistas, frequentemente, há visitantes fazendo caminhada ou andando de bicicleta.

Todas as atividades acima mencionadas acontecem praticamente durante todo o período de funcionamento do parque. Somente na esplanada nota-se uma diminuição da intensidade de uso, nos dias ensolarados, entre 11 e 15h00min. Nas outras áreas do parque não se observou uso significativo.

4.2.3. Comentários gerais

No Parque do Confisco, os sinais de vandalismo e depredação são percebidos em quase todo o parque. As quadras, rampa e palco estão pichados; as telas de proteção das quadras e o cercamento apresentam rasgos em vários pontos; os gols da quadra e do campo não possuem mais redes; os jardins e a escassa arborização também sofrem com a depredação, etc.

¹⁹ De acordo com os registros do parque, em julho de 2005 observou-se um pico de 55 mil visitantes, superado no mesmo mês do ano seguinte com mais de 68 mil visitantes.

Entretanto, não se pode atribuir a falta de conservação dos espaços do parque ao uso intenso. Como se viu nos Quadros 2 e 3, muitas áreas têm grande vitalidade quase que ininterruptamente e algumas delas são utilizadas de modos não previstos para seus fins. Isto demonstra a apropriação por parte dos usuários (esta questão será melhor abordada no item 4.3). Portanto, acredita-se que o problema do vandalismo no parque seja uma questão que indica a necessidade de conscientização da população, mas que não impede de classificá-lo como bem apropriado pelos usuários.

Quanto ao Parque Cássia Eller, seu estado geral de conservação é exemplar. Seus espaços apresentam-se permanentemente bem cuidados e limpos. Verifica-se um bom nível de conscientização quanto à importância da conservação do parque, tanto da administração como dos usuários. Todavia, ressalta-se que, como se observou nos Quadros 4 e 5, o parque possui uma baixa intensidade de uso, o que, naturalmente, contribui para a sua conservação. O uso mais intenso dá-se basicamente nos horários de pouca insolação.

Por sua vez, o Parque Ecológico da Pampulha, de modo geral, não apresenta sinais de depredação e, como foi apontado anteriormente, os problemas observados quanto ao estado geral de conservação do parque são basicamente ocasionados pela ação do tempo. É interessante ressaltar que o uso de suas áreas é bastante intenso, o que, de certo modo, mostra que o uso freqüente não justifica a falta de conservação. Porém, deve-se levar em consideração que, além de possuir fechamento e horários de funcionamento, este parque conta com a presença de monitores em suas áreas, o que pode inibir ação de vândalos.

4.3. ELEMENTOS NECESSÁRIOS AOS PARQUES SEGUNDO JANE JACOBS

Como se viu no Capítulo 1 (item 1.3) do presente trabalho, de acordo com Jacobs (2003), se o objetivo de um parque urbano de uso genérico e comum é atrair o maior número de tipos de pessoas, com os mais variados horários, interesses e propósitos, o seu projeto deve promover essa generalização de frequência. Parques muito usados como áreas públicas genéricas costumam incluir quatro elementos em seu projeto, que a autora identifica como complexidade, centralidade, insolação e delimitação espacial.

Estes elementos foram investigados em cada parque e, a seguir serão apresentados os resultados.

4.3.1. Parque do Confisco

a - Complexidade

Este parque não pode ser apreendido num único relance. Há vários níveis na área do parque. De um lado, o parque acompanha a declividade da rua. No entanto, do outro lado, há um grande desnível entre o parque e o leito da rua, criando rampas e escadas que dão visadas diferentes e interessantes.

Dado o declive do parque, o “quadradão”, o palco e os recantos criam uma área de esplanada. Entretanto, as mangueiras limitam a visão da parte de baixo, o que é uma fator bastante estimulante.

Pode-se entender a parte de baixo como a ala masculina e a de cima, como a ala feminina. Como não havia vestiários, alguns homens trocavam de roupa nas proximidades do campo de futebol. Algumas mulheres relataram que seus maridos não gostavam que elas permanecessem no local sem as suas presenças.

À sombra das mangueiras, vê-se um uso intenso, principalmente com a presença de mães e outras mulheres, enquanto as crianças brincam no campo de futebol ou escorregando nos taludes próximos a ele. Esta última brincadeira infantil reflete claramente o elemento complexidade do parque e é um bom indicador da apropriação pelos usuários (Figura 71).

Outra área que apresenta esta mesma característica bastante forte é o guarda-corpo que protege o local de maior desnível entre a calçada e o parque (Figura 72). O seu propósito primeiro é, sem dúvidas, somente proteger os passantes. Entretanto, como ao seu lado encontra-se uma árvore de grande porte, com copa densa, criou-se ali um lugar bastante agradável não só para a passagem, mas para a permanência de

pessoas. Como já foi mostrado, este é um dos espaços mais concorridos do parque, com uso durante quase todo o dia e localiza-se num ponto onde se tem uma boa visão de grande parte do parque.



Figura 71 – Talude usado nas brincadeiras.
Fonte: Arquivo do autor (nov. 2006).



Figura 72 – Guarda-corpo
Fonte: Arquivo do autor (nov. 2006).

b - Centralidade

Como pode ser observado pelas figuras ao lado, os usuários do parque costumam dividir o parque em duas partes (a parte de baixo e a parte de cima) ou ainda em três (a praça, as quadras e o campo). O fechamento com tela em algumas partes reforça esta impressão (Figuras 73 e 74).

Deste modo, percebe-se que há duas centralidades: uma mais forte que é a arquibancada do campo de futebol próxima aos vestiários e seu entorno sombreado e a outra que é o recanto próximo ao palco central. A parte de baixo concentra os homens e, a de cima, as mulheres com crianças pequenas.



Figura 73 – Esquema 1 da percepção dos espaços do Parque do Confisco pelos usuários



Figura 74 – Esquema 2 da percepção dos espaços do Parque do Confisco pelos usuários

c - Insolação

Na parte de cima, há insolação durante quase todo o dia, salvo algumas poucas exceções, onde há árvores com copas mais densas. As quadras têm insolação o dia todo. A parte de baixo é bastante sombreada pelas árvores e, por isso, muito procurada.

Por estes motivos, a parte de cima tem uso mais intenso somente em horários de sol mais ameno, sendo utilizada, nos outros horários, somente como passagem, como pôde ser observado nos Quadros 2 e 3.

Aparentemente, é habitual para as mulheres andarem com sombrinhas pelo bairro e, por conseguinte, pelo parque por causa do sol.

d - Delimitação

Como se vê na planta de situação, os limites do parque são bastante precisos, pelas calçadas que o circundam. A parte de baixo é cercada com tela. Provavelmente, a ausência de tela na parte de cima seja um dos fatores responsáveis para que as pessoas classifiquem o local como uma praça, independente do parque (área do campo).

O fato de seu entorno imediato ser densamente ocupado também auxilia na delimitação espacial, pois as edificações em volta do parque “desenham” e reforçam os seus limites. Esta situação ajuda na apropriação, uma vez que da janela de suas casas, os usuários podem ver o parque, o qual acaba, de certo modo, incorporando-se às casas.

4.3.2. Parque Cássia Eller

a - Complexidade

Não é possível apreender o Parque Cássia Eller num único relance. Há vários níveis na área do parque. A pista de *cooper* circunda e perpassa por eles. É o elemento que abrange a quase todos eles e de certo modo, os delimita. Por este motivo, é um elemento que “abre perspectivas variadas”. As escadas que vão da administração ao jardim próximo aos banheiros também abrem inúmeras perspectivas.

Próximo às mesas com bancos, há um agrupamento de árvores, mas nem por isso, há um uso considerável no local em virtude da sombra. A multiplicidade de motivos que os moradores do Fazenda da Serra têm para freqüentar o parque deve-se praticamente ao lazer ativo (*playground*, quadra de peteca e pista).

b - Centralidade

O cruzamento da escada com o caminho para quadras/banheiros e *playground*/cozinha pode ser considerado o centro físico do parque (Figura 75). Só que ele é tão estreito e cheio de jardins que não chega a significar mais que um espaço de circulação, até porque o maior uso se dá na pista de *cooper*.

O centro aqui não é um ponto de parada, nem um lugar de destaque, como expõe Jacobs (2003). Assim, pode-se dizer que, de certo modo, não há um centro forte e marcante neste parque. O pouco uso do mesmo é o fator que reforça esta avaliação.



Figura 75 – Eixo central do parque.
Fonte: Arquivo do autor (nov. 2006).

c - Insolação

Há bastante insolação em todo o parque, mas com tendência a uma diminuição, quando as árvores existentes e as que a Associação de Moradores pretende plantar chegarem à idade adulta.

A pista de *cooper* necessita de sombreamento. Outras áreas nem tanto, uma vez que já existem lugares sombreados (cozinha, quiosque, mesas).

Entre os três parques estudados, é neste que se nota mais claramente, a influência da insolação, como já pôde ser observado nos Quadros 4 e 5. O parque tem uso mais intenso nos horários de menor insolação (8 às 10h da manhã e após às 18h), cujos motivos são bastante presumíveis. Pela manhã, as babás levam as crianças para brincar e tomar sol e, ao final da tarde, além de se ter uma insolação mais amena, é o término do expediente de trabalho da maioria dos moradores.

d - Delimitação

Os limites do parque são bastante precisos como se vê na planta de situação, pelos lotes e ruas. Entretanto, como muitos lotes ainda não foram ocupados, tem-se a impressão, dependendo do ângulo de visão, de que ele seja bem maior, uma vez que há a presença de vegetação nos terrenos, ainda que rasteira.

Ainda assim, a pista de *cooper* funciona como um elemento delimitador do parque, ainda que não seja o limite real.

4.3.3. Parque Ecológico Promotor Francisco Lins do Rego

a - Complexidade

Dada a extensão do parque, de um modo geral, as diferenças de níveis são muito sutis. Mas em virtude da própria extensão, acentuada por sua forma, vários locais abrem perspectivas diferentes. Exemplos: a esplanada parece “fechada” pelos taludes e pelo bosque, criando um recinto – diga-se – aconchegante; o *playground* 2 e

o caramanchão oeste ficam “escondidos” por um agrupamento de árvores, o que gera um lugar mais reservado que o *playground* 1. Alguns entrevistados não sabiam da existência de um segundo *playground* na área do parque.

Como acontece no Parque do Confisco, aqui também os taludes da esplanada são usados pelas crianças para escorregar, criando uma outra possibilidade de uso – não formal – para o local.

A pista de caminhada perpassa por vários espaços, ora acima, ora abaixo ou ora no mesmo nível de algum recinto (no recinto *playground* 2, a pista está acima; no recinto do *playground* 1 e bosque, ela está no mesmo nível; no recinto do caramanchão leste, ela está abaixo).

b - Centralidade

A área do centro de apoio e *playground* 1 são, de certo modo, o centro físico do parque. Entretanto, não se percebe uma centralidade muito forte. A falta de caminhos pré-definidos ajuda na sensação da inexistência de um centro, pois não cria pontos de parada, nem locais de destaque.

Acredita-se que a centralidade dessa área será reforçada quando a Portaria 1 for fechada para a entrada de pessoas, pois hoje muitos usuários só vão até a esplanada e não chegam à lanchonete. Alguns entrevistados relataram que não conhecem várias áreas do parque, permanecendo sempre na esplanada e, algumas vezes, no bosque.

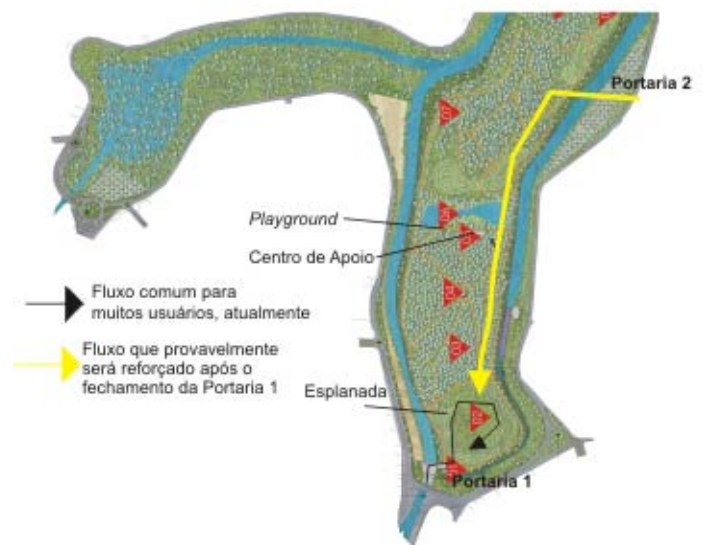


Figura 76 – Esquema de fluxos no Parque Ecológico.

Mas com a entrada pela Portaria 2, os freqüentadores que desejarem utilizar a esplanada terão que passar pelas proximidades do centro de apoio e atravessar o bosque. Deste modo, o espaço será utilizado numa extensão maior e poderá vir a ter uma centralidade mais forte (Figura 76).

c - Insolação

O parque recebe insolação em toda a sua extensão. Os bosques e alguns grupos de árvores criam lugares sombreados, porém, mesmo no bosque, há muitas

árvores jovens e com copas bastante rarefeitas. Em horários de sol muito forte, a área coberta do centro de apoio é bastante procurada.

Os *playgrounds* são envoltos por agrupamentos de árvores, o que propicia a permanência dos responsáveis pelas crianças em suas proximidades. Já a esplanada não oferece áreas sombreadas à sua volta, fazendo com que o uso diminua consideravelmente entre 11 e 15 horas.

d - Delimitação

O parque é muito bem delimitado: é a região que se formou por causa do assoreamento da Lagoa da Pampulha. Parte do parque fica dentro do corpo da Lagoa, circundado por uma faixa de água; as outras extremidades são bem delimitadas pelas calçadas das avenidas que o circundam.

Acrescenta-se ainda que, entre os parques estudados, este é o único que possui portarias que limitam o acesso, o que contribui para se oficializar a sua delimitação espacial.

4.4. OPINIÕES DOS USUÁRIOS ACERCA DOS PARQUES

Os entrevistados foram questionados sobre algumas questões próprias dos parques, as quais são listadas a seguir.

4.4.1. Infra-estrutura

A primeira delas dizia respeito à infra-estrutura do parque. Conforme cada parque, pedia-se a opinião sobre os vestiários ou banheiros, lanchonetes, centro de apoio e administração, etc. A pergunta levava em conta tanto a qualidade como a quantidade de equipamentos.

No Parque do Confisco, esta questão foi omitida, uma vez que o mesmo não possuía este tipo de infra-estrutura. Os vestiários existentes foram construídos após os levantamentos, como parte do projeto de revitalização.

No Parque Cássia Eller, a variação das respostas deu-se entre “ótimos” (68%) e “bons” (32%). No entanto, entre os entrevistados, apenas 58% disseram que utilizam tal infra-estrutura (Gráficos 29 e 30).

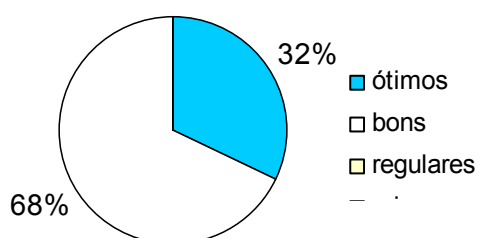


Gráfico 29 – Distribuição das opiniões dos usuários quanto à infra-estrutura do Parque Cássia Eller.

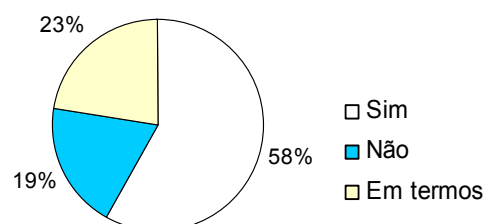


Gráfico 30 – Distribuição dos usuários do Parque Cássia Eller que utilizam a infra-estrutura do mesmo.

No Parque Ecológico da Pampulha, como se vê no Gráfico 31, a variabilidade de respostas foi maior, sendo que 27% dos entrevistados classificavam a infra-estrutura como “ótima”, 48% como “boa” e 25% como “regular”, sendo que entre eles, 89% afirmaram fazer uso da mesma (Gráfico 32).

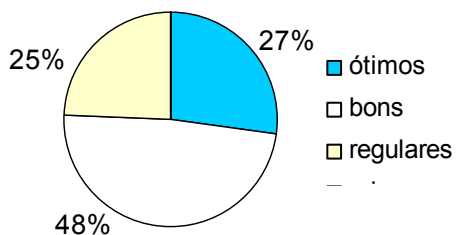


Gráfico 31 – Distribuição das opiniões dos usuários quanto à infra-estrutura do Parque Ecológico.

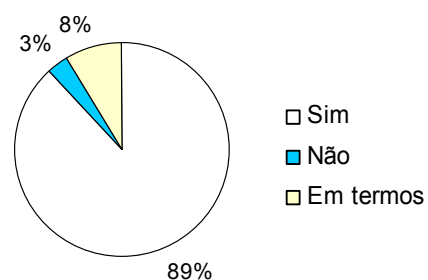


Gráfico 32 – Distribuição dos usuários do Parque Ecológico que utilizam a infra-estrutura do mesmo.

4.4.2. Instalações

Em seguida, questionava-se quanto às instalações do parque. Conforme cada parque, pedia-se a opinião sobre os *playgrounds*, aparelhos de ginástica, quadras, campos, etc. Do mesmo modo que na pergunta anterior, levava-se em consideração tanto a qualidade como a quantidade de instalações.

Nota-se que somente no Parque do Confisco, alguns entrevistados (16%) classificaram as instalações como “ruins”. Vê-se que quase metade (48%) classificaram-nas como “regulares”, sendo que 57% dos entrevistados afirmaram que utilizam as instalações (Gráficos 33 e 34). Este último valor se justifica porque grande parte dos usuários são apenas expectadores dos jogos ou são mães que levam as crianças para brincar, não utilizando diretamente as instalações.

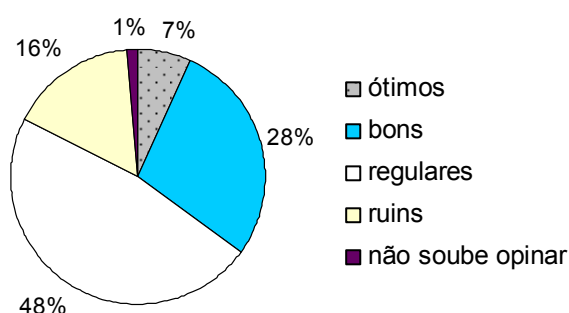


Gráfico 33 – Distribuição das opiniões dos usuários quanto às instalações do Parque do Confisco.

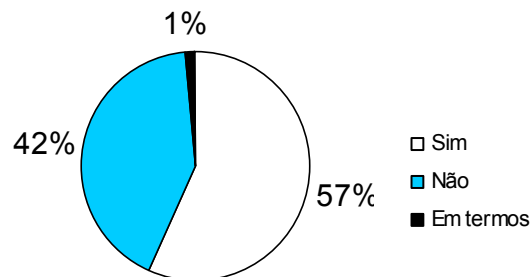


Gráfico 34 – Distribuição dos usuários do Parque do Confisco que utilizam as instalações do mesmo.

No Parque Cássia Eller, 90% dos entrevistados consideram-nas “ótimas” ou “boas”, sendo que 71% do total utilizam as mesmas (Gráficos 35 e 36). Como a maioria das instalações destina-se à prática de esportes, este último dado reforça o que foi discutido no item 4.1, sobre a predominância das atividades esportivas na referida área.

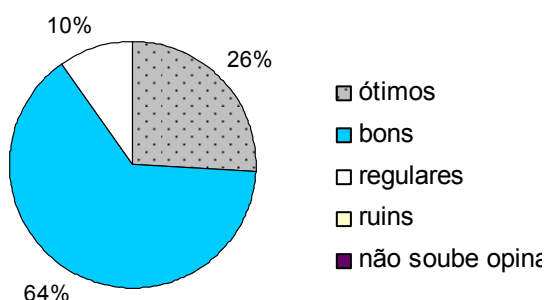


Gráfico 35 – Distribuição das opiniões dos usuários quanto às instalações do Parque Cássia Eller.

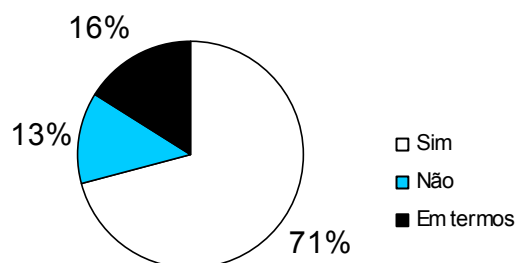


Gráfico 36 – Distribuição dos usuários do Parque Cássia Eller que utilizam as instalações do mesmo.

No Parque Ecológico da Pampulha, o número de entrevistados que consideram as instalações “ótimas” ou “boas” cai para 72% (Gráfico 37). Vê-se que apenas 58% do total de entrevistados afirmam que fazem uso das instalações (Gráficos 38), o que

reforça o que foi verificado anteriormente: a predominância do lazer contemplativo no Parque Ecológico.

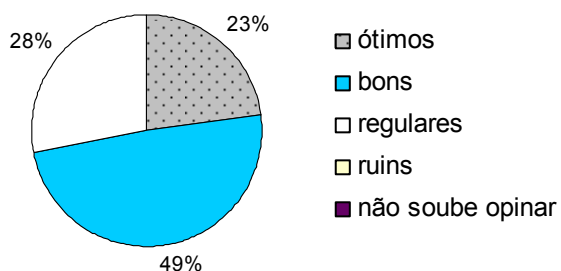


Gráfico 37 – Distribuição das opiniões dos usuários quanto às instalações do Parque Ecológico.

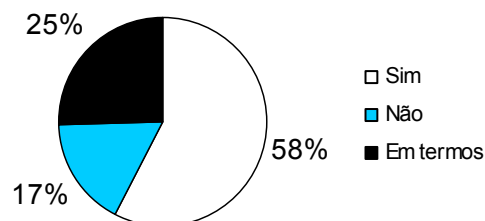


Gráfico 38 – Distribuição dos usuários do Parque Ecológico que utilizam as instalações do mesmo.

4.4.3. Flora e fauna

Pediu-se também a opinião dos usuários quanto à possibilidade de o parque auxiliar na preservação da flora e da fauna da região.

Houve unanimidade no Parque Cássia Eller, ao responderem positivamente, o que indica o bom nível de conscientização dos usuários dos parques. Também, nos outros parques, a opinião de que a área auxilia na preservação da flora e da fauna da região foi compartilhada por grande parte dos entrevistados (88% no Parque do Confisco e 94% no Parque Ecológico), como indica o Gráfico 39.

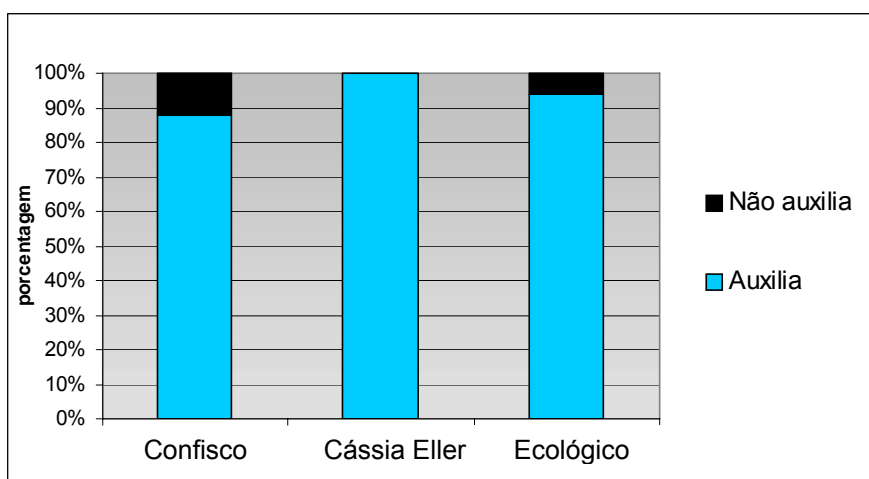


Gráfico 39 – Percentuais da opinião dos usuários quanto à possibilidade de cada parque auxiliar na preservação da flora e da fauna da região.

4.4.4. Segurança

Outro aspecto que influi diretamente no uso e apropriação de espaços públicos é a questão da segurança, o que como se viu, de acordo com Laurie (1983), é um fator social que deve receber um tratamento adequado.

Em cada parque, os usuários foram indagados se se sentiam seguros nos mesmos. Como se observa no Gráfico 40, é bastante alarmante, de acordo com os

entrevistados, a falta de segurança no Parque do Confisco, uma vez que quase 60% dos entrevistados afirmaram não se sentirem seguros no mesmo. Entre as justificativas dos entrevistados estão as freqüentes brigas em virtude dos jogos de futebol; a presença constante de usuários de drogas, sobretudo nas arquibancadas sombreadas do campo e as trocas de tiros, de certo modo, comuns no bairro.

No Parque Ecológico da Pampulha, pouco mais de 10% dos entrevistados disseram não se sentirem seguros. Entretanto, não foram relatados problemas relacionados à violência dentro do parque. A queixa dos mesmos é quanto à falta de vigilantes e rondas no parque, uma vez que a entrada é livre, e quanto à falta de uma estrutura de atendimento a emergências médicas, dada a extensão da área.

No Parque Cássia Eller, os entrevistados foram unânimes em afirmar que se sentem seguros no local. Entre as suas justificativas estão que o condomínio é fechado, sendo o acesso ao parque permitido somente aos condôminos e seus convidados e a existência de vigilância durante todo o dia.

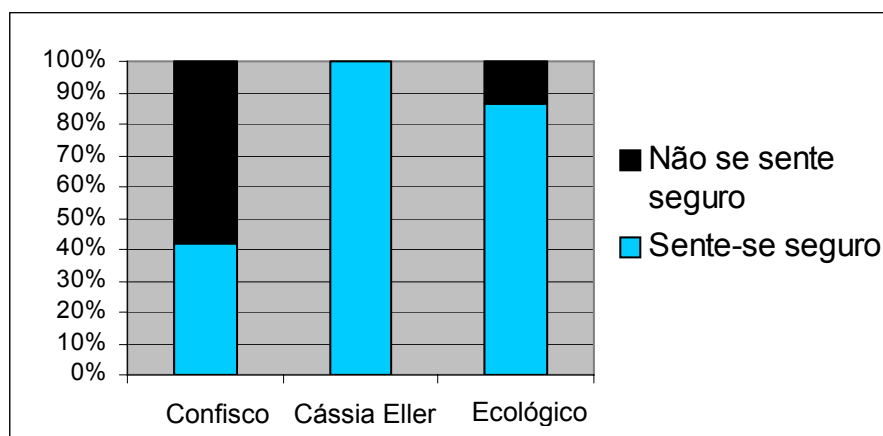


Gráfico 40 – Percentuais de sensação de segurança por parte dos usuários de cada parque.

4.4.5. Melhorias necessárias

Uma vez que esta era um questão aberta no questionário/entrevista, houve uma gama muito grande de respostas. A seguir serão apresentadas as respostas mais representativas (acima de 10% dos entrevistados).

a - Parque do Confisco

- Serviços de limpeza e manutenção mais freqüentes (ex.: corte de grama);
- Melhorar a segurança (vigia para o próprio parque);
- Gramar o campo de futebol;
- Aumentar as medidas do campo de futebol;

- Reformar as quadras (pintura e telas);
- Construir banheiros ou vestiários (já executados);
- Instalar *playground*;
- Construir uma pista de *skate*;
- Promover o plantio de árvores (sobretudo próximas aos recantos e esplanada);
- Promover mais eventos (tanto culturais como de lazer e saúde);
- Criar pontos de água ou bebedouros;
- Instalar bancos com encosto.

b - Parque Cássia Eller

- Construir uma quadra poliesportiva;
- Construir um campo de futebol;
- Promover o plantio de árvores para sombrear mais a pista de *cooper*;
- Construir uma ciclovia independente da pista de *cooper*;
- Criar mecanismos de proteção contra incêndios (hidrante).

c - Parque Ecológico da Pampulha

- Construir mais banheiros e opções de lanchonetes;
- Disponibilizar bicicletas mais leves e/ou com marchas no bicicletário;
- Construir pista de *cooper* e ciclovia independentes;
- Promover mais eventos para adultos (voz e violão, serestas, etc.);
- Garantir a presença de vigias dentro do parque;
- Criar áreas sombreadas (naturais ou não);
- Construir espaços cobertos;
- Construir estacionamento dentro do parque;
- Pavimentar as pistas;
- Instalar escaninhos no bicicletário;
- Instalar mais bancos pelo parque;
- Construir um pequeno ambulatório.

4.4.6. Nome dos Parques

Além dos dados já citados, perguntou-se aos usuários dos parques se eles sabiam qual era o nome da área onde estavam, acreditando que o conhecimento do nome esboçasse uma preocupação com o local em si. Os resultados se vêem nos Gráficos 41, 42 e 43.

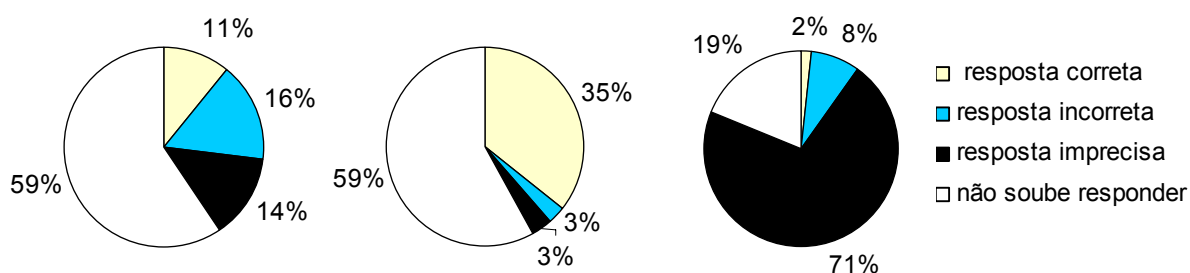


Gráfico 41 – Percentuais dos usuários do Parque do Confisco, quanto ao conhecimento do nome da área.

Gráfico 42 – Percentuais dos usuários do Parque Cássia Eller, quanto ao conhecimento do nome da área.

Gráfico 43 – Percentuais dos usuários do Parque Ecológico, quanto ao conhecimento do nome da área.

Curiosamente, quase 60% dos entrevistados nos parques Confisco e Cássia Eller não sabem qual é a denominação do local. No Confisco, a situação é ainda mais marcante, pois apenas 11% das pessoas responderam corretamente.

No Parque Ecológico, a pergunta não surtiu tanto efeito, pois, de um modo geral, os usuários desconhecem que o seu nome seja “Parque Ecológico Promotor Francisco Lins do Rego”, uma vez que nos ônibus urbanos, nos materiais de divulgação e até mesmo em placas no interior do próprio parque consta apenas “Parque Ecológico da Pampulha”. Assim sendo, não se esperava que uma gama representativa de entrevistados respondesse corretamente.

4.5. AS IMAGENS FORTES

A confecção de mapas mentais, os quais consistem em descrições mentais do ambiente, constituiu uma etapa bastante interessante do trabalho. Assim, após responder às perguntas, cada entrevistado foi convidado a desenhar o parque em questão. Com isso, colheram-se as imagens mais fortes que os freqüentadores têm em relação aos parques com a intenção de melhor compreender as escolhas e o comportamento dos mesmos.

A aceitação foi muito boa em todos os parques. No Parque do Confisco, mais de 93% dos entrevistados fizeram o mapa. No Parque Cássia Eller, este número caiu para aproximadamente 74%. No Parque Ecológico, cerca de 64% dos entrevistados o confeccionaram.

Estes dados parecem não ter a ver com o tempo de permanência dos usuários nos parques, uma vez que, no Parque Ecológico, verificou-se que as visitas são mais prolongadas e mesmo assim não houve maior aceitação em se fazer os mapas mentais.

Nos desenhos dos três parques, a presença da vegetação é bastante marcante. A maioria deles vem acompanhada com representação de pessoas pelas áreas dos parques.

Como se pode perceber, no Gráfico 44, a imagem mais forte para os usuários do Parque do Confisco, desconsiderando-se as árvores em geral, é o campo de futebol, o que era de se esperar, dada a vitalidade que este espaço possui, como já foi observado. Nota-se que, nas Figuras 77, 78, 79 e 80, o campo de futebol aparece.

Vê-se também que as arquibancadas aparecem com certa freqüência nos mapas, mas nem sempre vinculadas ao campo. Este, por sua vez, várias vezes aparece rodeado por vegetação.



Figura 77 – Mapa mental elaborado por um usuário do Parque do Confisco.



Figura 78 – Mapa mental elaborado por um usuário do Parque do Confisco.

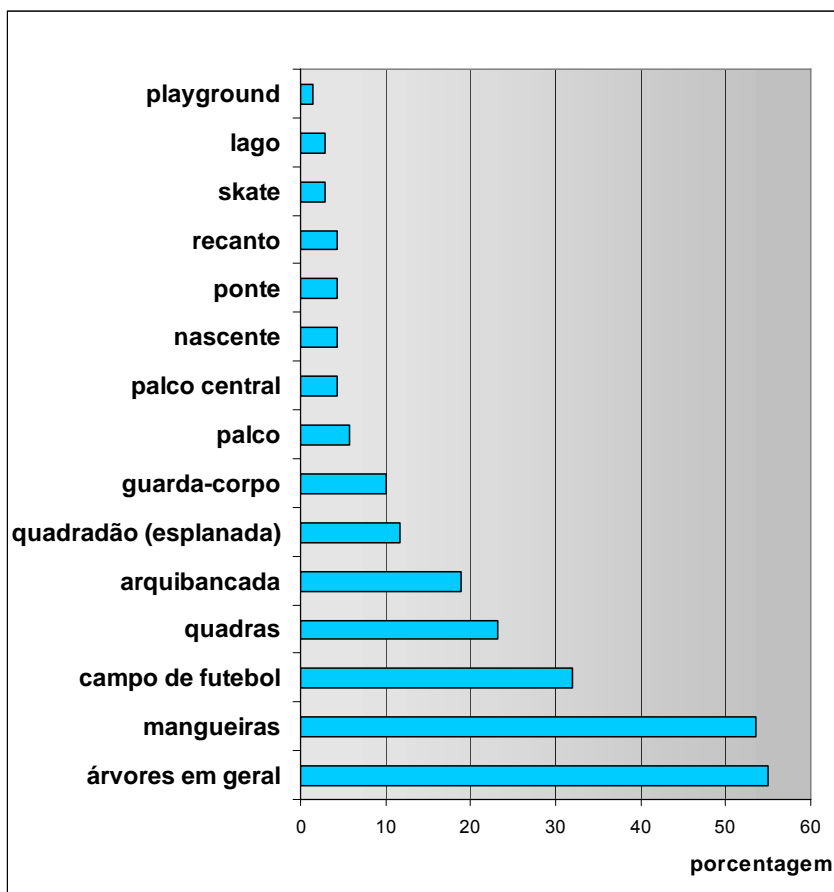


Gráfico 44 – Distribuição das imagens fortes tabuladas pelos mapas mentais dos usuários do Parque do Confisco.

É interessante observar que entre as reclamações dos frequentadores do parque está a falta de arborização, em especial, na sua parte de cima. Ainda assim, os mapas mostram que, de modo geral, mesmo a área sendo um parque de recreação, as pessoas não o desvinculam dos recursos naturais, sobretudo da vegetação. Já a nascente do parque não aparece com frequência. Na Figura 80, ela pode ser observada.

A área das mangueiras merece atenção especial, uma vez que, muitos entrevistados faziam questão de diferenciá-las das outras árvores (Figuras 79 e 80). Além disso, esta é a área mais sombreada do parque, o que a faz ser bastante concorrida, principalmente por estar próxima ao campo de futebol.

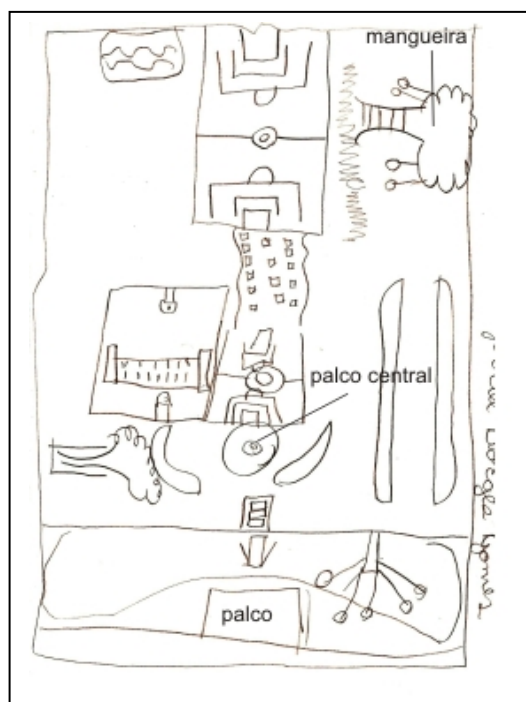


Figura 79 – Mapa mental elaborado por um usuário do Parque do Confisco.

O palco central (Figura 79) também está presente em muitos mapas mentais, o que demonstra que as imagens fortes não são necessariamente de locais muito utilizados pelos frequentadores. Como já foi falado, esta “escada redonda que não serve para nada” desagrada a muitos usuários e, provavelmente, por isso mesmo, seja tão representativa nos mapas mentais.

Por outro lado, o guarda-corpo (Figura 81) é um dos locais mais utilizados do parque, mas não apareceu com muita frequência nos desenhos. Nota-se ainda que as quadras e os recantos também são marcantes para muitos usuários.

Curiosamente, alguns entrevistados acrescentaram elementos em seus desenhos que não existem no parque, tais como *playground*, pista de skate e um lago. É, sem dúvida, uma evocação do ideal de parque. A instalação de um *playground* e a construção de uma pista de skate estão entre os anseios e reivindicações de muitos e o lago talvez demonstre um resquício da imagem romântica de parques apresentada no Capítulo 2.

Um mapa mental bastante interessante é o que se apresenta na Figura 82. Como foi visto, o Parque do Confisco foi concebido em três partes: uma área para o lazer passivo e eventos em geral; outra para a prática de esportes; e, uma outra para a conservação da natureza. O autor do

desenho em questão mostrou que tem uma boa percepção do espaço, uma vez que não é tão simples fazer este tipo de leitura. Além disso, mostrou que a riqueza de um mapa mental não está na beleza do desenho e nem na quantidade de elementos representados.

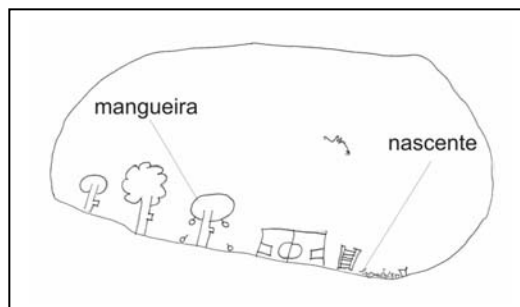


Figura 80 – Mapa mental elaborado por um usuário do Parque do Confisco.



Figura 81 – Mapa mental elaborado por um usuário do Parque do Confisco.

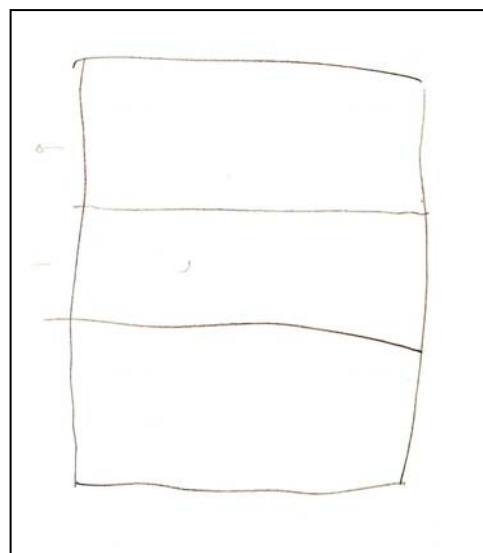


Figura 82 – Mapa mental elaborado por um usuário do Parque do Confisco.

Analisando o Gráfico 45, percebe-se que há menos variação nos percentuais dos elementos que compõem os mapas mentais dos entrevistados no Parque Cássia Eller do que nos percentuais do anterior. Acredita-se que o motivo para isso seja o fato de a área propriamente de lazer do Parque Cássia Eller ser menor e os seus elementos estarem mais próximos entre si. Além disso, a pista de *cooper* circunda todo o parque, o que auxilia na apreensão de muitos, pois, nela tem-se a visão geral do mesmo. Percebe-se, também, que a pista de *cooper* aparece em muitos mapas mentais como o limite físico do parque, mesmo não sendo o limite real, situação já mencionada no item 4.3.

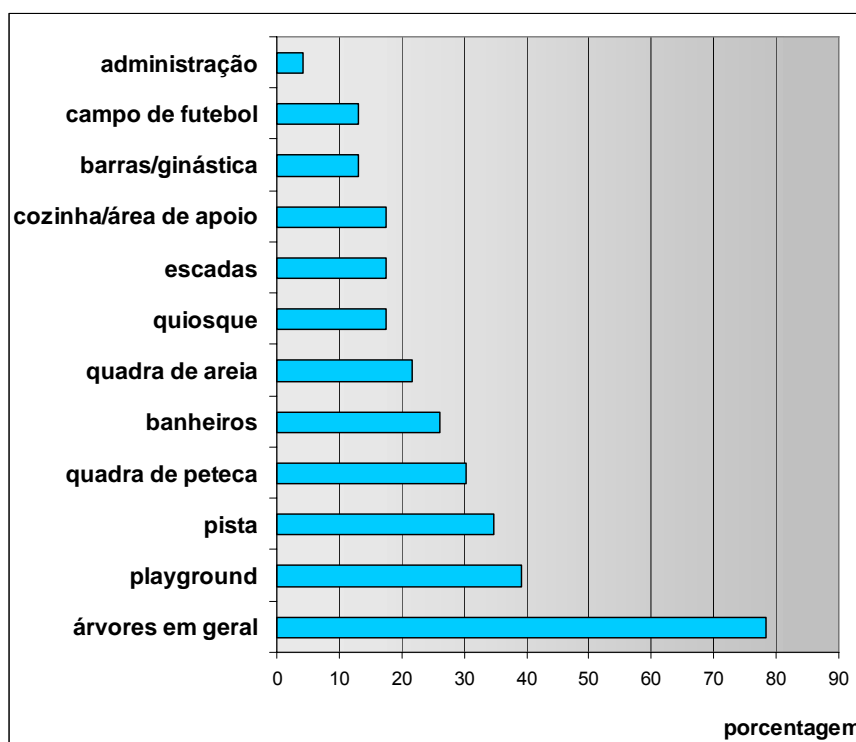


Gráfico 45 – Distribuição das imagens fortes tabuladas pelos mapas mentais dos usuários do Parque Cássia Eller.

É interessante ressaltar que, dadas tais características, entre os parques estudados, os mapas mentais do Parque Cássia Eller costumam representar o parque como um todo mais frequentemente. De um modo geral, nos outros parques, principalmente no Parque Ecológico, os entrevistados tendem a escolher apenas algumas áreas para representar. A Figura 83, por exemplo, ilustra alguns brinquedos do *playground*, a quadra de peteca, as barras de ginástica e alguma edificação, circundados pela pista de *cooper*.

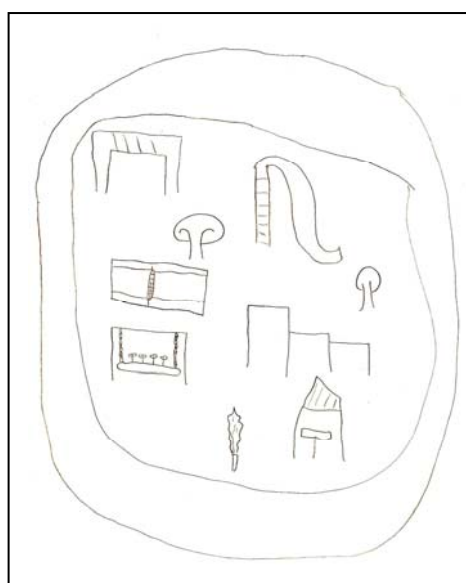


Figura 83 – Mapa mental elaborado por um usuário do Parque Cássia Eller.

A Figura 84, por outro lado, traz somente a quadra de peteca e, provavelmente, os banheiros, circundados pela pista. Nota-se a ausência de vegetação no mapa. Já a Figura 85, com o desenho de outro ângulo, vê-se o *playground*, algumas edificações e árvores.

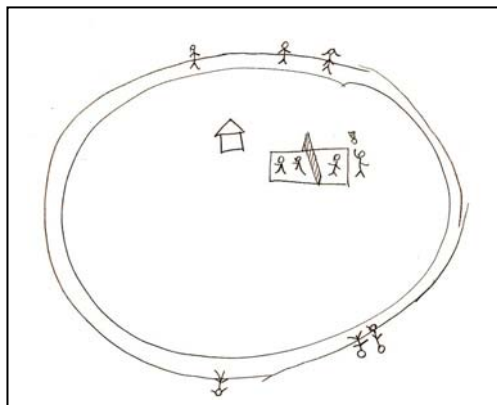


Figura 84 – Mapa mental elaborado por um usuário do Parque Cássia Eller.

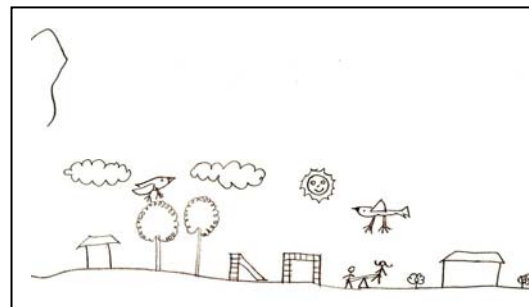


Figura 85 – Mapa mental elaborado por um usuário do Parque Cássia Eller.

Nota-se no Gráfico 45 que o *playground*, seguido pela pista e pela quadra de peteca são as imagens mais frequentes nos mapas, desconsiderando-se também as árvores em geral. Isto também já era esperado após a análise dos questionários, uma vez que os outros elementos presentes, tais como, cozinha, banheiros, quiosque e barras de exercícios são utilizados somente como apoio às atividades físicas, não possuindo uma importância isoladamente.

Como aconteceu no parque anterior, alguns entrevistados acrescentaram elementos em seus desenhos que não existem na área, mas que refletem o anseio de alguns entrevistados: um campo de futebol (Figura 86).

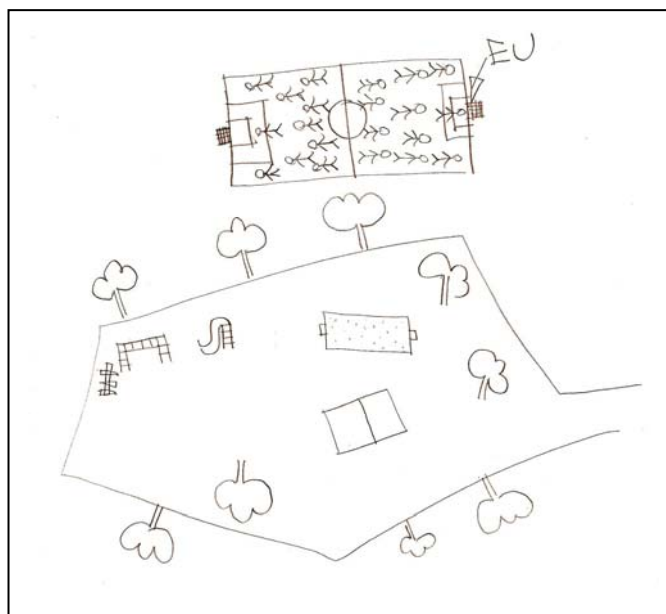


Figura 86 – Mapa mental elaborado por um usuário do Parque Cássia Eller.

Percebeu-se uma maior dificuldade nos entrevistados do Parque Ecológico da Pampulha para produzir os mapas mentais. Acredita-se que a extensão da área seja a grande responsável por isso, uma vez que ela dificulta a apreensão. Talvez por isso, um percentual um pouco menor de entrevistados tenha aceitado a proposta de se fazer o mapa mental.

Ao analisar o Gráfico 46, verifica-se que o *playground* é a imagem mais forte para os usuários do parque (desconsiderando-se também as árvores em geral). Em seguida, tem-se a esplanada (Figuras 87, 88 e 89) e observa-se que em muitos mapas mentais também há a presença de pipas, cuja prática só é permitida na mesma (Figuras 88 e 89).

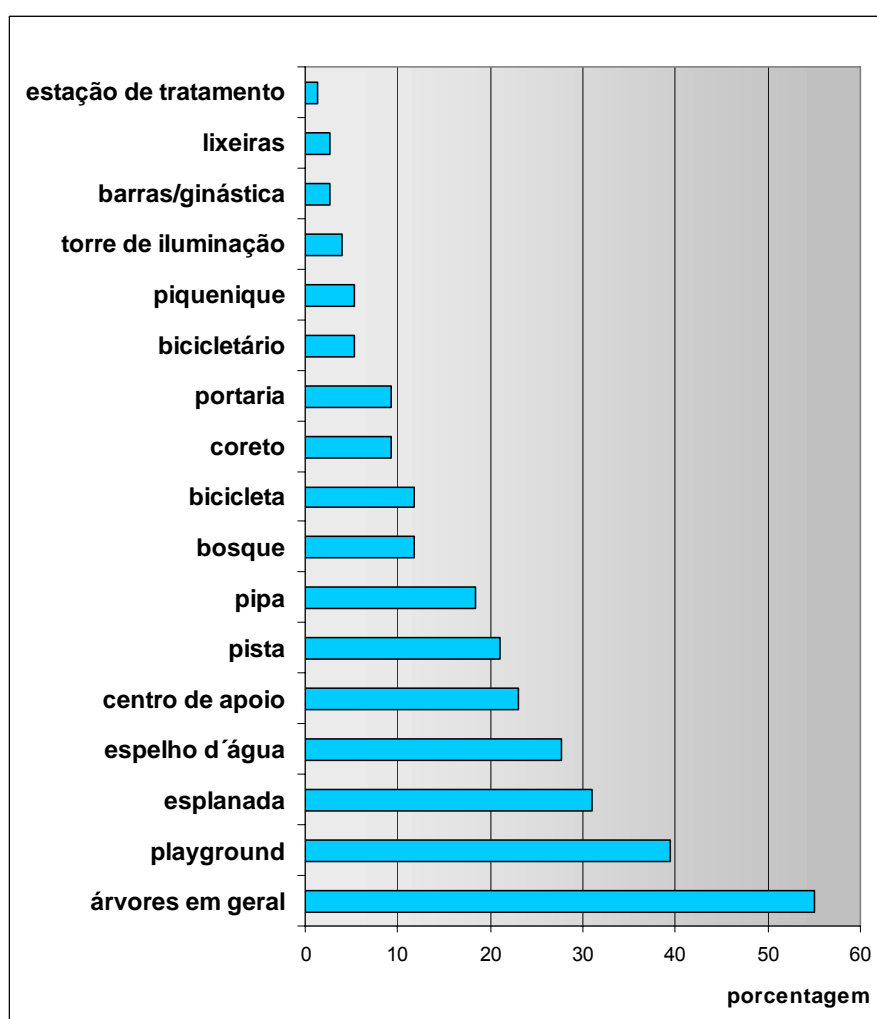


Gráfico 46 – Distribuição das imagens fortes tabuladas pelos mapas mentais dos usuários do Parque Ecológico da Pampulha.

O espelho d'água e o centro de apoio também são bastante representativos (Figura 87), os quais juntamente com o *playground* vêm reforçar a idéia de centralidade do parque. As pistas também aparecem com freqüência, cuja pavimentação foi muitas vezes solicitada pelos entrevistados. O bosque e as bicicletas

(às vezes, até mesmo o bicicletário) têm certa representatividade. Outros elementos também aparecem, mas com menor frequência.

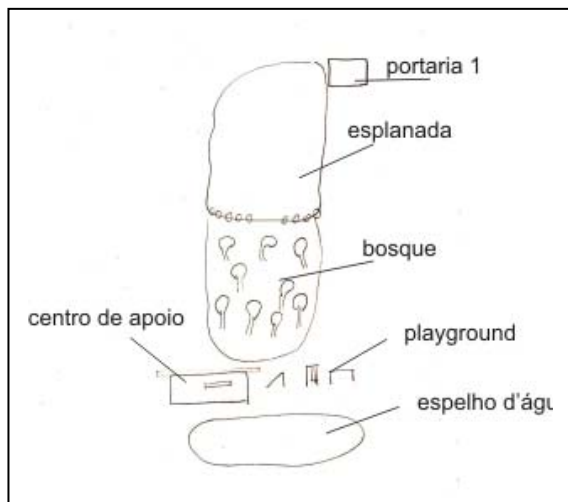


Figura 87 – Mapa mental elaborado por um usuário do Parque Ecológico da Pampulha.

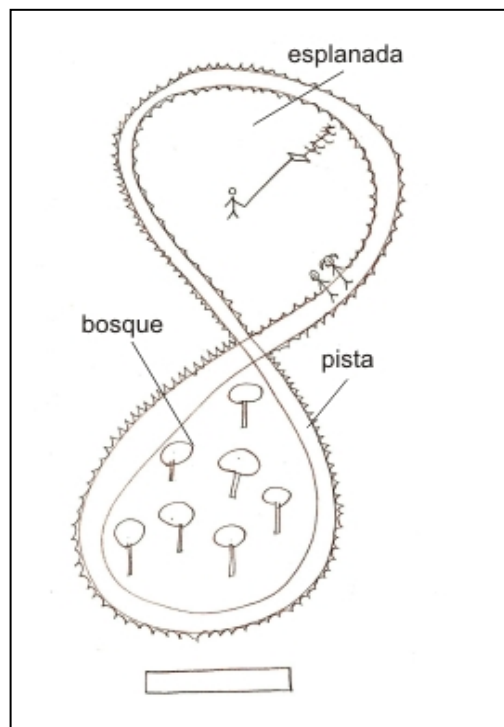


Figura 88 – Mapa mental elaborado por um usuário do Parque Ecológico da Pampulha

As Figuras 87 e 88 demonstram uma boa apreensão de parte da área do parque, uma vez que representam com certa fidelidade a sua implantação, desconsiderando-se aspectos como a proporção. No entanto, representações como estas são exceções no Parque Ecológico. De modo geral, os usuários optam, dadas as dificuldades, por representar apenas algumas áreas isoladamente, como são os casos na Figura 89, que representa a esplanada, e na Figura 90, na qual se vê uma cena bastante comum no parque: o piquenique em família.

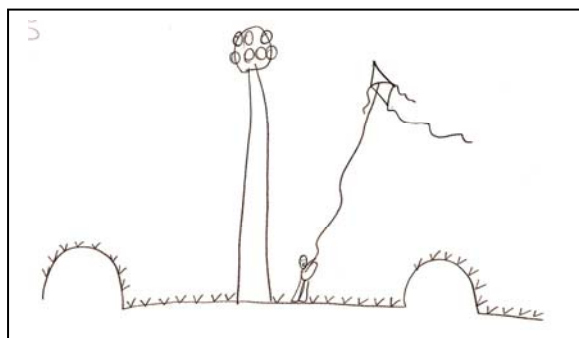


Figura 89 – Mapa mental elaborado por um usuário do Parque Ecológico da Pampulha

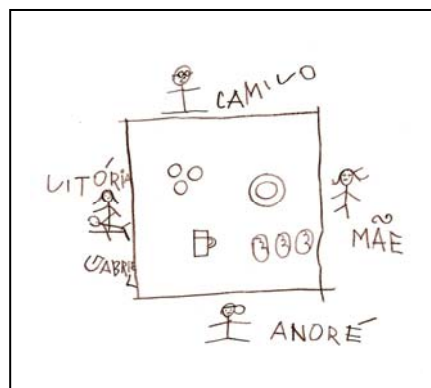


Figura 90 – Mapa mental elaborado por um usuário do Parque Ecológico da Pampulha.

Considerações Finais



“Só existe cidadania se houver a prática da reivindicação, da apropriação de espaços, da pugna para fazer valer os direitos do cidadão. Neste sentido, a prática da cidadania pode ser a estratégia, por excelência, para a construção de uma sociedade melhor [visto que] cidadania é o próprio direito à vida no sentido pleno”.

Lourdes Manzini-Covre

O parque urbano tem significativa relevância nas cidades e, com a crescente demanda de espaços de lazer e recreação, assume um papel singular no dia-a-dia dos habitantes das cidades.

Até hoje, poucos foram os estudiosos que se lançaram a fundo em um estudo teórico e conceitual sobre o tema. Há, portanto, uma grande carência de pesquisa nesta área e, por outro lado, uma gama de possibilidades de estudos.

Constatou-se inicialmente que a própria definição de parque urbano é ainda bastante controversa. Os conceitos são vagos ou abrangentes, deixando muito a desejar. A falta de consenso sobre o assunto entre os especialistas, dentro e fora do poder público, faz com que muitas áreas verdes dentro da cidade, sobretudo as de pequeno porte, que talvez não passem de praças de vizinhança, sejam denominadas parques. Além disso, interesses políticos e, também, publicitários influenciam e reforçam tal situação.

Entretanto, verificou-se que, de modo geral, os autores consideram como parque os espaços livres de uso público, estruturados por vegetação, destinados à recreação da população, podendo agregar a conservação de algum recurso natural. Muitos autores acrescentam que as dimensões da área devem ser significativas para que ela seja classificada como um parque. No entanto, isto é questionável, uma vez que, atualmente, os parques têm dimensões menores, devido ao alto custo e escassez da terra no espaço urbano.

Entre os casos estudados, a grande polêmica quanto a esta questão é o Parque Cássia Eller, visto que, apesar de constar nos registros da Prefeitura Municipal como área pública, tem acesso restrito aos moradores do condomínio Fazenda da Serra e seus convidados. Assim, na prática, o Parque Cássia Eller não é um espaço livre de uso público destinado à recreação da população em geral, não condizendo, portanto, com a definição de parque urbano.

No campo da classificação quanto aos tipos de parques urbanos, o problema parece ser bem maior. Vários autores arriscaram-se a criar categorias, conforme descrito anteriormente, mas alguns se prendem a aspectos pouco objetivos, como por exemplo, população servida, raio de abrangência e dimensões, gerando certa confusão e, por conseguinte, não elucidando a questão.

Tomando-se como referência a classificação sugerida por Kliass (1993), a partir dos resultados obtidos, conclui-se que o Parque do Confisco pode ser considerado um “parque de bairro”. Isso se dá, não só porque 87% dos entrevistados são moradores do bairro Confisco, mas pela relação observada entre o uso diário e sua duração reduzida que, conforme Magnoli (1986), caracteriza essa categoria de parque urbano.

Além disso, verificou-se que grande parte dos usuários (quase 90%) vai a pé para o parque, o que, de certo modo, reforça esta constatação.

O Parque Cássia Eller poderia enquadrar-se na mesma classificação, uma vez que a relação uso diário e duração reduzida também foi verificada no mesmo. Ressalta-se que as próprias condições geográficas do loteamento Fazenda da Serra e a topografia do entorno contribuem para o isolamento do parque, o que, naturalmente, torná-lo-ia um parque de bairro ou, ainda, de vizinhança. Entretanto, o espaço é tratado muito mais como uma área de lazer do condomínio, cumulada de função paisagística e ambiental, do que propriamente como um parque.

Por sua vez, no Parque Ecológico Promotor Francisco Lins do Rego, dadas as suas características, identificou-se um grande potencial metropolitano. Além de possuir dimensões bastante consideráveis, localiza-se na Lagoa da Pampulha, um dos principais cartões postais de Belo Horizonte, o que por si só garante a sua atratividade. Acrescenta-se ainda que a variedade de opções de lazer e de educação que o local oferece é própria de áreas de alcance metropolitano, visto que são desenvolvidas atividades permanentes na esfera da ciência, como pesquisa científica e visitas monitoradas e, concomitantemente, há atividades culturais, tais como *shows*, teatros, danças e exposições, promovendo entretenimento a todas as faixas etárias, aliado à conservação da natureza.

Verificou-se também que o tempo de permanência dos usuários no Parque Ecológico da Pampulha é relativamente amplo, comprovando a afirmação de Magnoli (1986), que para atividades de longa duração, o tempo de acesso passa a ter relativa interferência, permitindo localizações de nível metropolitano. Por isso mesmo, conforme foi constatado, os usuários visitam-no esporadicamente.

Entretanto, como se observou no Capítulo 4, entre os freqüentadores do parque, há maior recorrência de moradores de bairros relativamente próximos ao Parque Ecológico, o que demonstra a necessidade de se potencializar seu caráter metropolitano, seja a partir de divulgação ou de pesquisas para se conhecer o tipo de atividades que os belo-horizontinos e moradores de cidades próximas desejam, seja com uma busca de parcerias com instituições de ensino, entidades civis e empresas em geral para se diversificar as atividades.

Por outro lado, deve-se ressaltar que o parque é relativamente novo e que a conquista de público é uma questão que demanda tempo. Além disso, como foi apresentado, as estimativas do público visitante já são bem expressivas. Neste sentido, vale lembrar que, como aponta Jacobs (2003), para o caso dos parques, só a vivência e a tentativa e o erro podem indicar quais combinações variadas de atividades realmente serão satisfatórias em cada local.

Cada tipo de parque precisa ter atrativos diversificados para garantir a sua utilização. Entendendo-se que é o uso que gera a apropriação, constatou-se que há combinações variadas de atrativos nos três casos estudados, o que propiciou usos diversos em cada um deles e, portanto, diferentes formas de apropriação. Enquanto nos parques Confisco e Cássia Eller, as atividades mais freqüentes se dão no âmbito de exercícios físicos e prática de esportes, no Parque Ecológico da Pampulha, atividades de lazer passivo acontecem com mais freqüência. Ressalta-se ainda que, como já foi mencionado, no Parque Ecológico da Pampulha, vê-se com mais freqüência a presença de famílias do que nos outros, dados os tipos de atividades oferecidas pelo parque.

O estado geral de conservação mostrou-se bastante diferente em cada parque. Conforme descrito anteriormente, acredita-se que haja uma relação entre o estado de conservação dos equipamentos e áreas do parque e o nível de apropriação. Se o usuário sente-se “proprietário” e encara o espaço como “seu”, ele contribuirá para a sua manutenção e conservação.

No Parque do Confisco, os sinais de vandalismo e depredação são percebidos em quase todo o parque: nas telas de proteção, nas quadras, no palco, no campo de futebol, etc. Até mesmo nas novas intervenções executadas com o projeto de revitalização, já se vêem tais sinais, uma vez que a rampa de acesso já se encontra pichada. Segundo a Fundação de Parques Municipais, pretende-se trabalhar com grafiteagem feita pelos próprios moradores do bairro, numa tentativa de integração com os usuários e, por conseguinte, de conservação do parque. Esta é uma proposta que busca a promoção da apropriação pelos usuários.

No Parque Cássia Eller, o estado de conservação da infra-estrutura, das instalações e dos recursos naturais é exemplar. Poder-se-ia dizer que isso se deve ao fato de o parque não ser aberto ao público em geral e pela vigilância constante. Entretanto, o que se percebe é que o grau de conscientização dos usuários quanto à manutenção e conservação do parque é bastante elevado. Além disso, o pouco uso da área é um outro fator que contribui para a sua conservação.

Em contrapartida, como foi visto, o Parque Ecológico da Pampulha, de um modo geral, não apresenta sinais de depredação e os problemas observados quanto ao estado geral de conservação do parque são basicamente ocasionados pelas intempéries. Isto comprova que o uso freqüente não é justificativa para a falta de conservação de áreas públicas.

Uma questão interessante que foi observada, principalmente nos parques Confisco e Cássia Eller, por serem áreas de uso local, foi a importância e influência do entorno de cada área. Constataram-se a partir deles, algumas considerações de

Jacobs (2003), uma vez que segundo a autora, para que um parque tenha “sucesso” com mais facilidade, seu entorno precisa ser bastante variado, possuindo uma vizinhança diversificada capaz de utilizá-lo e mantê-lo, propiciando uma variedade de usuários que nele entram e dele saem em horários diferentes, gerando uma sucessão complexa de usos e usuários. Como se viu, o Parque do Confisco enquadra-se perfeitamente nesta situação.

Por outro lado, o Parque Cássia Eller confirmou outra consideração da mesma autora, segundo a qual, um parque urbano que esteja preso a qualquer tipo de inércia funcional de seu entorno fica inexoravelmente vazio por boa parte do dia, estabelecendo-se assim um círculo vicioso, o que pôde ser observado nos Quadros 4 e 5. Um entorno extremamente residencial por si só geraria este problema, o qual é reforçado pelos limites à entrada no parque.

Situações despretensiosas também revelam a apropriação por parte dos usuários. O fato de dar nomes aos espaços dos parques, tal como acontece no Confisco (“quadrado”, “escada redonda”) reflete a importância que os mesmos têm para os frequentadores. Além disso, o fato de os próprios usuários do campo de futebol do referido parque levarem cal e, antes dos jogos, improvisarem a marcação dos limites do campo também é uma situação que denota a apropriação. A aglomeração de crianças no parque à espera do horário de aulas também é outro fator que indica a apropriação. Como esta parte do Parque do Confisco não é cercada, pode-se dizer que seu espaço incorpora-se à escola, sendo apropriado pelos estudantes.

Os usos não formais de alguns espaços também revelam algumas sutilezas na apropriação pelos usuários dos três parques. No Parque do Confisco, verificou-se isto no espaço de relações gerado tanto em torno do guarda-corpo como nas áreas sombreadas pelas mangueiras e, ainda, no uso dado pelas crianças aos taludes próximos ao campo de futebol. No Parque Cássia Eller, isto pode ser observado na quadra de peteca, utilizada pelas crianças para jogos de futebol. Finalmente, no Parque Ecológico da Pampulha, encontram-se usos não formais nos taludes em volta da esplanada.

Como se viu no Capítulo 1, a apropriação de um parque por parte de seus usuários pode ser compreendida pelos tipos de uso e pela intensidade, duração e periodicidade dos mesmos. Acredita-se que são estes os fatores que revelam a popularidade de um parque. Somando-se a eles, uma análise do grau de conservação da área, saber-se-ia se um parque é bem apropriado pelos usuários.

Sabe-se que, como se observou, algumas características podem auxiliar no processo de apropriação, tais como a pouca concorrência com outras áreas verdes

próximas; uma vizinhança com uso e ocupação diversificados; os meios de acesso da população; a acessibilidade tanto física quanto econômica e sócio-cultural. Acrescenta-se ainda que, algumas características do sítio e questões projetuais (complexidade, centralidade, insolação e delimitação espacial) também influenciam.

Assim, a partir desta discussão podem ser feitas algumas inferências sobre a apropriação em cada uma das áreas estudadas. Acredita-se que fazer menções comparativas não seja oportuno, visto que tais áreas são bastante diferentes entre si. Além disso, como já foi mencionado, considera-se que a existência de valores universais para se “medir” o grau de apropriação de espaços pelos usuários é uma utopia.

Pela análise dos fatores acima citados e pelos vários exemplos que ilustram este trabalho, pode-se dizer que o Parque do Confisco é bem apropriado por seus usuários. A vitalidade que o mesmo apresenta é rica e extremamente benéfica para o bairro. O parque parece abrir-se para a vizinhança, sendo incorporado por ela.

Ainda assim, sabe-se que o local enfrenta problemas como o vandalismo, a violência e a presença de usuários de drogas, o que denota que há urgência em se investir em educação – em todas as suas faces e não só em educação ambiental – no bairro Confisco. Estas são questões que ajudaram a entender o uso e a apropriação no parque, porém, extrapolam a discussão do presente trabalho, uma vez que tais situações são frutos da desigualdade social que assola o país, principalmente nos grandes centros urbanos.

Entretanto pode-se dizer que embora seja alta a frequência de utilização do Parque do Confisco, a falta de segurança e o mau estado de conservação de suas áreas podem vir a comprometer, no futuro, sua utilização e, por conseguinte, a apropriação pelos usuários.

Por outro lado, o Parque Cássia Eller, apesar da baixa intensidade de uso, também pode ser considerado bem apropriado pelos usuários. O número de usuários é pequeno e restrito, porém, nota-se certa vitalidade no mesmo, sobretudo nos horários de pouca insolação. Além disso, a Associação de Moradores do Fazenda da Serra faz um excelente trabalho no parque; suas instalações e equipamentos apresentam-se bastante conservados, como também os seus jardins. Verifica-se aqui, uma situação que reflete a apropriação pelos usuários, em seu sentido genuíno, como foi apresentado no Capítulo 1, uma vez que os moradores do Fazenda da Serra encaram o espaço como uma área privativa, literalmente “tomando-a como propriedade, como sua”, contribuindo inclusive financeiramente para a sua manutenção. Problemas como o vandalismo não ocorrerão de modo algum, pois os moradores do condomínio têm plena consciência de como manter um espaço coletivo.

Apesar de o Parque Cássia Eller possuir inúmeros pontos positivos, os quais já foram extensamente mencionados, não se pode deixar de destacar que este tipo de apropriação é extremamente discutível, visto ser um parque público. Pode-se dizer que a Prefeitura de Belo Horizonte e a Associação de Moradores do Condomínio Fazenda da Serra mantêm um acordo tácito. Por um lado, a prefeitura não questiona a presença de guarita com cancelas, fechando todo o loteamento, inclusive o parque. Por outro, a Associação de Moradores cuida de uma área que, *a priori* deveria ser mantida pelo Poder Público.

Quanto ao Parque Ecológico da Pampulha, do mesmo modo, pode-se afirmar que ele também apresenta uma boa apropriação pelos usuários, tendo em vista, principalmente, a intensidade do uso e bom grau de conservação de seus espaços. No entanto, como se viu, o parque tem muitas opções de lazer e de educação que ainda são pouco exploradas pelos freqüentadores, muitas vezes por falta de conhecimento. Deste modo, mais uma vez, ressaltam-se as potencialidades que esta área tem para se tornar um parque metropolitano, que contribuirá para reforçar o turismo na cidade de Belo Horizonte, a qual é conhecida pelo turismo de negócios, mas que vê a região da Pampulha como uma promissora área turística de lazer.

Por fim, vale dizer que estudos de casos tão diferentes permitiram abranger situações variadas na sua relação com a apropriação pelos usuários, como também a própria revisão de literatura sobre o tema, visto que se percorreu por um caminho ainda pouco explorado por estudiosos e tão necessário para as cidades, principalmente, para o Poder Público.

Esgotar o assunto não seria possível, mas acredita-se que se abre aqui uma frente, bastante embasada, de pesquisas futuras na área. E a Bacia da Pampulha, com tamanha diversidade, apresenta-se como um fecundo objeto de estudo.

Referências Bibliográficas



ANDRADE, Cristiana. De bem com o verde. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 4 dez. 2005a. Gerais, p.25.

ANDRADE, Cristiana. Proposta para recuperar áreas. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 5 dez. 2005b. Gerais, p.18.

BARCELLOS, Vicente Q. Alocação dos parques urbanos no campo empírico do Distrito Federal. In: II ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO DE PAISAGISMO EM ESCOLAS DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL, 1996, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Universidade São Marcos: FAUUSP, 1996. p. 13-18.

BEATO, Décio Antônio (coord.). **Projeto Pampulha**: estudo hidrogeológico da Bacia da Pampulha. Belo Horizonte: CPRM: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte: Prefeitura de Contagem, 2001.

BELO HORIZONTE (MG). Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. **Legislação urbanística de Belo Horizonte**. Belo Horizonte: SMPL, 1996. 302 p.

BÍBLIA Sagrada. Tradução de Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. 2 ed. São Paulo: Paulinas, 2002. Gn 2, 8-10.15.

BRASIL. Lei nº. 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9985.htm>. Acesso em 2 de setembro de 2006.

CAVALHEIRO, Felisberto, DEL PICCHIA, Paulo C. D. Áreas verdes: conceitos, objetivos e diretrizes para o planejamento. In: CONGRESSO BRASILEIRO SOBRE ARBORIZAÇÃO URBANA, 1., ENCONTRO NACIONAL SOBRE ARBORIZAÇÃO URBANA, 4., 1992, Vitória. **Anais...** Vitória: Prefeitura Municipal de Vitória, 1992. p. 29-38

CORONA, Eduardo, LEMOS, Carlos A. C. **Dicionário de arquitetura brasileira**. São Paulo: EDART, 1972. 480 p.

ESCADA, M.I.S. Utilização de técnicas de sensoriamento remoto para o planejamento de espaços livres urbanos de uso coletivo. 1992. 133 p. Dissertação (Mestrado em Sensoriamento Remoto). INPE, São José dos Campos, SP, 1992.

FERRARA, Lucrecia D'Aléssio. Cidade: imagem e imaginário. In: SOUZA, Célia Ferraz de, PESAVENTO, Sandra J. (org.). **Imagens urbanas**: os diversos olhares na formação do imaginário urbano. Porto Alegre: UFRGS, 1997.

FERREIRA, Aurélio B. de Hollanda. **Dicionário Aurélio século XXI**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. 1838 p.

FRANCESCHI NETO, Márcia de. **Lazer**: opção pessoal. Brasília: Departamento de Educação Física, Esportes e Recreação: SCE/GDF, 1993. 100 p.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. 3 ed. Tradução de Carlos S. Mendes Rosa. São Paulo: Martins Fontes, 2003. 510p.

KLIASS, Rosa Grena. **Parques urbanos de São Paulo**. São Paulo: PINI, 1993. 212p.

LAURIE, Michael. **Introducción a la arquitectura del paisaje**. Barcelona: Gustavo Gili, 1983. 306 p.

MACEDO, Sílvio Soares. **Parques urbanos no Brasil**. 2 ed. São Paulo: EDUSP: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003. (Coleção Quapá).

MAGNOLI, M. Martinelli. O jardim na cidade é um fragmento de sonho. In: II ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO DE PAISAGISMO EM ESCOLAS DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL, 1996, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Universidade São Marcos: FAUUSP, 1996. p. 13-18.

MAGNOLI, M. Martinelli. O parque no desenho urbano. In: SEMINÁRIO SOBRE DESENHO URBANO NO BRASIL (SEDUR), 2, 1986, Brasília. **Anais...** Rio de Janeiro: CNPq: Finep, 1986, p.111-120.

MUNHOZ, Deborah E. A. **Parques urbanos: para que(m) construir? Para que(m) conservar?** – Estudo do processo de implantação do Parque Fazenda Lagoa do Nado. 1996. 146p. Dissertação (Mestrado em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 1996.

PILOTTO, Jane. **Áreas verdes para a qualidade do ambiente de trabalho: uma questão eco-ergonômica**. 1997. Dissertação (Mestrado em Engenharia) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 1997. Disponível em: <<http://www.eps.ufsc.br/disserta97/pilotto/index.html>>. Acesso em: 25 de agosto de 2006.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. Secretaria Municipal de Meio Ambiente. **Parques públicos de Belo Horizonte**. Belo Horizonte, 1997. 81p.

PROPAM - Programa de Recuperação e Desenvolvimento Ambiental da Bacia da Pampulha. **Aspectos físicos e bióticos**. Consórcio de Recuperação da Bacia da Pampulha: banco de dados. Belo Horizonte, 2006.

RAPOPORT, Amos. Aspectos humanos de la forma urbana. Barcelona: Gustavo Gili, 1978. In: Gomes, Elaine Cavalcante. **Metodologia em pesquisa ambiental: uma questão de estratégia pessoal**. 1995. Trabalho programado (Faculdade Arquitetura e Urbanismo). Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 1995.

SANTOS, Edinilson dos, VITAL, Márcia M. Parreira (coord.). **Programa BH Verde: resultados preliminares**. Belo Horizonte: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, 2002.

SEGAWA, Hugo. **Ao amor do público: jardins no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel: FEPEESP, 1996. 255p.

SERPA, Angelo. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto: 2007.

WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/P%C3%A1gina_principal>. Acesso em 29 de agosto de 2006.

Anexos



Questionário

Parque _____ Data: _____ Dia da semana: _____

Perfil do entrevistado:

1. **Sexo:** () masculino () feminino
2. **Estado civil:** () casado () solteiro () divorciado () viúvo
3. **Idade:**
 () até 12 () de 30 a 60
 () de 13 a 19 () maior que 60
 () de 20 a 29
4. **Escolaridade:**
 () Ensino fundamental incompleto () Ensino médio completo
 () Ensino fundamental completo () Ensino superior incompleto
 () Ensino médio incompleto () Ensino superior completo
5. **Qual é a sua renda familiar?**
 () até 1 salário mínimo () de 9 a 12 salários
 () de 2 a 4 salários () de 12 a 15 salários
 () de 5 a 8 salários () maior que 15 salários
6. **Em que cidade você mora?** _____
 6.1. Caso resida em Belo Horizonte ou Contagem: em que bairro? _____
7. **Como você chega ao parque?**
 () a pé () de carro
 () de bicicleta () de ônibus
 () de moto () outro _____
8. **Perto de sua casa existem áreas verdes?** () Sim. Qual? _____ () Não
 8.1 Em caso afirmativo: se existem áreas verdes, por que você prefere este parque?

9. **Com que frequência você vem ao parque?**
 () Diariamente () Mensalmente
 () Semanalmente () Esporadicamente
 () Mais de uma vez por semana () É primeira vez que venho
10. **Quanto tempo você costuma permanecer no parque?**
 () até 1 hora () de 4 a 6 horas
 () de 1 a 2 horas () mais que 6 horas
 () de 2 a 4 horas
11. **Quando você vem ao parque, vem:**
 () sozinho () com a família
 () com amigos () trazer os filhos
 () com namorado(a) () outro _____
12. **Para que você vem ao parque?**
 () descansar () fazer exercícios
 () passear () apreciar a natureza/contemplar a paisagem
 () brincar () estudar
 () tomar sol () rezar
 () namorar () para ficar sozinho
 () outro _____
13. **Que tipo de atividade física você normalmente faz no parque?**
 () nenhuma () pratica exercícios nas barras
 () brinca () praticar outro esportes. Qual? _____
 () caminha/corre
 () anda de bicicleta
14. **Que áreas do parque você costuma utilizar?**

15. **Qual a sua opinião sobre a infra-estrutura (banheiros, bebedouros, etc.)?**
 () ótima () ruim
 () boa () não há infra-estrutura

() regular

16.1 Você utiliza essa infra-estrutura?

() Sim. () Não () em termos

16. Qual a sua opinião sobre as instalações e os equipamentos (*playground*, barras, quadras, pistas, etc.)?

() ótimos

() ruins

() bons

() não há equipamentos

() regulares

17.1 Você utiliza esses equipamentos?

() Sim. () Não () em termos

17. Você participa ou participou de algum programa de educação ambiental neste parque?

() Sim. () Não

18. Você participa ou participou de alguma atividade cultural oferecida pelo parque?

() Sim. () Não

19. Na sua opinião, o que poderia ser melhorado no parque?

20. Você se sente seguro no parque?

() Sim. Por quê? _____

() Não. Por quê? _____

21. Você acha que o parque auxilia a preservação da flora e da fauna da região?

() Sim. Por quê? _____

() Não. Por quê? _____

22. Você sabe qual é nome deste parque? _____

() Resposta correta

() Resposta imprecisa

() Resposta incorreta

() não soube responder

23. Deseja acrescentar alguma coisa?

Roteiro Estruturado para Observação

Parque:		
Horários e dias da semana aberto ao público		
Distância do ponto de ônibus mais próximo		
Acessibilidade:		
Fechamento: () ausente () presente		Estado de conservação
Uso e ocupação do entorno:		
Equipamentos		
() playground		Estado de conservação / sinais de depredação
() quadras		
() campos		
() barras		
() pistas		
() ciclovia		
() outros		
Instalações		
() banheiros		
() bebedouro		
() administração		
() guarita		
() anfiteatro		
() outros		
Mobiliário		
() Bancos		
() mesas/bancos		
() Postes de iluminação		
() Lixeira		
() Telefone público		
() Placas de sinalização		
() Bicicletário		
() Outros		
Recursos naturais		
() Flora		
() Fauna		
() outros		
Horários X Usos – durante a semana		
Horário	Local	Comentário
08 – 10 h		
10 - 12 h		
12 - 14 h		
14 – 16 h		
16 – 18h		
18 – 20 h		

20h...		
Horários X Usos – nos finais de semana		
Horário	Local	Comentário
08 – 10 h		
10 - 12 h		
12 - 14 h		
14 – 16 h		
16 – 18h		
18 – 20 h		
20h...		
Variáveis segundo Jacobs (2003)		
Complexidade		
Centralidade		
Insolação		
Delimitação		
Atividades culturais oferecidas no parque		
Atividades de educação ambiental oferecidas no parque		